

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Paula Antonia Henn

**TENSÃO ENTRE POLÍTICA E FÉ: A ATUAÇÃO INTERNACIONAL
DE PIO XII ENTRE 1939-1945**

Santa Maria, RS
2018

Paula Antonia Henn

**TENSÃO ENTRE POLÍTICA E FÉ: A ATUAÇÃO
INTERNACIONAL DE PIO XII ENTRE 1939-1945**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História.**

Orientadora: Prof^a Dr.^a Marta Rosa Borin

Santa Maria, RS
2018

Henn, Paula Antonia

Tensão entre política e fé: a atuação internacional de Pio XII entre 1939-1945 / Paula Antonia Henn.- 2018.
138 p.; 30 cm

Orientadora: Marta Rosa Borin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2018

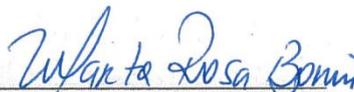
1. Santa Sé 2. Papa Pio XII 3. Segunda Guerra Mundial
4. História das Relações Internacionais I. Borin, Marta Rosa II. Título.

Paula Antonia Henn

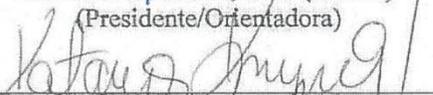
**TENSÃO ENTRE POLÍTICA E FÉ: A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DE
PIO XII ENTRE 1939-1945**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em História, da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do
título de **Mestre em História**.

Aprovado em 14 de março de 2018:



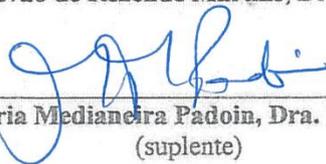
Marta Rosa Borin, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Katarzyna Krzywicka, Dra. (UMCS - Pol) PARECER



Estevão de Rezende Martins, Dr. (UNB) VIDEOCONFERÊNCIA



Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)
(suplente)

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, meus pais e minha irmã. Também quero dedicar a minha tia, Cecília Mallmann que não está mais entre nós, mas que mora em meu coração e que teve uma importância muito grande em minha educação. Tia Cici, aquele abecedário que a senhora fez para mim e que iniciou a minha alfabetização ainda guardo como o mais belo presente e lembrança sua, hoje tenho certeza, sem ele, essa dissertação não seria a mesma.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho ocorreu, principalmente, pelo apoio, compreensão e dedicação de várias pessoas. As palavras, certamente, não traduzirão a minha gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste estudo e, de uma maneira especial, agradeço:

- a Deus que me deu forças durante a pesquisa, que me inspirou e possibilitou a chegada até aqui;
- a Universidade Federal de Santa Maria que desde a graduação me proporciona formação educacional;
- a CAPES pelo apoio institucional e por viabilizar o meu ingresso e permanência no mestrado,
- a minha orientadora Marta Rosa Borin pela confiança em mim depositada, e pela pessoa humana, incentivadora e amiga, grata pela orientação;
- aos meus pais Wilson e Melita Rodrigues Henn por todo amor e doação que me deram, me apoiando nos momentos mais difíceis e intensos. Vocês sempre acreditaram que seria possível, Eu amo vocês;
- a minha irmã Bruna R. Henn que esteve ao meu lado todo o tempo da pós-graduação, tendo paciência comigo, me incentivando e cuidando de mim;
- ao meu cunhado Pedro pela companhia e socorro nos momentos de dificuldades. Também a sua família que se tornou um pouco minha nesse tempo em Santa Maria;
- a todos os amigos e familiares que estiveram presentes desde a infância em minha vida, em especial a família Pilla e Mallmann. Eu sou eternamente grata a vocês;
- aos meus colegas e amigos, em especial às Trabalhadeiras, que souberam entender minha ausência em momentos importantes, mas que sempre estiveram ao meu lado me apoiando.

Nós tornamo-nos naquilo que amamos.
Se amarmos o básico, tornamo-nos no básico.
Mas se amarmos o que é nobre,
tornamo-nos nobres.
(Fulton Sheen)

RESUMO

TENSÃO ENTRE POLÍTICA E FÉ: A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DE PIO XII ENTRE 1939-1945

AUTORA: Paula Antonia Henn
ORIENTADORA: Marta Rosa Borin

Diante do período de conflito da primeira metade do século XX, e a busca da Igreja Católica em consolidar-se como representante do poder temporal, a presente dissertação investiga a configuração político-diplomática da Santa Sé no período de 1939 a 1945 encontrando na figura do Papa Pio XII um ponto de análise central. As relações internacionais dos anos 1930 não representam apenas a política formal dos Estados ou a vontade individual de líderes, mas muitos outros atores tomam a relevância nesse período como movimentos populares, instituições supranacionais como a Igreja Católica e as internacionais operárias. Esses grupos influenciam de maneira destacada o cenário sócio-político, exercendo pressão em certas ocasiões, chegando mesmo a se associar a nações, e atuando de forma articulada na política internacional. Assim sendo, ampliam-se os ângulos de observação da Segunda Guerra Mundial. A escolha por analisar a Santa Sé em sua conduta e organização durante o conflito advém da interrogação frente a acusações de nazismo e antissemitismo que são levantadas contra ela. Por esse motivo, a pesquisa aplica-se também em conhecer significados essenciais para a doutrina católica que, apesar de religiosos, norteiam as ações e políticas vaticanas para compreender motivações que às vezes fogem ao crivo temporal. O trabalho busca analisar as transformações jurídicas e religiosas que a Igreja Católica sofreu a partir de 1929 com a criação do Estado da Cidade do Vaticano e as estratégias que adotou para estabelecer-se como um ator influente nas relações internacionais. Outro fator importante do estudo são as ações do Papa Pio XII, pontífice romano que governou a Santa Sé de 1939 a 1958 em relação aos acontecimentos políticos e religiosos no período da Segunda Guerra Mundial, como também, sua postura diante do fascismo, nazismo e as questões rracas. Para tanto, são utilizadas como fontes de pesquisa a reprodução das mensagens e discursos oficiais do papa Pio XII sejam eles de ordem política ou religiosa sendo possível observar a estratégia cautelosa do papa apoiando suas ações no princípio do mal menor diante do cenário delicado que se apresentava. A imprensa católica brasileira (*Revista Eclesiástica Brasileira e A Ordem*) também é usada como meio de observação para extrair a percepção de acesso às mensagens do papa pelos fieis brasileiros demonstrando que a interpretação dos católicos era de que em todos os discursos do papa havia uma expressão referente à guerra com frequentes pedidos de paz. Pertencente à linha de pesquisa cultura, migração e trabalho do programa de pós-graduação em História da UFSM essa investigação discute a figura do pontífice em suas especificidades buscando motivações e interpretações para a sua atuação internacional durante a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Santa Sé. Papa Pio XII. Segunda Guerra Mundial. História das Relações Internacionais.

RESUMEN

TENSIÓN ENTRE POLÍTICA Y FE: LA ACTUACIÓN INTERNACIONAL DE PIO XII ENTRE 1939-1945

AUTORA: Paula Antonia Henn

ORIENTADORA: Marta Rosa Borin

Ante el período de conflicto de la primera mitad del siglo XX, y la búsqueda de la Iglesia Católica en consolidarse como representante del poder temporal, la presente disertación investiga la configuración político-diplomática de la Santa Sede en el período de 1939 a 1945 encontrando en la figura del " Papa Pío XII un punto de análisis central. Las relaciones internacionales de los años 1930 no sólo representan la política formal de los Estados o la voluntad individual de líderes, pero muchos otros actores toman la relevancia en ese período como movimientos populares, instituciones supranacionales como la Iglesia Católica y las internacionales obreras. Estos grupos influyen de manera destacada el escenario socio-político, ejerciendo presión en ciertas ocasiones, llegando incluso a asociarse a las naciones, y actuando de forma articulada en la política internacional. Así, se amplían los ángulos de observación de la Segunda Guerra Mundial. La elección por analizar la Santa Sede en su conducta y organización durante el conflicto proviene de la interrogación frente a acusaciones de nazismo y antisemitismo que se plantean contra ella. Por esa razón, también es necesario aplicar significados esenciales para una doctrina católica que, a pesar de ser religiosa, sigue siendo válida y tiene políticas del Vaticano para entender motivaciones que a veces son un problema temporal. El trabajo busca analizar las transformaciones legales y religiosas que la Iglesia Católica inició en 1929, como resultado del Estado de la Ciudad del Vaticano y las estrategias adoptadas para firmarse como un actor influyente en las relaciones internacionales. Otro factor importante del estudio son las acciones del Papa Pío XII, pontífice romano que gobernó la Santa Sede de 1939 a 1958 en relación a los acontecimientos políticos y religiosos en el período de la Segunda Guerra Mundial, así como su postura ante el fascismo, nazismo y las cuestiones raciales. Para ello, se utilizan como fuentes de investigación la reproducción de los mensajes y discursos oficiales del Papa Pío XII sean de orden político o religioso, siendo posible observar la estrategia cautelosa del Papa apoyando sus acciones en el principio del mal menor ante el escenario delicado que se presentaba. La prensa católica brasileña (Revista Eclesiástica Brasileira e A Ordem) también es usada como medio de observación para extraer la percepción de acceso a los mensajes del papa por los fieles brasileños demostrando que la interpretación de los católicos era que en todos los discursos del papa había una expresión sobre la guerra con frecuentes peticiones de paz. La pertenencia de este estudio es de la línea de investigación Cultura, Migração e Trabalho del Programa de Posgrado en Historia en la UFSM; la investigación discute la figura del pontífice en sus especificidades buscando motivaciones e interpretaciones para su actuación internacional durante la Segunda Guerra Mundial.

Palabras clave: Santa Sede. Papa Pío XII. II Guerra Mundial. Historia de las relaciones internacionales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Bandeira do Estado da Cidade do Vaticano | 37 |
| Figura 2 - Brasão de Armas do Estado da Cidade do Vaticano | 39 |
| Figura 3 - Praça de São Pedro, Vaticano..... | 39 |
| Figura 4 - Eugênio Pacelli quando criança..... | 43 |
| Figura 5 - Padre Eugênio Pacelli..... | 44 |
| Figura 6 - O Núncio Pacelli distribuindo donativos aos prisioneiros de guerra..... | 47 |
| Figura 7 - Papa Pio XI e Eugênio Pacelli à direita, em primeiro plano | 50 |
| Figura 8 – Eugênio Pacelli: Papa Pio XII | 53 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| 1.DE ROMA A ROMA | 29 |
| 1.1 O PONTÍFICE PARA A IGREJA | 29 |
| 1.2. A TRAJETÓRIA DE EUGÊNIO PACELLI | 42 |
| 2. A GUERRA, A DOCTRINA CATÓLICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS . 55 | |
| 2.1 A GUERRA E O PRINCÍPIO DO MAL MENOR..... | 55 |
| 2.2. A POLÍTICA EXTERNA DO VATICANO NO PERÍODO ENTRE-GUERRAS..... | 64 |
| 3.A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL | 77 |
| 3.1. O PAPA PIO XII E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL..... | 77 |
| 3.2. O PAPA PIO XII E OS JUDEUS..... | 91 |
| 4.SUCESSÃO APOSTÓLICA E AÇÃO PASTORAL | 97 |
| 4.1. AÇÃO PASTORAL DE PIO XII..... | 101 |
| 4.2 A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL DURANTE O PONTIFICADO DE PIO XII . | 111 |
| CONCLUSÃO | 123 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 129 |

INTRODUÇÃO

Em uma homilia no dia 05 de junho de 2017 o papa Francisco afirmou: "Muitas vezes corremos riscos. Pensemos aqui, em Roma, em plena guerra: quantos arriscaram, a começar por Pio XII, para esconder os judeus, para que não fossem mortos, para que não fossem deportados"¹. Francisco ainda acrescentou: "Arriscavam a sua pele, mas era uma obra de misericórdia salvar aquelas pessoas". Diante dessas palavras proferidas pelo atual papa nota-se o quanto o período da Segunda Guerra Mundial e em especial o pontificado de Pio XII ainda é um assunto comentado, e nesse fato o pontífice da guerra foi defendido por Francisco. Existem ainda muitas discussões no que se refere a esse período e a postura tomada pela Santa Sé durante a Segunda Guerra Mundial.

Muitos elementos podem produzir interpretação sobre determinado Estado ou forma de governo, em especial o Vaticano, por essa razão essa pesquisa focaliza a figura do pontífice Romano durante a Segunda Guerra Mundial que foi papa Pio XII. Por ser a política vaticana um objeto peculiar, buscamos nesta pesquisa analisar o pontificado de Pio XII e suas ações pastorais e políticas na tentativa de aproximação não somente dos fatos, mas de fatores principalmente doutrinários que embasam e conduzem a Igreja Católica.

Ao estudar a política e a diplomacia da Santa Sé, nos remetemos à reflexão de que diferentemente de outros Estados, a Cidade do Vaticano, por ser o centro confessional da Igreja Católica necessita de um olhar mais atento devido sua especificidade, pois, ao mesmo tempo em que sua diplomacia lida com questões políticas também deve atender questões de ordem espiritual. É na História das Relações Internacionais que avançamos para determo-nos nas ações políticas da Santa Sé e na atuação de Pio XII como pontífice de Roma.

Desta forma, a pesquisa remete a uma proposição teórica adequada para responder as problemáticas fomentadas, pois conforme José D'Assunção Barros toda disciplina para que adquira sentido necessita que se desenvolva ou suscite certas teorias, metodologias e práticas discursivas (2011, p. 28). Para ele, a metodologia reporta a uma "maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo específico desses materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema e dos materiais concretamente definidos pelo historiador" (BARROS, 2011, p. 67). Conforme adverte Cardoso (2011), busca-se criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realizar uma interpretação na qual o que importa não é só a

¹ AGÊNCIA ECCLESIA. **Vaticano:** Pio XII «arriscou-se» para salvar judeus - Papa Francisco. 05 jun 2017. Disponível em: <<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/vaticano/vaticano-pio-xii-arriscouse-para-salvar-judeus-papa-francisco/>> Acesso em 22 de jan de 2018.

noção de um consenso, mas também a do conflito. Por esse motivo o balizamento teórico para delimitar nossa forma de análise sobre o objeto, será usado para chegar às respostas das nossas indagações.

A Igreja Católica é a única organização religiosa que dispõe de um Estado Soberano, possui um território reduzido que é chamado de Estado da Cidade do Vaticano. Quem age no cenário internacional é a Santa Sé que é reconhecida como sujeito internacional interagindo diplomaticamente com os outros países em sua qualidade de autoridade suprema da Igreja Católica (CARLETTI, 2012). Mesmo a Santa Sé se diferenciando em alguns aspectos, as relações que ela mantém com os Estados são sempre relações entre sujeitos do direito internacional e por isso com a mesma natureza de qualquer outra interação estatal. O que diferencia é o fator de a Santa Sé não possuir divisões militares, recursos energéticos, comércio exterior com as nações o que não retira o seu conceito de ator político na ordem mundial (CARLETTI, 2012).

Peter Berger (1985, p. 38) aponta a religião como produto histórico resultante da ação humana quando argumenta: “a religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmo sagrado.” Tencionamos exceder esse conceito da religião como um processo de organização da realidade para a sociedade de maneira a ver a religião como um instrumento de formação, não somente intraterritorial, no caso do Vaticano, mas extraterritorial ultrapassando os limites geográficos. Já o líder religioso, neste caso os papas e os demais membros do corpo de especialistas religiosos, são caracterizados por Bourdieu (2007, p. 39) como os “detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou reprodução de um corpus organizado de conhecimentos secretos (e, portanto raros)”, ou seja, bens de salvação. Para este autor a religião cumpre funções sociológicas, psicológicas e políticas.

O que Max Weber analisa como necessário para o líder religioso é a necessidade dos seus seguidores serem atraídos pelo carisma. O carisma em Weber é algo particular e definido por dispositivos internos, sendo que a dominação se daria na medida em que aqueles a quem o líder carismático se sente enviado reconhecem sua missão. Esta caracterização não é a causadora da legitimidade, antes, os indivíduos são levados a reconhecer esse fator positivo em virtude da vocação do líder e das provas de seu carisma. Se as pessoas não o fazem, o líder fracassa, se há o reconhecimento da missão, o líder os domina (WEBER, 2000, p. 159 apud. GOMES FILHO, 2014).

Dentro dessa lógica, é necessário contextualizar o período analisado levando em conta fatores políticos, econômicos, religiosos e sociais. Desta maneira, buscamos subsídios

teóricos na História Política que, em meados do século XX, experimentou uma profunda transformação, com análises que englobavam visões mais gerais, bem como ampliavam a análise em relação a outras disciplinas (MONTENEGRO et.al. 2013).

Essa nova História Política é, primordialmente, diferente dos padrões tradicionais da antiga História Política, como argumenta René Rémond (1996 apud. VALÉRIO 2016, p.11): “Ao estudar o fenômeno político, o historiador deve estar atento às relações que estabelecem entre o indivíduo e a “sociedade global política”, com o estudo de comportamentos, escolhas, convicções, lembranças, memória, cultura, pois o político toca a muitas coisas.” O autor reconhece que, embora a história política e a história recente sejam abordagens diferentes, os mesmos historiadores militaram e militam pelas duas causas.

A nova historiografia política enfatiza a importância das ações individuais ou de grupos, diferente da antiga interpretação um tanto determinista que considerava que a liberdade de escolha do indivíduo estava subordinada à das forças sociais, sendo as que de fato determinariam os grandes acontecimentos (MONTENEGRO et. al. 2013). A pesquisa busca observar a figura do papa Pio XII que foi o líder religioso e político da Santa Sé durante a Segunda Guerra Mundial. Ao elencarmos fatos da trajetória do pontífice o Papa Pio XII, acreditando ser necessário, como afirma Levi (1989), a construção do contexto histórico e o desenvolver do cenário em que o indivíduo se encontra, buscamos correlações entre os fatos e as posições tomadas no cenário político que podem ter forte influência de motivos e vivências particulares. A formação católica também traça um perfil particular de um pontífice, pois além da posição de liderança que ele detém é preciso zelar pelo depósito da fé mantido pela Tradição da Igreja. Assim, nas atitudes do papa encontramos a personificação da instituição católica bem como a política desenhada pela Santa Sé nas relações internacionais.

Adentramos de forma mais profunda na história diplomática que também não escapou do descrédito que inferiram os pressupostos metodológicos da Escola dos Annales a todo trabalho histórico realizado mediante o emprego da metodologia positivista. Além disso, as relações internacionais passaram a assumir a influência das chamadas forças profundas, ponto de referência fundamental na obra de P. Renouvin e J. B. Duroselle (2001), que partindo dos princípios enunciados pela Escola dos Annales, propunham a nova metodologia que orientou as investigações e reflexões em torno das relações internacionais: a compreensão da ação diplomática através da análise das condições geográficas, as correntes sentimentais, os rasgos da mentalidade coletiva e os indivíduos, especialmente os homens de Estado, já que são estes através do exercício de seus cargos, os que decidiram e projetaram a estrutura das relações internacionais (MONTENEGRO, op.cit.). François Dosse (1994) faz uma afirmação que toca

essa realidade, segundo ele o político fecunda de novo o campo histórico, dessa forma dando-lhe dinamismo e um novo ânimo.

Assim sendo, à luz das Relações Internacionais, não é possível olhar a Santa Sé como um simples “instrumento” religioso. A Santa Sé é um dos intervenientes mais antigos do cenário internacional, a sua teia de ligações e o seu legado à Europa e ao mundo ultrapassam a esfera religiosa, abrangendo a política, a sociedade, a cultura e, sobretudo, limitando o Homem de acordo com os desígnios do Evangelho, desígnios esses que a Igreja Católica delineou como a vontade divina que define a conduta moral dos Homens.

Desta maneira, nos balizaremos em Martins (2011) quando adverte que a análise histórica que se constrói no campo das relações internacionais busca reconstituir os contextos políticos, sociais, econômicos e culturais que estão intrínsecos nos acontecimentos políticos internos e externos, estatais ou não.

É perante este quadro amplo e complexo que se construirá este estudo. Conseguir aprofundar a essência político-diplomática desta Instituição durante o Pontificado de Pio XII e traçar linhas de análise crítica de suas ações e conceitos políticos. Algumas linhas teóricas merecem destaque nas relações internacionais por se revelarem o principal debate: a teoria realista e a teoria liberal, procedendo dessa interação diversas linhas teóricas que marcam as mudanças e transformações da disciplina.

Desta maneira sendo a Santa Sé portadora de personalidade jurídica, deve atuar não só como propagadora da fé como agir no cenário da política internacional usando das ferramentas de que dispõe. As correntes de pensamento das relações internacionais sempre estiveram intrínsecas nas ações da política externa do Vaticano. Nas relações internacionais a configuração do poder se faz imprescindível para a alocação dos estados e ao mesmo tempo para manterem-se no cenário internacional zelando por sua soberania na visão realista ou pela permanência para os idealistas. Desta maneira surgem conceitos como poder hegemônico e equilíbrio de poder.

Estevão Martins (2011) argumenta que o poder hegemônico não é mais visto apenas como a propriedade de recursos materiais, mas que é produto da unidade do poder, ideias e instituições:

Uma verdadeira hegemonia, única, que asseguraria a estabilidade desejada do sistema, exige o consentimento explícito dos que estão a ela vinculados ou subordinados. Esse consentimento nasce na e pela sociedade civil e, em escala mundial, pela sociedade civil internacional, importante fator de mutação, a qual seria o contrapeso indispensável ao predomínio do realismo pragmático de cunho econômico. (MARTINS, 2011, p.77)

Um conceito particularmente importante desenvolvido pelos liberais é o de interdependência e é analisado de forma mais aprofundada pelo neoliberalismo em que Joseph Nye que desenvolveu o conceito de *Soft Power* (poder suave). Esse conceito é muito usado no que se trata da presença da religião nas relações internacionais, força essa que está aquém da militar, mas age culturalmente, indiretamente e é instrumento presente na competição pelo poder.

A Santa Sé em especial atua em âmbito internacional assumindo uma posição de ordem, buscando de ampliar o seu discurso internacionalmente. Dessa forma pode-se dizer que assume um posicionamento de *soft power*, fazendo-se presente nas transformações e realidades no mundo atualmente. Não existe uma unanimidade sobre a Santa Sé desempenhar o *soft power* no cenário internacional como afirma Reis (2007):

Uma faceta importante do peculiar poder papal é, portanto, captada pela noção de poder suave (*soft power*) popularizada por Joseph Nye, o qual apresenta o Vaticano como um exemplo paradigmático da relevância desse seu conceito .Pois sem dúvida que o papa exerce um poder de atração – afinal a adesão ao catolicismo é voluntária. Parece-nos, no entanto, que o poder da Santa Sé não pode ser reduzido a este aspecto. Seria um erro ignorar que o papa exerce uma autoridade normativa – ética e religiosa – muito importante. Mas seria igualmente um erro esquecer que detém um poder institucional bem duro. A permanência na Igreja pode ser atualmente voluntária, mas a organização hierárquica do catolicismo, centrada no papa, não o é. O caráter peculiar desta combinação entre igreja e Estado, jogando em dois tabuleiros ao mesmo tempo – com o prestígio e poder normativo de um líder religioso e com a imunidade e a capacidade de ação independente de um líder estatal – pode ser traduzida em termos do Vaticano como um Estado de poder suave, e do catolicismo como uma igreja de poder duro.

Para compreender de que forma a Santa Sé trabalha com o poder que lhe pertence no cenário mundial, analisaremos o contexto político que, em meio a Segunda Guerra Mundial, com o qual podemos exemplificar como se forma e se delimita a ação vaticana. São sobre pilares doutrinários que a política do Vaticano é estruturada produzindo características bem próprias. Buscamos trabalhar alguns pontos particulares que definem a Igreja para entender a forma de agir do seu representante máximo, o papa, e quais os critérios que definiam a tomada de decisão da política vaticana à época.

A figura do Papa Pio XII será analisada de forma particular, já que sabemos que suas ações representam a postura oficial da Igreja Católica e da Santa Sé em seu caráter religioso e político, respectivamente.

Nas ações do pontífice também existem fatores que são bem específicas da posição que ocupa. O poder do pontífice na Igreja é assegurado pela divisão do poder papal entre o espiritual e o temporal. Dessa maneira buscamos entender qual importância do pontífice para

a Igreja (poder espiritual) e o que significa figura do papa para os fiéis, e para o Vaticano e a comunidade internacional (poder temporal).

Ao analisar a figura de um pontífice faz-se necessária uma divisão entre a observação do poder temporal que ele detém e que desta forma abarca os poderes políticos e o poder espiritual que diz respeito à fé e propriamente aos conteúdos mais específicos da Igreja. Essa divisão dá-se de forma teórica já que o papa assume a posição política de líder de Estado (poder temporal) e espiritual de líder religioso². Mas, no que diz respeito às ações essa separação é difícil já que as intervenções da Santa Sé em assuntos políticos, militares e comerciais se darão somente se tais questões apresentarem desenvolvimentos morais de interesse da Igreja Católica.

Almejando analisar a figura de Pio XII durante seu pontificado usamos alguns conceitos estipulados por Norbert Elias em que faz uma reflexão sobre a sociedade e o indivíduo. Segundo ele:

Nenhum dos dois (sociedade e indivíduo) existe sem o outro. Antes de, mais nada, na verdade, eles simplesmente existem - o indivíduo na companhia de outros, a sociedade como uma sociedade de indivíduos- de um modo tão desprovido de objetivo quanto as estrelas que, juntas, formam um sistema solar, ou os sistemas solares que formam a Via-Láctea. E essa existência não finalista dos indivíduos em sociedade é o material, o tecido básico em que as pessoas entremeiam as imagens variáveis de seus objetivos. (ELIAS, 1994, p. 49)

Desta maneira a intenção é conduzir a pesquisa de forma que as ações políticas da Santa Sé sejam ligadas às definições de governo político e religioso de Pio XII, mas sem ignorar a sua construção pessoal, tentando ao máximo extrair de sua trajetória fatores que o mantém na sociedade. Ao trabalhar com um pontífice e a construção dele como um monarca constituído do poder divino, com muita facilidade subtrai-se a humanidade e individualidade do pontífice.

Com as palavras de Elias em que define de forma clara a efetividade em descrever o sujeito expressando que mesmo que tentemos separá-lo da sociedade, percebemos que o desenvolvimento de um está intimamente ligado ao do outro sendo a dissociação impossível. Desta maneira o que é perceptível para o autor, é o fato de que os projetos que nos são ofertados, como soluções para determinar essa questão, sacrificam uma coisa à custa de outra. Desta forma vê-se indispensável olhar para Pio XII como um indivíduo imerso na sociedade com características peculiares que claramente foram incorporadas por ele refletindo em suas

² O líder religioso, segundo Bourdieu (2007), dispõe de uma autoridade de função que o dispensa de conquistar e de confirmar continuamente sua autoridade e o protege das consequências do fracasso de sua ação religiosa.

atitudes pastorais e políticas. A importância da formação católica de Pacelli e a sua construção pessoal a partir da doutrina cristã, baseada nos princípios e ensinamentos da Igreja vão desenhando seu perfil e suas ações.

Com o objetivo de encontrar uma linha de ação da política da Santa Sé e de Pio XII durante o período de conflito selecionam-se evidências com concepções e fatos gerais e isolados que coincidem ao objeto. Desta maneira vê-se necessário a análise de Pio XII desde sua trajetória e os valores que lhe são caros, como também conceitos importantes de sua doutrina.

Na metade do século XIX e início do século XX com o grande número de católicos no continente europeu a Igreja detinha uma presença atuante e relevante, por esse motivo a autoridade e obediência ao papa eram zeladas não somente pelos católicos, mas pelos governos e instituições. As relações internacionais da Santa Sé são dignas de ser estudadas profundamente por dizerem muito sobre a história mundial, sobre os jogos políticos, as alianças e significado das mensagens trocadas entre as nações, sujeitos que traduzem a realidade ocorrida no período desse marcante conflito internacional.

A intenção de buscar o posicionamento da Igreja e voltar a observação sobre o pontífice se dá, pelo fato dele ser o representante máximo da instituição religiosa, e também do Estado. A observação de ações da Igreja Católica torna-se difícil, pois ela é composta de muitas pessoas com responsabilidades e posições diferentes na hierarquia, e analisando doutrinariamente também representam a Igreja. Apesar disso, não podemos avaliar a posição da Igreja Católica e principalmente da Santa Sé se não pelo seu líder máximo que é o pontífice, ou então por aqueles por ele designados, como núncios e eclesiásticos.

O estudo almeja encontrar de maneira mais clara qual a configuração política da Santa Sé, a sua posição e atitudes frente ao conflito que se desenrolava na Europa, em especial com o nacional-socialismo que disseminava povos principalmente os judeus dos territórios ocupados. Estando em meio aos conflitos do período estudado, tornou-se necessário o posicionamento de todas as nações, inclusive da Santa Sé. Nas relações internacionais muitos teóricos afirmam que é o embate entre as nações e o próprio conflito que proporciona o movimento da política internacional. Dessa forma buscamos, ainda, discutir o sentido da guerra, não somente nas relações internacionais, mas o que ela significa para a tradição cristã e como a Igreja Católica, em sua doutrina, a interpreta. Assim, pode-se compreender mais a fundo, decisões tomadas pela Santa Sé e suas motivações religiosas. Diante das diferentes opiniões buscaremos analisar os fatos para esclarecer a política externa usada pela Santa Sé durante o conflito.

Os judeus e os católicos possuem uma raiz religiosa comum, porém por muitos séculos suas relações foram de difícil entendimento. Diante do nacional-socialismo na Europa além de todas as atitudes do III Reich em prol de conquistas de territórios e poder teve como grande consequência a perseguição ao povo judeu. Este tema detém grande relevância justamente por se tratar de relações entre povos numerosos que influenciaram nos movimentos globais de desenvolvimento e migrações. Um dos reflexos da Segunda Guerra Mundial foi um processo migratório forçado de judeus e também de cristãos que, na tentativa de fugir das zonas de conflito, se espalharam por diversas regiões do mundo, e segundo muitos autores, para isso existiu grande incentivo da Igreja Católica.

Existem muitas acusações contra Igreja, pois por ser uma instituição de reconhecimento internacional a sua posição deveria ser clara contra o Terceiro Reich o que para muitos autores não foi, os quais concluem que houve, por parte da Igreja católica, um incentivo às atitudes nazistas. É esse caminho que o trabalho visa percorrer logrando a revelação, por meio da pesquisa dos fatos importantes que demonstram as atitudes tomadas por Pio XII nas relações internacionais durante o conflito. A bibliografia existente sobre esse assunto demonstra opiniões divididas entre estudos e relatos.

A pesquisa é do tipo bibliográfica e documental de caráter exploratório-descritivo, com uma metodologia de tipo qualitativo. Assim encíclicas, discursos, telegramas, mensagens são as fontes de pesquisa que norteiam nosso objeto. Além destes documentos consultamos publicações católicas como: Revista Eclesiástica Brasileira (REB) e a Revista Católica *A Ordem*. As duas revistas são vinculadas a religião católica, a primeira originária de intelectuais católicos e a segunda produzida pelo clero brasileiro, apesar de ambas terem véis religioso e por isso não apresentarem oposição aos assuntos da Santa Sé. O meio eclesiástico, a quem a REB era destinada, durante a primeira metade do século XX, era grande formador de opinião.

Já na revista *A Ordem* continha diversas discussões voltadas a fé católica, o periódico era produzido pelo instituto Dom Vital, com o intuito de levar ao leigo a possibilidade de ser mais atuante na política e na defesa de sua religião. O objetivo de entendermos a compreensão das palavras de Pio XII e sua posição em relação à guerra para os católicos brasileiros pode ser conhecida por meio dessas revistas, que são a expressão eclesiástica e leiga nesse período no Brasil. Frisamos assim que toda e qualquer análise se refere à veiculação nessas duas revistas.

Por meio do acesso e estudo dos materiais encontrados serão feitas análises da política externa do Vaticano buscando a melhor visão dos fatos e das posições assumidas perante o

conflito. As produções das encíclicas e mensagens pastorais, principalmente de Pio XII, além do forte caráter religioso carregam informações e posições políticas significativas para a análise em questão.

A disposição do trabalho se dará de forma a compreendermos fatores importantes para a doutrina católica no que diz respeito ao papado e as relações internacionais. O texto é dividido em quatro blocos que abordam realidades distintas, mas essenciais para compreender a política Vaticana. O primeiro bloco aborda o significado do pontífice para a Igreja Católica e qual a concepção do seu poder temporal, bem como a trajetória de Pio XII, o pontífice do período trabalhado bem como sua ação na política vaticana. Pio XII, particularmente, possuía a característica de ser familiarizado com a Cúria e o poder papal, além do longo período que trabalhou nos assuntos vaticanos antes do pontificado, pois ele era descendente de família nobre romana que tradicionalmente trabalhou na Santa Sé. Por esse motivo além de observarmos a sua biografia buscamos analisar os traços principais que o tornaram um líder habilidoso em sua função, o que geralmente não é comum em um pontífice, pelo menos desde o início de seu pontificado.

No segundo bloco, buscamos especificar outro conceito importante que é o da guerra nas relações entre os estados, justamente sendo a guerra justa defendida e aceita pelo catolicismo, assim como o princípio do mal menor que é cogitado pela doutrina católica nas decisões políticas e pessoais. Aqui contextualizamos a situação da Igreja em regiões importantes onde estava presente. A Alemanha e a Itália são apontadas, pois se faz necessário conhecer o contexto da religião católica nesses territórios antes mesmo da Segunda Guerra Mundial. Buscamos destacar as ações de Pio XI o antecessor de Pio XII para, a partir disso, compreender a linha que o pontífice da Segunda Guerra Mundial optou por trilhar na política externa da Santa Sé.

No terceiro bloco abordamos a política vaticana durante a Segunda Guerra Mundial, o desempenho do papa Pio XII desde o início de seu pontificado até o fim do conflito e qual a dinâmica que adotou, seja por meio de estratégias ideológicas ou de política externa ou até mesmo com a polidez diplomática. A Polônia é contextualizada de forma mais destacada, pois além de ser o país em que o conflito da Segunda Guerra teve início iniciou, muitas vezes Pio XII foi acusado de ficar impassível quanto aos absurdos lá ocorridos durante a contenda. Além das diversas nuances abordadas nesse período adentramos em um dos assuntos que ainda no século XXI é personalizado em Pio XII, a possível convivência com a ideologia antissemita do nazismo, porém apresentamos modulações neste sentido que são capazes de transformar o pontífice de displicente em um perspicaz articulador político.

No quarto e último bloco serão discutidas as ações pastorais do pontífice durante a Segunda Guerra Mundial, diante da realidade da Igreja Católica nas regiões de conflito. Os escritos e mensagens produzidas por Pio XII bem como seu legado pastoral durante o período analisado também são abordados. Para observar mais de perto, estudamos as duas revistas brasileiras mencionadas onde encontramos a reprodução do discurso de Pio XII no Brasil e desta forma buscamos interpretar como ele era visto pelos fiéis católicos no momento de tensão do conflito.

Este trabalho torna-se relevante nas pesquisas acadêmicas pelo fato de discutir história das relações internacionais abordando um período de muitas transformações e conflitos, ademais, observar a Santa Sé como um fator de estudo a partir de seu pontífice, possibilita a construção de uma linha política e até mesmo pastoral de Pio XII que favorece futuros estudos. Poder analisar um pontífice de forma mais apurada e descobrir nele, além de um líder político, um ser humano que é formado pela sua história, os valores em que acredita e as causas que defende, faz com que a compreensão da complexidade da posição que ocupa seja melhor compreendida. O objetivo não é fazer juízo de valor das ações que a política vaticana praticou, principalmente em seu pontificado, ao contrário, a exposição atenta-nos para o fato de que, certo ou errado, as motivações para um governo estão além de padrões formados e informações acessíveis.

1. DE ROMA A ROMA

1.1 O PONTÍFICE PARA A IGREJA

Sendo a Santa Sé a personalidade jurídica e temporal da Igreja Católica, da construção dos fundamentos à constituição divina da religião são preservados pela tradição. Para uma melhor compreensão da figura do pontífice é necessário adentrar em alguns pontos da gênese da Igreja Católica. Ela foi fundada a partir de Jesus Cristo, mas sua origem é de raiz judaica, por isso manteve algumas tradições e crenças e, principalmente, muitos textos sagrados do catolicismo que são oriundos da *Tora*³ e *Tanakh*⁴. Sendo assim, existe de forma muito presente a figura de um líder, daquele que é tido como uma autoridade especial e revestido de paternidade espiritual para com o “povo de Deus” como foi Abraão no Antigo Testamento e todo o Patriarcado. Assim, quando Jesus Cristo institui a sua Igreja confiando ao apóstolo Pedro a missão de liderar o povo:

Por isso, eu te digo: tu és Pedro, e sobre essa pedra edificarei a minha Igreja, e as forças do Inferno não poderão vencê-la. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus: tudo o que ligardes na terra será ligado no céu e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu. (Mateus 16: 18,19)

Ao dar continuidade à figura de Pedro, como uma representatividade daquele que assume a função de Bispo de Roma, com mandato para a Igreja Universal, todos os Pontífices assumiram a missão assumida pelo primeiro Papa: “apascentar aos cordeiros” cuidar do rebanho, do povo de Deus.

Depois de comerem, Jesus perguntou a Simão Pedro: Simão, filho de João, tu me amas mais do que estes? Pedro respondeu: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Jesus lhe disse: Cuida dos meus cordeiros. E disse-lhe pela segunda vez: Simão, filho de João, tu me amas? Respondeu-lhe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Jesus lhe disse: Apascenta as minhas ovelhas. Pela terceira vez perguntou a Pedro: Simão, filho de João, tu me amas? Pedro ficou triste porque lhe perguntou pela terceira vez se o amava. E respondeu: Senhor, sabes tudo, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Cuida das minhas ovelhas. (João 21,15-17)

Por esse motivo, a partir da instituição da Igreja, Pedro o apóstolo de Jesus Cristo, passou a ser o líder, aquele que estava revestido de autoridade paternal. Dessa maneira, provém também o nome dado ao Pontífice que é de Papa relacionada a imagem de Pai. Assim,

³ Livro Sagrado do Judaísmo que equivale ao Pentateuco, ou seja, os cinco primeiros livros da Bíblia. Bereshit que equivale ao Gênesis, Shemot ao Êxodo, Vayikrá, Levítico e Bamidbar a Números e Devarim a Deuteronomio.

⁴ Designa o conjunto de livros Sagrados do judaísmo, o que corresponde ao Antigo Testamento do cristianismo, porém com outra divisão.

a partir de Pedro iniciou-se a sucessão apostólica, ou seja, a comunidade elegia um novo Papa. Na obra *Adversus Haereses*, Irineu de Lyon (180 D.C.) descreve a linha de sucessão apostólica de São Pedro ao Papa de sua época, o Papa Eleutério:

3,2 - "Mas visto que seria coisa bastante longa elencar (...) as sucessões de todas as igrejas, limitar-nos-emos à maior e mais antiga e conhecida por todos, à igreja fundada e constituída em Roma, pelos dois gloriosíssimos apóstolos, Pedro e Paulo, e, indicando a sua tradição recebida dos apóstolos e a fé anunciada aos homens, que chegou até nós pelas sucessões dos bispos. (...) Com efeito, deve necessariamente estar de acordo com ela, por causa da sua origem mais excelente, toda a igreja, isto é, os fiéis de todos os lugares, porque nela sempre foi conservada, de maneira especial, a tradição que deriva dos apóstolos.

3,3 - "Os bem-aventurados apóstolos que fundaram e edificaram a igreja transmitiram o governo episcopal a Lino, aquele Lino que Paulo lembra na epístola a Timóteo. Lino teve como sucessor Anacleto. Depois dele (...), coube o episcopado a Clemente, que tinha visto os próprios apóstolos e estivera em relação com eles, que ainda guardava viva em seus ouvidos a pregação deles e diante dos olhos a tradição. (...) Eleutério, em décimo segundo lugar na sucessão apostólica, detém o pontificado. Com esta ordem e sucessão chegaram até nós, na Igreja, a tradição apostólica e a pregação da verdade. Esta é a demonstração mais plena de que é uma e idêntica a fé vivificante que, fielmente, foi conservada e transmitida, na Igreja, desde os apóstolos até agora. (IRINEU DE LYON)⁵

Demonstra-se nas palavras de Irineu de Lyon a fidelidade a tradição apostólica que no ano 180 d. C. apesar de ser recente expressava a certeza desse Padre da Igreja sobre a autoridade do Papa e a necessidade de que nele, como representante da Igreja de Roma, acontecesse a continuidade da fé católica. Para que o seguimento da doutrina pudesse ser efetivado e personificado no representante de Pedro, é que o líder apostólico detinha toda a soberania.

Dessa forma, segundo o Catecismo de São Pio X, o Papa:

É o sucessor de São Pedro, porque São Pedro reuniu na sua pessoa a dignidade de Bispo de Roma e de chefe da Igreja e porque, por disposição divina, estabeleceu em Roma a sua sede, e aí morreu. Por isso quem é eleito Bispo de Roma, é também herdeiro de toda a sua autoridade (n. 192).

Para a Igreja Católica o Papa é um bispo que tem o título de cardeal que é apenas honorífico, porém é o que lhe dá possibilidade de ser votante no conclave. Ele é escolhido por meio de um conclave que é a reunião de todos os cardeais da Igreja para por meio de orações e certos arranjos e ordenamentos elegerem o sucessor da maior representatividade da Santa Sé. Após as votações que podem durar dias, o cardeal mais votado é revestido da autoridade sobre a instituição católica com o seu credo e poder temporal, sendo um ator de primeiro

⁵ IRINEU DE LYON (Santo). *Adversus Haereses* Contra as Heresias, Livro III, 3.2 e 3.3. 180 D. C. Disponível em: < <http://newadvent.org/fathers/0103303.htm>> Acesso em: 23 e novembro de 2017.

plano, função essa que poderá durar até a sua morte ou até uma possível renúncia. Ao assumir o pontificado ele torna-se chefe da Igreja Universal e Bispo de Roma, assim como foi o apóstolo Pedro na história. De acordo com o Catecismo da Igreja Católica, no cânon 882:

O Papa, Bispo de Roma e sucessor de S. Pedro, é o perpétuo e visível princípio e fundamento da unidade, quer dos Bispos, quer da multidão dos fiéis. Com efeito, o Pontífice Romano, em virtude do seu múnus de Vigário de Cristo e de Pastor de toda a Igreja, possui na Igreja poder pleno, supremo e universal. E ele pode exercer sempre livremente esse poder.

Em grande período da história, o Papa era considerado não somente o chefe da Igreja Católica, mas também um dos príncipes da Itália e da Europa e, por conseguinte, participava em alianças políticas e militares e se pronunciava sobre as guerras, em particular aquelas contra os infiéis⁶ (TOMÉ, 2013, p.20). Para muitos autores é justamente por encontrar no pontífice um ponto de unidade permanente que o catolicismo resistiu às transformações bruscas e às dissidências com o mundo.

O papado foi assumindo ao longo da história várias fases, até mesmo quando foi ocupado por papas que não responderam as suas obrigações, a Sucessão Apostólica não foi rompida. Durante alguns períodos a Igreja enfrentou a decadência do papado devido à corrupção, brigas pelo poder e por extensão de terra. O cesaropapismo (395 – 1453) também foi uma realidade que vigorou durante um longo tempo, de acordo com o *Dicionário de Política*, ele pode ser definido como:

[...] um sistema de relações entre Estado e Igreja em que o chefe do Estado, julgando caber-lhe a competência de regular a doutrina, a disciplina e a organização da *Societas fidelium*, exerce poderes tradicionalmente reservados à suprema autoridade religiosa, unificando (pelo menos em via tendencial) na própria pessoa as funções de *imperator* e de *pontifex*. Decorre daí um traço característico do sistema cesaropapista: a subordinação da Igreja ao Estado, que atingiu formas às vezes tão acentuadas de levar a considerar a primeira um órgão do segundo. (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1998, p.162)

Durante esse período, precisamente a partir da segunda metade do século IV, as chamadas teorias do poder começaram a se desenvolver, tendo em vista o conjunto de escritos produzidos pelo bispo Agostinho de Hipona (354-430). Santo Agostinho formulou a ideia de uma Igreja dotada de um duplo caráter: uma enquanto instituição voltada para as questões de ordem temporal, e a outra espiritual responsável pela busca e condução das almas à salvação. Para Agostinho a Igreja era ao mesmo tempo material e espiritual. No que se refere ao

⁶ Expressão usada no princípio da Igreja Católica para se referir àqueles que não abraçavam fé cristã (católica) e seguiam outras religiões ou seitas.

Império, seu argumento era que este se ocupava com necessidades seculares e não possuía um caráter sagrado.

Agostinho desenvolveu o argumento das duas cidades, a terrena e a espiritual. Em sua obra *A Cidade de Deus* (2000), Agostinho dizia que essas duas cidades coabitavam e conviviam sem nenhum conflito. Não existindo oposição entre a cidade terrena e a cidade celeste esses dois planos constituíam dois poderes que destoavam entre si, mas tinham por causa final a salvação das almas. Assim sendo, o poder temporal era um apoio para o poder espiritual dentro da Igreja nesse caso, o poder temporal auxiliava o espiritual dentro dessa hierarquia. Mesmo assim o que predominava era a supremacia do espiritual com relação ao temporal.

Agostinho (2000) caracteriza as duas cidades:

Dois amores fizeram as duas cidades: o amor de si até ao desprezo de Deus — a terrestre; o amor de Deus até ao desprezo de si — a celeste. Aquela glorifica-se em si própria — esta no Senhor; aquela solicita dos homens a glória — a maior glória desta consiste em ter Deus com o testem unha da sua consciência; aquela na sua glória levanta a cabeça — esta diz ao seu Deus.(Cidade de Deus, parte II, livro XIV, cap.XXIV, p.1310)

Santo Agostinho não defendia que o poder temporal estivesse nas mãos da Igreja. Pelo contrário, ele tentava aproximar ambos os poderes numa tentativa de unidade dos objetivos de trabalho e colaboração mútua entre os dois poderes.

Apesar de os canonistas e teólogos defenderem a subordinação do poder temporal em relação ao espiritual, existia uma aceitação quanto à existência de um poder diferente da defendida por Agostinho de Hipona. Mais de um milênio depois de Santo Agostinho o pensamento de outro sacerdote católico se destacou, foi Santo Tomás de Aquino. Para os estudiosos do século XIII e XIV a filosofia de Aristóteles, da qual provém o pensamento de São Tomás de Aquino, leva a interpretação de que as relações entre o poder temporal e espiritual são independentes e que necessitam de equilíbrio, sua afirmação era de que o Estado enquanto poder temporal era constituído como uma instituição natural, cujo fim era garantir o bem comum (GUIMARÃES, 2013).

E por outro lado a Igreja possuía fins distintos que eram sobrenaturais, únicos a ela. Desta maneira, o Estado não precisaria estar subjugado a ela no sentido temporal, mas apenas reconhecer os vínculos de subordinação entre a ordem natural e ordem sobrenatural, na medida em que essa levaria a primeira a um fim mais perfeito e descortinando a verdade. Para Santo Tomás o campo político e social devia ser composto por uma consonância entre o poder

espiritual e o poder espiritual dessa forma seria o reflexo da harmonização entre a fé e a razão, cada qual em sua busca por contemplar a verdade insuflaria a outra.

Seguindo a perspectiva de Aristóteles e Santo Tomás o Papa possuía a supremacia do poder espiritual, mas o poder temporal era independente da vontade dos Pontífices e a eles era reservada a responsabilidade de ratificar a escolha dos líderes governantes e guiá-los na busca do bem comum, respeitando a sua autoridade. De acordo com Patrícia Calvário (2008, p.18):

Doutor Angélico (Tomás de Aquino) distingue dois fins do homem, um imanente, que se realiza na polis e outro sobrenatural, que se concretiza na vida celeste, como já foi dito anteriormente. É esta distinção dos dois fins que vai fundamentar a supremacia que Tomás atribui ao poder espiritual. Ao poder temporal, ou seja, ao poder régio, cabe dirigir os governados para o fim que lhe é próprio, isto é, a vida virtuosa, que é concretizada na polis e é o objetivo de qualquer associação humana. Mas, como o homem tem um outro fim que não se esgota na cidade, tem de haver alguém que o dirija de forma a alcançá-lo. Este é o papel do clero, os ministros da Igreja de Cristo.

Esses argumentos são concernentes ao que o papa Leão Magno I (440- 461), ainda no século V, afirmava da famosa passagem de São Mateus (16, 16-19), em que a ideia de as chaves do reino dos céus concedidas a Pedro seriam o poder temporal e espiritual reafirma assim a crença de que os papas são de fato os verdadeiros herdeiros de Pedro (LIMA, 2009, p. 6). É a partir desse texto que se justifica a doutrina da plenitude do poder papal. O Papa Leão Magno garantia que a Sede Apostólica era um *principatus*⁷ e, sendo ele o líder da Igreja de Roma, consequentemente, possuía a *plenitudo potestatis*.

Hugo de São Vitor⁸ propôs uma visão sobre a Igreja como o Corpo Místico de Cristo, tese essa que depois foi reafirmada pelo papa Pio XII em sua encíclica *Mistici Corporis* (1943). Este conceito dava sustentação à construção da unidade na chefia da sociedade cristã e, consequentemente, um argumento sobre o poder destinado ao pontífice, não somente no plano espiritual, mas também no político. Para o monge de São Vitor cada membro da igreja possuía seu lugar específico; o leigo era responsável pelas necessidades materiais e temporais do todo estando do lado esquerdo do “corpo”, já os clérigos estavam à direita e eram responsáveis por distribuir pelos vários membros o sustendo espiritual necessário (DE SOUZA; BARBOSA 1997).

Nessa divisão, em que são nominados os dois poderes que conduzem o povo, o espiritual e o temporal, cada um possui uma hierarquia, mas os dois estão subordinados ao

⁷ Principado

⁸ Hugo Vitor foi um monge do Mosteiro de São Vitor em Paris durante a Idade Média e se destacou na filosofia e teologia sendo o principal precursor da escola de São Vitor onde muitos conceitos e conhecimentos importantes para a doutrina da Igreja Católica foram desenvolvidos. Disponível em: <<http://www.cristianismo.org.br/pedggvit.htm>> Acesso em: 24 jan. 2018.

poder papal que era a única cabeça do corpo. Como afirmam De Souza e Barbosa (1997, p. 55): “A conclusão é óbvia: na Igreja, a dignidade sacerdotal deve instituir, consagrar e santificar, por meio da sua bênção, o poder secular.”

Foi no século V, como afirma Marinalva Lima (2009), que a discussão entre os poderes espirituais e temporais foi abordada pelo Papa Gelásio I (492-296) em uma carta endereçada ao imperador Anastásio I, em 494 d. C., na qual desenvolveu a “teoria das duas espadas” reafirmando, de certa maneira, o pensamento de Agostinho e afirmando existir dois poderes: a autoridade divina dos pontífices e a autoridade dos reis. McBrien (2000, p.84) afirma sobre o pontificado de Gelásio I e sua teoria:

Depois de Leão Magno (440-461), Gelásio foi o papa mais eminente do século V pela posição firme contra o imperador e o patriarca de Constantinopla no Cisma Acaciano (484-519) e pela defesa do primado papal, ao apelar à teoria dos ‘dois poderes’ ou ‘duas espadas’ (espiritual e temporal) – teoria que seria tão influente na Idade Média. Dizem que se Leão Magno lançou os fundamentos jurídicos da autoridade pontifícia, foi Gelásio que aplicou esses princípios à Igreja e também ao Estado, em uma série de cartas que continham mais súmulas legais que pronunciamentos pastorais.

O papa Gregório Magno (590-604), institui a ideia da utilidade pública sendo que ao governo cabia a obrigação de servir ao povo. Assim sendo, o rei era responsável por servir o povo e o papa servir as almas. Lima (2009) afirma que na obra o papa Gregório Magno chamada de “*Líber regulæ pastoralis*” ele discute os deveres que cabe à um pastor cristão e interpreta a teoria das duas cidades de Santo Agostinho:

Em suas reflexões, interpretará as duas cidades de Santo Agostinho como sendo duas vias, sendo uma ativa e a outra contemplativa, buscando um meio de integrá-las. Para isso, ele argumentará que todo sacerdote deve se dirigir à ação e a contemplação da mesma forma. Gregório ressalta, também, que a autoridade é de natureza essencialmente religiosa cabendo, portanto, ao papa a “*auctoritas*” e ao rei a “*potestas*” (LIMA, 2009 p. 5)

A partir do século XIV o poder da igreja e, por consequência, a representatividade do papa já não significava o mesmo que no século XIII e por isso a sua atuação se desfazia entre as lutas por poder e soberania dos monarcas. Apesar de o papa perder a supremacia que deteve em certos períodos, a figura do pontífice sempre foi a personalização do poder o que, segundo Lebec (1999), favorecia a monarquia papal e proporcionava uma oportunidade para a Igreja Católica em dar significado a símbolos e ritos que sempre lhe foi característico. A possibilidade de influenciar nos seguidores da religião espalhados pelo mundo sempre deu ao papa uma relevância especial, pois a ligação formada com os fiéis extrapolava os sentidos racionais e convencionais.

A forma de governo de cada pontificado sempre foi determinada pelas individualidades de cada pontífice, por sua nacionalidade, experiência de vida e formação, por esse motivo, a eleição de um novo papa define mudanças que após serem desenvolvidas durante o período do pontificado podem ou não continuar após ele. Muitas vezes ao encerrar um pontificado, a influência e as ações de cada papa têm continuidade principalmente no que se refere às formações pastorais já que nesse âmbito tal comportamento não se define como uma ação particular, mas como um movimento da própria Igreja de forma contínua mesmo com as alterações do pontífice. Esse fator é extremamente importante para o entendimento da forma que a Igreja Católica se comporta, seja nos assuntos políticos ou religiosos. As decisões tomadas pelo pontífice anterior são acatadas pelo novo, não sendo comum que os papas retomem todos os ensinamentos, mas sim incorporam como sequência da Sagrada Tradição⁹.

Portanto, o Papa, é o perpétuo símbolo de unidade visível da Igreja (CIC 883). De acordo com a doutrina católica a Igreja terrestre precede a Igreja celeste e por esse motivo o seu representante que é o papa antecipa a imagem e o reinado de Cristo, sendo o seu Vigário.

A divisão entre poder temporal e poder espiritual perpassou toda a história do papado e tomou um novo rumo no final do século XIX quando a Igreja perdeu o domínio dos Estados Pontifícios. Ao longo da História a Igreja Católica detinha territórios que eram chamados de Estados Pontifícios que estavam sob a soberania temporal do Bispo de Roma. Segundo Thomé (2013), estes estados objetivavam a garantia da independência e autonomia espiritual da sede romana. Esta situação sofreu uma grande mudança quando, em 1870, com a unificação da Itália o Papa Pio IX perdeu todas as terras da Igreja as quais ficaram reduzidas apenas ao Vaticano. A decisão de Pio IX foi declarar-se prisioneiro como símbolo de desagrado pela defraudação dos seus territórios pela Itália. Tal situação se estendeu até a assinatura do Tratado de Latrão, em 11 de janeiro de 1929, firmado entre o governo italiano e a Santa Sé. O acordo entre Benito Mussolini, o Duce da Itália e o Secretário de Estado, o cardeal Pietro Gasparri, pôs fim a uma longa pendência, a Questão Romana. Apesar de reduzir o Vaticano a 44 hectares e a alguns prédios extraterritoriais oficializou o Estado da Cidade do Vaticano dando à Igreja Católica uma personalidade jurídica internacional e ao Pontífice Romano o título de chefe de estado.

Com estas modificações, a partir de 1929, a personalidade jurídica da Igreja Católica foi formalmente designada como Santa Sé e é este órgão que age internacional e

⁹ É um dos fundamentos da Igreja Católica, sendo uma ação contínua que garante a sucessão apostólica e transmitindo o que a Igreja é e tudo o que ela acredita. Um dos pilares sobre os quais se assenta a fé, esta Tradição chamada pela Igreja de Sagrada, é tudo aquilo que ela recebeu dos Apóstolos e que a eles foi confiado diretamente pelo próprio Jesus Cristo.

diplomaticamente nas relações internacionais do Vaticano, sendo que a mesma é autoridade suprema da Igreja Católica (CARLETTI, 2012). Como uma instituição confessional, a Igreja Católica é a única a ter um Estado e a possuir reconhecimento internacional de sua soberania.

As relações entre os Estados e a Santa Sé são, como entre qualquer Estado do globo, relação entre sujeitos de direito internacional. A grande diferença está no que tange ao conteúdo das relações não são questões militares, comerciais e financeiras ou, até mesmo, alianças políticas, mas sim as questões geralmente tratadas diplomaticamente dizem respeito à Santa Sé, ou seja, a Igreja Católica. É um Estado soberano que mesmo apresentando os elementos típicos dos outros estados, possui funções e interesses diferentes.

A Santa Sé diante dos outros Estados se apresenta como autoridade suprema da Igreja Católica, não como representante soberano do próprio Estado na comunidade internacional. Neste sentido, a Igreja passa a ser uma organização universal presente no mundo, ultrapassando as fronteiras geográficas e fazendo-se atuante por meio de sua política e diplomacia. A atuação internacional fundamenta-se na sua autoridade moral, soberana e independente que, atualmente lhe é reconhecida por quase todos os países (Carletti, 2012). A relativa facilidade nas suas relações diplomáticas se dá em grande parte pelo número de membros espalhados pelo mundo, ultrapassando um bilhão de fiéis.

A Santa Sé se apresenta ao mundo essencialmente como uma autoridade espiritual e moral. Segundo Moreira (1996, p. 122), a definição internacional da Santa Sé após o Tratado de Latrão assume um protagonismo particular no aspecto internacional, pois não se baseia em um poder puramente político, mas na autoridade da instituição que possui a capacidade de influenciar nas condutas e resoluções.

Há uma divisão relevante na organização da Igreja Católica, diferenciando o Vaticano da Santa Sé, pois os dois têm papéis distintos em nível político e religioso. De acordo com Thomé (2013):

A Igreja Católica é personificada pela Santa Sé, sendo a Santa Sé o órgão supremo de onde saem todas as decisões e pontos importantes relativos à Igreja Católica espalhada pelo mundo. Ou seja, a Igreja Católica, a Santa Sé e o Vaticano são três designações distintas.

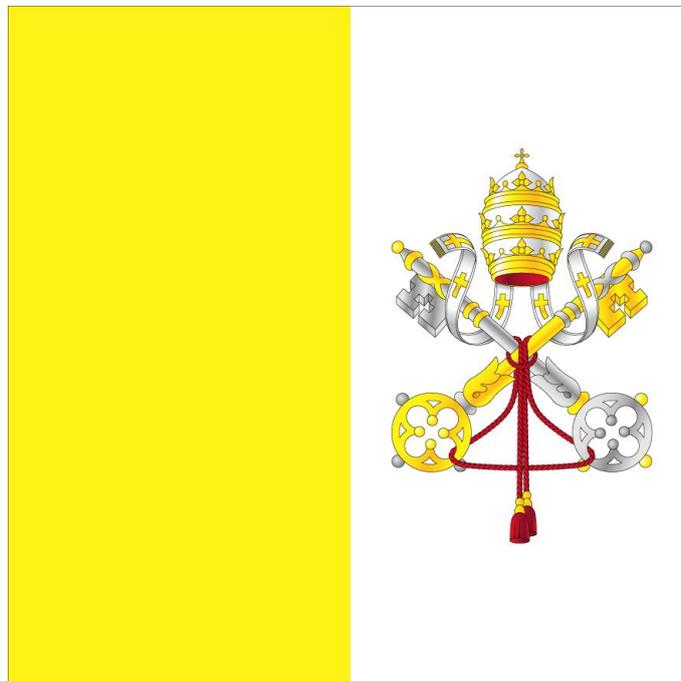
O Vaticano representa de alguma maneira o amparo da atividade da Santa Sé, dotada essa de uma soberania reconhecida internacionalmente, antes mesmo da constituição do Estado da Cidade do Vaticano, em 1929. A Santa Sé era reconhecida como sujeito internacional já na formação dos primeiros estados absolutistas e após a Paz de Westfália, em 1648 (PORTILHO, 2011). Nessa época, mesmo com seu poder temporal enfraquecido, os

pontífices não deixavam de influenciar na política internacional. O Estado da Cidade do Vaticano encontrava-se em uma posição, de certa forma, subordinada a Santa Sé (CARLETTI, 2012). Os Tratados de Latrão dotaram a Santa Sé de um apoio territorial suficiente para garantir sua autonomia internacional. Graças a essa autonomia, o papa, livre da influência de qualquer outro Estado, pode exercer suas funções de Chefe da Igreja Católica. (LEBEC, 1999, p. 7). É desta forma que a figura do Pontífice constitui o elemento fundamental de toda a política da Santa Sé. Nos termos do Código de Direito Canônico¹⁰ (1983) fica expresso que:

Com o nome de Sé Apostólica ou Santa Sé designam-se neste Código não só o Romano Pontífice, mas ainda, a não ser que por natureza das coisas ou do contexto outra coisa se deduza a Secretaria de Estado, o Conselho para os negócios públicos da Igreja, e os demais Organismos da Cúria Romana. (CDC, cânon 361)

Apesar das muitas transformações, a Santa Sé possui em sua bandeira (Figura 1) a expressão dos conceitos que orbitam em torno da cadeira Papal e da Igreja Católica como instituição religiosa possuidora de território e personalidade jurídica.

Figura 1 - Bandeira do Estado da Cidade do Vaticano



Fonte: < <http://aimore.net/band/Vaticano.html> >

¹⁰ O Código de Direito Canônico atual foi promulgado por João Paulo II a 25 de Janeiro de 1983, pela Constituição Apostólica *Sacrae disciplinae leges*, e entrou em vigor a 27 de novembro do mesmo ano.

Em sua bandeira de duas cores (amarelo e branco) o brasão de armas do Vaticano, composto por duas chaves, representam exatamente essa união entre o poder temporal e espiritual (ACIDigital)¹¹

Entre 1803 e 1808, a bandeira utilizada nos Estados Pontifícios era nas cores vermelha e amarela, uma maneira de fazer referência a Roma. Já a partir de 1808, houve a primeira mudança, substituindo o vermelho pelo branco e invertendo a posição das cores, pois com as invasões napoleônicas houve a necessidade de o Papa saber quem estava ao seu lado e para isso substituía a antiga bandeira que estava sendo usada por aqueles soldados que se uniram ao exército napoleônico pela bandeira amarela e branca¹². Esta mudança estendeu-se até 1870.

A oficialização da bandeira foi realizada em 7 de junho de 1929 com as tratativas territoriais do Tratado de Latrão. Cada elemento do estandarte representa um aspecto da doutrina católica, tanto as cores como também o símbolo que fica na região central do lado direito da bandeira.

Diferente da maioria dos Estados a bandeira do Vaticano é quadrada com uma proporção de 1:1. Dividida no meio, a bandeira possui duas cores, o amarelo e branco para representar os poderes dados a Pedro, o ouro e a prata também figuram no brasão de armas (Figura 2) as duas chaves do céu concedidas ao apóstolo. Ainda, no brasão está a tiara papal que representa os poderes do papa dentro do país, entre a coroa ainda está o infule que é um ornamento das mitras, uma peça usada pelo papa e bispos¹³.

Além da bandeira vaticana, outro símbolo do Estado da Cidade do Vaticano e praticamente todo o seu território é a Praça de São Pedro (figura 3) com o Obelisco Central e toda a estrutura da Basílica de São Pedro como também a sacada que, a partir do Papa Pio XI, foi usada por todos os pontífices para os pronunciamentos aos fiéis católicos.

A Praça de São Pedro foi construída no século XVII por Bernini em torno da Basílica de São Pedro em forma circular com colunas que em seu topo possuem imagem de santos doutores da Igreja Católica. No centro da praça, está localizado o Obelisco de origem egípcia e que foi transportado por ordens do imperador romano Calígula para decorar seu circo, onde mais tarde foi martirizado o apóstolo Pedro. Razão essa que fez com que a Igreja cultivasse tal

¹¹ **ACIDIGITAL: A história das cores da bandeira Vaticano.** Vaticano, 12 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.acidigital.com/noticias/a-historia-das-cores-da-bandeira-vaticano-saiba-por-que-e-branca-e-amarela-39816/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

¹² Vatican State. **Bandiera.** Disponível em: <<http://www.vaticanstate.va/content/vaticanstate/it/stato-e-governo/note-general/bandiera.html>>. Acesso em: 09 dez. 2017

¹³ Disponível em: <http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/sp_ss_scv/insigne/sp_ss_scv_stemma-bandiera-sigillo_sp.html#Escudo_de_su_Santidad_Francisco> Acesso em: 09 jan. 2018.

símbolo e fosse colocado no seu topo um fragmento original da cruz de Cristo como sinal de sua vitória sobre o paganismo (MAIA, 2013) ¹⁴.

Figura 2 - Brasão de Armas do Estado da Cidade do Vaticano



Fonte: <<https://luzesdeesperanca.blogspot.com.br/2008/11/tiara-e-as-chaves-no-braso-da-cidade-do.html>>

Figura 3 - Praça de São Pedro, Vaticano



Fonte: < <http://www.acidigital.com/noticias/regiao-italiana-da-basilicata-doa-presepio-ao-vaticano-70017/>>

¹⁴ MAIA, Eduardo. Todos os caminhos levam a Bernini. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 21 mar. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/boa-viagem/todos-os-caminhos-levam-bernini-7897861>>. Acesso em: 17 dez. 2017

A parte administrativa do Estado da Cidade do Vaticano é organizada como a de um Estado com exceções características de uma estrutura baseada também em uma doutrina religiosa. Apesar de dimensões menores que a maioria dos países do mundo o Vaticano possui uma organização complexa com muitos setores, por exemplo, de saúde, comunicação e segurança (GRAHAM, 1959). Cada “ministério” é cuidado por um presidente nomeado pelo Papa sendo gerenciados pelo Estado.

Dessa maneira o Vaticano é um cenário primário, para a ação política da Santa Sé, é a partir das estruturas e formações do Estado da Cidade do Vaticano que surge a personalidade jurídica e as relações que provém disso.

Segundo Carletti (2012), “existem pressupostos teológicos sobre os quais se funda a Igreja Católica Apostólica Romana que dificultam uma definição conclusiva da natureza política da Santa Sé.” A autora ainda afirma que o governo da Santa Sé pode ser interpretado como uma monarquia por possuir três poderes. Para a Igreja não há dificuldade em afirmar ser um regime não democrático, no que se refere à estrutura básica e espiritual da Igreja, e que por ser assim ela é sacramental e hierárquica baseando suas decisões na doutrina, nos ritos e princípios fundamentais da religião católica. (AQUINO, 2017).

A Santa Sé possui sua organização a serviço do papa, chamada de Cúria Romana, que auxilia na administração dos assuntos de todas as espécies, cada um com suas especificidades. Para exercer o poder supremo, pleno e imediato sobre a Igreja universal, o Romano Pontífice vale-se dos Dicastérios da Cúria Romana. Estes, por conseguinte, em nome e com a autoridade dele, exercem seu ofício para o bem das Igrejas particulares e a serviço dos Sagrados Pastores¹⁵ (CHRISTUS DOMINUS, 9).

O artigo primeiro da constituição *Pastor Bonus* outorgada pelo Papa João Paulo II, sobre a Cúria Romana, ele caracteriza-a como um conjunto de Dicastérios e de Organismos que, juntamente com o Pontífice, auxiliam no exercício de seu múnus pastoral, para o bem da Igreja Universal e das Igrejas particulares, servindo também para a construção de uma comunhão com o “Povo de Deus”, ou seja, com a população em geral.

Para o auxílio do gerenciamento da Igreja Universal existe a Secretaria de Estado que é presidida por um Cardeal assumindo o cargo de Secretário de Estado. Essa função é a mais próxima ao Pontífice e é o principal papel da atividade diplomática e política da Santa Sé que, em algumas circunstâncias, representa a própria pessoa do Papa (GRAHAM, 1959).

¹⁵ A expressão “Sagrados Pastores” refere-se aos religiosos que se dedicam exclusivamente a ela e que foram nomeados pelo pontífice para conduzir o povo com alguma responsabilidade específica de liderança como bispos, cardeais e nuncios.

A Constituição Apostólica (1988) no art. 40 define a Secretaria de Estado portadora de duas Seções, a Seção dos assuntos gerais e a Seção das relações com os Estados. A segunda Seção é integrada por um determinado número de Cardeais e por alguns Bispos¹⁶.

A Secretaria de Estado de um modo geral assume a postura política da Santa Sé, principalmente na diplomacia. A primeira Seção é responsável pelos assuntos cotidianos do Papa, fazendo a supervisão e resolução de assuntos que devem ser tratados de forma mais específica, também facilita a comunicação e as relações com os Dicastérios da Cúria Romana. Segundo o art. 41 da constituição apostólica a primeira seção também é responsável por:

(...) Coordenar os trabalhos; regular a função dos Representantes da Santa Sé e a sua atividade, especialmente naquilo que concerne às Igrejas particulares. Compete-lhe levar a cabo tudo o que se refere aos Representantes dos Estados junto da Santa Sé. Em entendimento com os outros Dicastérios competentes, ela ocupa-se de tudo o que diz respeito à presença e atividade da Santa Sé junto das Organizações Internacionais, observando-se o que é estabelecido pelo Artigo 46. De igual modo atua a respeito das Organizações Internacionais Católicas¹⁷.

A segunda Seção da Secretaria de Estado é responsável especialmente pelas relações com os Estados e se dedica aos assuntos que são tratados com os governos civis. De acordo com o art. 46 as competências da segunda seção da secretaria de estado da Santa Sé são:

1. Favorecer as relações, sobretudo, diplomáticas com os Estados e com outras sociedades de direito internacional e tratar os assuntos comuns para a promoção do bem da Igreja e da Sociedade civil, também mediante, se for o caso, as concordatas e outras semelhantes convenções, tendo em consideração o parecer dos organismos episcopais interessados;
2. Representar a Santa Sé junto dos Organismos Internacionais e dos Congressos sobre questões de caráter público, depois de ter consultado os competentes Dicastérios da Cúria Romana;
3. Tratar, no âmbito específico das suas atividades, o que diz respeito aos Representantes Pontifícios¹⁸.

Ao analisar historicamente a posição do pontífice e as diversas frentes em que deve atuar com eficiência vê-se a combinação entre a autoridade que deve adotar no plano confessional e a do poder soberano. Segundo Lebec (1999, p.31) o maior perigo é o papa cair no erro de desempenhar um jogo duplo, pois um dos maiores desafios para o Vaticano é interpretar e agir nas relações diplomáticas com um teor religioso.

¹⁶ Papa João Paulo II. Constituição Apostólica *Pastor Bonus*. 28 de junho de 1988. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus.html> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Papa João Paulo II. Constituição Apostólica *Pastor Bonus*. 28 de junho de 1988. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus.html> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

A Igreja Católica busca perpetuar a Sucessão Apostólica mantendo a personalidade de cada pontífice e por esse motivo cada pontificado tem sua individualidade. Estas considerações sobre os poderes do soberano pontífice católico se fizeram necessárias aqui para que, a seguir, possamos compreender suas ações e decisões no campo político internacional e pastoral.

1.2. A TRAJETÓRIA DE EUGÊNIO PACELLI

Eugênio Pacelli nasceu no dia 2 de março de 1876, em Roma, na Itália, terceiro filho de Virgínia Graziani e de Filippo Pacelli. A família de Eugênio pertencia à pequena nobreza romana, muito católicos eles possuíam tradição no serviço da Cúria Romana. O bisavô de Eugênio fora ministro das Relações Exteriores de Pio VI. Seu avô Marcantonio, era alto funcionário do Estado pontifício, tendo recebido de Pio IX títulos de nobreza. Seu pai Filippo era advogado junto aos tribunais vaticanos e era referência sobre direito canônico. O irmão de Eugênio seguiu a carreira do pai e trabalhou na negociação como representante do Vaticano do Tratado de Latrão. (MELO, 1974, p.18)

Seu nome de batismo era Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli. De acordo com Melo (1974, p. 18-19), Eugênio era muito piedoso, e muitas vezes negligenciava sua saúde para dedicar-se aos estudos e à espiritualidade, o que o fazia ser muito próximo da mãe. Os estudos primários do pequeno Eugênio (figura 4) foram na escola confessional das irmãs da Ordem da Providência, lá foi instruído ainda mais nos assuntos religiosos complementando a educação da mãe (ALBUQUERQUE, 2009). É considerado por seus biógrafos, um menino estudioso e dedicado, que, em 1886, foi matriculado em uma escola pública. Seu interesse pela leitura, história e artes como a música fazia dele um jovem muito culto. Segundo seus irmãos, “era capaz de recordar páginas inteiras dos livros escolares. Lembrava aulas inteiras, palavra por palavra, depois que saía da sala” (CORNWELL, 2000, p. 29).

Eram característicos a Eugênio a oração e o recolhimento. Segundo Leen e Reardon, (1954, p.30) costumava visitar as igrejas romanas depois das aulas, e a de sua preferência era a do *Gesú*, a igreja da Companhia de Jesus, onde ficava o túmulo de Santo Inácio de Loyola, perto de uma imagem de grande devoção para o menino, a *Madona della Strada*.

Segundo Melo (1974, p.20) provavelmente foram as catacumbas romanas que despertaram em Eugênio um desejo que um dia expressou a seu tio Vincenzo: “Serei mártir crucificado.” O jovem menino tampouco sabia que o martírio que lhe esperava não era

cruento mas todas as exigências que o trono de Pedro em meio a Segunda Guerra Mundial iriam lhe impor. Esse também poderia lhe causar grandes sofrimentos.

Figura 4 - Eugênio Pacelli quando criança



Fonte: < <https://ww2gravestone.com/people/pius-xii-eugenio-guisepe-giovanni-pacelli/> >

No ano de 1894, Eugênio Pacelli decidiu por seguir a vocação sacerdotal iniciando seus estudos no seminário, mas por fragilidades em sua saúde obteve a permissão de continuar morando com sua família. Seus estudos foram feitos na Universidade Gregoriana e após encerrá-los, em 1899, Eugênio teve uma experiência como aluno ouvinte na Universidade de Letras de Paris.

Quando terminou os estudos de teologia, recebendo o título de Doutor em Filosofia e Teologia, Eugênio foi ordenado sacerdote (figura 5) com 23 anos, no dia 2 de abril de 1899, rezando sua primeira missa no dia seguinte na capela lateral da Basílica de Santa Maria Maior, em Roma (MELO, 1974).

Foi durante o papado de Leão XIII que o jovem Eugênio Pacelli assumiu o sacerdócio. Depois de dois anos em trabalhos paroquiais ingressou na Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários¹⁹, ficando responsável por questões referentes às relações internacionais (TORNIELLI, 2002). Segundo Melo (1974), Pacelli havia expressado sua

¹⁹ Era o equivalente a um Ministério das Relações Exteriores que assume tudo o que não condiz aos assuntos eclesiais doutrinais, propriamente dito.

indisposição para assumir o cargo, pois seu desejo era o trabalho paroquial que realizava mas foi interpelado por Gasparri:

Você pensa que servir à Igreja não é igualmente servir às almas? No dia em que a Igreja relaxar seu governo, as almas conhecerão o mais grave perigo e a Igreja estará ameaçada. Preciso de diplomatas, de homens de governo que imponham a Igreja ao mundo. Não lhe dou oportunidade de escolha. Fique a partir de amanhã a serviço do secretário de Estado (MELO, 1974, p. 22).

Figura 5 - Padre Eugênio Pacelli



Fonte: <<http://saccopelotas.blogspot.com.br/>>

Eugênio Pacelli herdara do pai, Feliipo Pacelli, o interesse pelo Direito Canônico, o que o levou ao Doutorado em Direito Canônico, por esse motivo, em 1901, o monsenhor Gasparri o chamou ao trabalho da Secretaria de Estado e, após alguns anos, ao cargo de minutante pontifício²⁰ (MELO, 1974, p.19). No mesmo período, Pacelli foi nomeado para uma missão diplomática secreta na França, sendo o representante do Papa Pio X para levar mensagens do pontífice ao arcebispo de Paris, o Cardeal de la Vergne (CORNWELL, 2000, p. 58-60).

Além dos trabalhos na Secretaria de Estado e nas resoluções diplomáticas, o sacerdote ainda buscava manter sua dedicação, mesmo que, restrita ao cuidado pastoral. Sendo assim, o padre Eugênio Pacelli era capelão do Instituto da Assunção, fazia atendimentos e confissões em sua Igreja de origem, pregando também retiros. Em suas horas vagas, apreciava tocar

²⁰ Funcionário da chancelaria do Vaticano envolvido na preparação e elaboração inicial como rascunhos de cartas, mensagens curtas, documentos.

violino e suas peças prediletas eram dos compositores como Beethoven, Bach, Debussy ou Hindemith (CORNWELL, 2000).

Ao encerrar o Doutorado em Direito Canônico, Pacelli foi chamado por Gasparri para coordenar um grande projeto que era o de codificar o Direito Canônico, o que significava muito estudo e, mais do que isso, uma capacidade de sintetizar e compreender a Igreja Católica em seus mais específicos detalhes para a formação e organização de todos os decretos e leis que regem a religião católica desde o início do cristianismo. Material esse que se encontrava em mais de dois mil volumes (LEEN, REARDON 1954, p. 41).

O serviço foi assumido por Pacelli sob o pontificado de Pio X juntamente com uma equipe de mais de quinhentas pessoas, em 63 nunciaturas²¹. Esse trabalho exigia de Pacelli muita doação, além de suas funções na Secretaria de Estado e nas negociações diplomáticas como também na atividade sacerdotal.

No processo da codificação do Direito Canônico Eugênio Pacelli tornou-se um exímio conhecedor das leis e decretos da Igreja. Outro trabalho que se fazia necessário e lhe fora confiado era o de conformar as concordatas e negociações da Santa Sé com os Estados às leis eclesiais e ao Código.

Em 20 de junho de 1912, Eugênio Pacelli recebeu o título de Monsenhor²² e a função de Pró-Secretário da Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários até ser promovido a Secretário dois anos depois, a 1º de fevereiro de 1914.

Algum tempo antes ainda de assumir a posição de Secretário, Pacelli já estava trabalhando sobre as relações com a Sérvia e uma possível concordata que foi assinada em 24 de junho de 1914, cinco dias antes do assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, em Sarajevo. O acordo firmado entre a Santa Sé e a Sérvia é argumentado por Cornwell (2000, p.64) como um fato incentivador para a instabilidade em relação a Áustria e exaltado as suas debilidades em comparação a Sérvia. Segundo ele, a concordata “sem a menor sombra de dúvida, contribuiu para as reparações duras que o Império Austro-Húngaro exigiu da Sérvia, tornando a guerra inevitável” (CORNWELL, 2000, p.64). Dessa maneira, o autor insinua a interferência de Pacelli no início da Primeira Guerra Mundial já que ele foi o principal representante da Santa Sé nas negociações.

²¹ A Nunciatura Apostólica é a representação do Santo Padre e da Santa Sé, não tanto diplomática como pontifícia. Por não ser uma embaixada, possui um objetivo mais concentrado na Igreja e na sua missão em determinado país (ALBUQUERQUE FILHO, 2005)

²² “O título de monsenhor é conferido pelo Papa a um clérigo, por mérito ou antiguidade de serviço, ou como categoria correspondente às tarefas confiadas aos seus cuidados” (LEEN; REARDON, 1954, p. 40), este último sendo o caso de Pacelli. Ele também seria nomeado Cônego da Basílica de São Pedro, cujo cabido era responsável pelo canto solene do Ofício Divino, a oração oficial da Igreja (LEEN; REARDON, 1954, p. 40).

O Código de Direito Canônico ficou pronto em 1917 e foi promulgado pelo papa Bento XV depois de doze anos de empenho. No mesmo ano em que mundialmente a realidade se apresentava crítica, Bucareste tinha sido ocupada pelos alemães e os Aliados passavam por um momento crítico, e a Rússia tinha adentrado na revolução. O movimento comandado por Vladimir Lenin e Joseph Stalin espalhava-se por toda a Rússia e se voltava contra as igrejas cristãs (ALBUQUERQUE, 2009).

No mesmo ano, no dia 13 de maio de 1917, Eugênio Pacelli recebeu do Papa Bento XV a sagração como Arcebispo titular (*in partibus infidelium*)²³ de Sardes para enviá-lo como Núncio Apostólico²⁴ na Baviera (MELO, 1974). Desta maneira, dias depois o Arcebispo Eugênio Pacelli partiu para Munique onde ficou por oito anos.

Apesar de estar em um país onde predominava a religião protestante o Estado da Baviera sempre teve uma maioria católica, por esse motivo a proximidade desse Estado com a Santa Sé era real e necessária. A Baviera era peça chave nas relações como Reich, pois era o único Estado alemão que possuía relações diplomáticas com a Santa Sé.

A Baviera, juntamente com outros estados alemães, fazia parte do Reich formando uma nação, cada estado detinha uma parcial autonomia em relação ao governo de Berlim mantendo algumas individualidades como a organização administrativa e legislativa (LEEN, 1954, p. 52).

Em maio de 1917, o Núncio Apostólico Eugênio Pacelli iniciou a sua instalação na Nunciatura em Munique. Logo em sua mudança precisou de uma secretária que cuidasse dos serviços domésticos, trabalho que até o momento tinha sido feito por sua mãe em Roma. Os trabalhos de governanta foram confiados a uma jovem religiosa chamada Irmã Pascalina²⁵ da Congregação da Santa Cruz de Menzingen.

Dom Pacelli não tinha amigos muito próximos em Munique, e os que tinha sempre eram ligados aos trabalhos na Nunciatura. Um de seus amigos foi o Padre Leiber que lhe ensinou alemão e foi seu secretário pessoal, outro amigo foi o padre Bea que lhe dava instrução sobre a sagrada escritura e era o seu confessor. Os dois amigos de Munique eram padres jesuítas, muito eficientes e se doavam no serviço eclesiástico. Segundo Lebec (1999) com a convivência o núncio aprendeu com os amigos alguns hábitos jesuítas. Pacelli desde

²³ A Igreja Católica para nomear um arcebispo dá a ele a responsabilidade de uma diocese, mesmo que não haja fiéis, ele é responsável por aquele povo e a diocese não é extinta.

²⁴ Os Núncios eram representantes do Papa junto aos diversos países e são considerados como parte do corpo diplomático e verdadeiros embaixadores da Santa Sé.

²⁵ A Irmã assumiu na nunciatura o trabalho de coordenar os serviços domésticos e acompanhou Pacelli até o final de seu pontificado. Pascalina era jovem e apesar de sofrer alguns julgamentos por ser muito próxima ao núncio era leal e os serviços relacionados a Pacelli agradavam a ela (LEBEC, 1999).

criança teve proximidade a Santo Inácio de Loyola fundador dos jesuítas mas foi em terras alemães que se aprofundou na espiritualidade da ordem principalmente com os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola.

Pacelli rapidamente se destacou em Munique, era reconhecidamente o representante da Igreja Católica e como afirma Manhattan (1986) nenhum católico que participava da política alemã, praticava qualquer decisão sem antes consultar o Vaticano através do Pacelli, e como ele obtinha a confiança do Pontífice, muitas opiniões ficavam a cargo do Núncio.

Em junho de 1917, Pacelli, com seus trabalhos e objetivos traçados em Munique, num encontro com o imperador Guilherme II, expressou sua principal missão que era sugerir ao Imperador que fizesse uma proposição de paz. A sugestão e intermédio de Pacelli era que as negociações permitissem a livre navegação dos mares, o controle de armamento, negociações sobre as fronteiras entre França e Alemanha e entre Áustria e Itália, a preservação das colônias alemãs e a independência da Bélgica (ALBUQUERQUE, 2009). A intervenção do Núncio não foi acolhida pelo imperador.

Segundo Carlos Veloso Melo (1974), no momento que Pacelli como representante de Papa Bento XV fracassou na tentativa de paz, se empenhou no atendimento aos atingidos pela guerra, formando uma rede de ajuda com bastante eficiência (figura 6). O núncio visitou a Alemanha e os campos de prisioneiros de guerra, suas ações humanitárias foram reconhecidas em Munique onde era bem quisto pela população.

Figura 6 - O Núncio Pacelli distribuindo donativos aos prisioneiros de guerra



Fonte: < http://1.bp.blogspot.com/_c6AcFikFO-8/StZDGuzmPFI/AAAAAAAAADg/m531xf2ojSk/s1600/Nuncio+Pacelli+distribues+packages+to+WWI+prisoners+in+Germany.jpg >

Com o terrorismo bolchevique presente em toda a Alemanha, a capital Munique foi muito atingida pela insegurança, isto exigiu que o Núncio ficasse um tempo afastado na Suíça, no final de 1918. Ao retornar em 1919, o governo bolchevique havia sido instaurado em Munique e as ações revolucionárias, com violência, sequestros e confisco de bens, violação dos direitos civis e onda de medo na população (MELO, 1974). A condição em que se encontrava o território alemão era de muita instabilidade, nem mesmo as embaixadas eram respeitadas e invasões eram frequentes. Do corpo diplomático apenas Pacelli continuou na cidade o que lhe deixava em extremo risco, uma evidência disso é que durante duas semanas o carro da nunciatura foi metralhado três vezes (MELO, 1974, p.29). Segundo Lebec (1999) foi na Nunciatura em Munique que o sacerdote vivenciou um acontecimento que o marcou profundamente. A Nunciatura foi cercada por comunistas e Pacelli foi ameaçado por um dos líderes, teve uma arma apontada para seu peito, mas não foi morto, pois ao presenciar a invasão dos comunistas a Irmã Pascalina correu para pedir ajuda da segurança na embaixada italiana. Para Lebec (1999) esse fato teria reforçado em Pacelli a sua aversão ao comunismo e a certeza de que tal ideologia deveria ser combatida pela Igreja Católica.

A experiência vivida implicou nas relações e reações futuras do Núncio, o que Hallbwachs destaca como sendo a memória individual e histórica, que além de forjar o porvir de Pio XII como pessoa, conceitua aqueles que viveram tal acontecimento com ele, além dos participantes da cúria a memória construída por Pacelli define o líder comunista e assim todo o comunismo como algo a ser combatido por que é uma grande ameaça. Desta forma, a experiência que Pacelli em Munique e a realidade que viu e sofreu da revolução bolchevique influenciou em sua oposição ao comunismo.

A situação teve uma significativa transformação quando foi instaurado o regime republicano alemão com a República de Weimar.

Logo que a Constituição de Weimar foi assinada, tornou-se imprescindível o estabelecimento de relações diplomáticas que ajudassem a Alemanha a sair da grave crise por que passava. A Santa Sé podia oferecer uma importante oportunidade para que o novo governo obtivesse mais rapidamente o reconhecimento internacional. Por isso, as negociações entre a Santa Sé, representada pelo Núncio Pacelli, e a Alemanha foram rapidamente concluídas e, em 27 de setembro de 1919, ficou acertado que o Barão Diego Von Bergen seria o primeiro Embaixador alemão junto à Santa Sé, enquanto que o Núncio Pacelli estenderia seu trabalho de representante papal, não só ao Estado da Baviera, mas a toda a Alemanha. Assim sendo, em 30 de junho de 1920, Pacelli apresentou suas credenciais diplomáticas ao presidente da República, Friedrich Ebert, tornando-se o Decano do Corpo Diplomático acreditado junto ao novo governo. Entretanto, não se mudou imediatamente para Berlim, permanecendo ainda em Munique até agosto de 1925, quando concluiu uma Concordata entre a Santa Sé e o Estado da Baviera. (ALBUQUERQUE, 2009)

O acordo com o Estado da Baviera forçava, por motivos de disputa, uma negociação entre a Prússia e a Santa Sé, porém as disparidades eram mais perceptíveis nas exigências prussianas. Um dos principais motivos das dificuldades nas negociações eram as exigências no âmbito educacional. A Santa Sé pedia liberdade nas escolas confessionais o que claramente o Estado prussiano não estava disposto a permitir, o consenso foi difícil de ser encontrado, mas a Concordata foi assinada em junho de 1929, excluindo das negociações tudo o que incluía o assunto educacional.

No tempo em que o Monsenhor ficou na nunciatura na Alemanha, em que se somaram 12 anos, fez muitas amizades, tornou-se conhecido e estimado por muitos. A irmã Pascalina, sua governanta o descreveu como alguém que era reconhecido por sua altivez e requinte, mas muito humano e sensível. (LEHNERT, 1982 apud CORNWELL, 2000, p. 117).

Até mesmo o imperador Guilherme II se referiu ao núncio como “uma pessoa atraente e distinta, possuidora de uma inteligência superior e de excelentes maneiras. O perfeito modelo de um eminente prelado da Igreja Católica Romana” (MELO, 1974, p. 27). Pacelli, que ao chegar à nunciatura tinha dificuldade com o idioma, alcançou grande fluência e transitava facilmente entre os diversos idiomas e assuntos nas recepções diplomáticas que proporcionava na nunciatura, sendo reconhecido como ótimo anfitrião e o diplomata mais bem informado de Berlim (CORNWELL, 2000, p. 116-117).

No fim de 1929, Pacelli foi chamada pela Cúria romana para voltar a sua cidade natal, Roma, onde seria nomeado Cardeal; dessa forma deixou a Alemanha. Ao regressar para o Vaticano foi possível notar a sua popularidade com a população bem como com as autoridades. Na época de sua transferência o então presidente alemão Marechal de Campo Von Hindenburg prestou-lhe homenagem em uma sessão na Ópera Kroll. Pacelli era muito querido pelo presidente que, segundo Hatch (1957 apud. Cornwell 2000, p.119), já havia pronunciado em outra ocasião as seguintes palavras:

Eu lhe agradeço por tudo o que realizou durante todos estes anos pela causa da paz, inspirado por um elevado senso de justiça e um profundo amor à humanidade; e posso assegurar que não vamos esquecê-lo, nem o trabalho que fez aqui.

Durante o pontificado de Pio XI, o cardeal Gasparri Secretário de Estado, chefe da diplomacia vaticana, assumiu muitas negociações trabalhando nos acordos de Latrão. No entanto, pouco tempo após a assinatura do tratado o cardeal Gasparri foi demitido do cargo e com esse afastamento Eugênio Pacelli (figura 7), já nomeado Cardeal, foi chamado a assumir

a Secretaria de Estado da Santa Sé, no final de 1929, cargo similar ao de primeiro-ministro, sendo o prelado mais próximo ao Papa Pio XI.

Figura 7 - Papa Pio XI e Eugênio Pacelli à direita, em primeiro plano



Fonte: <<http://www.societastoricacivitavecchiese.it/?p=302>>

Segundo Lebec (1999) a mudança de Secretário de Estado é para que o novo cardeal execute outra política, apesar de Gasparri ter sido o primeiro incentivador de Pacelli, Pio XI viu no jovem um bom diplomata e executor. Eram mais intenções e apostas políticas que o papa via em Eugênio, pois havia muitos prelados que tinham mais experiência e eram mais conhecidos que ele.

Ao ser Secretário de Estado Eugênio Pacelli sempre foi muito dedicado, vendo nos serviços pontifícios sua missão. A partir desse cargo, Eugênio Pacelli passou a representar o Papa em viagens, encontros e negociações políticas. Durante este período assumiu uma posição de muita importância, pois, segundo Carletti (2012), seu serviço era de “vice-papa” e, desta maneira, tornou-se conhecido e conhecedor do ambiente diplomático:

Em 1929, sendo também Pacelli um homem solitário, se tornará o braço direito do papa. Permanecerá dez anos a serviço dele, sempre tão solitário quanto trabalhador. Dispõe de um Estado totalmente novo a serviço do papado. Pacelli conhece

perfeitamente o instrumento político que é agora o Estado da Cidade do Vaticano. (LEBEC, 1999, p.)

No dia-a-dia da Secretaria de Estado, Pacelli tinha a seu cargo um trabalho exaustivo, pois auxiliava o pontífice Pio XI na produção de muitas documentações. O pontífice se preocupava com todos os problemas de sua época e sempre queria dar aos fiéis ensinamentos sobre as novas questões que o progresso apresentava à fé e ao apostolado. Os pronunciamentos do papa sobre assuntos como o cinema, a questão social, a corrida armamentista, a juventude, eram feitos segundo os estudos preparados por seu Secretário de Estado, que, com seu gosto pela exatidão estudava muito para manifestar a sua opinião (MELO, 1974, p.41).

Nos trabalhos como secretário de Estado e com o contexto político delicado, Pacelli auxiliou o Papa Pio XI em muitas encíclicas publicadas manifestando a opinião da Santa Sé sobre as ideologias reacionárias que se difundiam. Melo (1974) afirma que Pio XI declaradamente exprimia o desejo de que Pacelli fosse seu sucessor e por isso, o enviava para viagens diplomáticas e representações pastorais com a intenção de que o Secretário “conhecesse o mundo e o mundo o conhecesse.”.

Em 10 de fevereiro de 1939 o papa Pio XI faleceu. A causa da morte declarada pelo Vaticano foi ataque cardíaco. Ao falecer Pio XI iniciava-se uma nova missão para Pacelli. Ele tinha sido designado pelo pontífice como carmelengo²⁶ isso significava que precisava tomar todas as providências para o funeral, a comunicação da morte, a *sede vacante*²⁷ assim como a destruição do anel do pescador. A partir daquele instante Pacelli tornou-se a maior autoridade responsável por todos os assuntos da Santa Sé.

Quando os fiéis ficaram sabendo da morte de Pio XI a praça de São Pedro ficou tomada pelas multidões que foram participar do velório do pontífice. Muitos líderes de estado e autoridades se fizeram presente no velório. Segundo Thomas Gordon (2013, p.55):

Entre os convidados do setor reservado aos chefes de Estado, estava o rei Emanuel III, da Itália, então com setenta e três anos de idade. A seu lado sentavam-se o rei Carlos II, da Romênia, e o rei Leopoldo III, da Bélgica. Próximos a eles estavam Benito Mussolini e seu gabinete. O Duce vestia seu uniforme militar; e os políticos, ternos pretos. O general Francisco Franco, ditador espanhol, usava uma braçadeira preta sobre seu uniforme. Joseph Kennedy, pai do futuro presidente dos Estados Unidos, representava sua nação.

²⁶ Cardeal que desempenha as funções do papa, interinamente, e governa a Igreja católica entre a morte de um pontífice e a eleição do seu sucessor.

²⁷ Do latim trono vazio, segundo o Direito Canônico é quando a sede pontifícia ou episcopal fica sem titular pelas causas reconhecidas pelo direito, ou seja, o trono pontifício fica sem um representante motivo de morte ou renúncia, até que seja realizado o conclave para nova eleição.

Apesar de Pacelli estar preparado para assumir o serviço e ter um gosto especial de servir a Igreja, durante o falecimento, velório e resoluções políticas e pastorais ele convivia com o choque de perder um amigo e um pai ao qual doou muitos anos de serviço e que diante da solidão dos trabalhos pontifícios fora muitas vezes sua única companhia.

Em março de 1939 iniciavam as especulações sobre o novo pontífice, com muitos repórteres em Roma, a biografia dos cardeais eram todas divulgadas, a morte do Papa anterior e sua ausência se mesclava com a necessidade de um sucessor principalmente com a situação que a Europa vivia. O conclave era o primeiro após o Tratado de Latrão e o responsável por toda a organização era novamente Pacelli, sistemático e preparado para os desafios de conduzir a escolha que decidiria a condução da Igreja Católica naquele período de total incerteza. Muitas opiniões giravam em torno do futuro do trono petrino, o novo pontífice a ser escolhido representava determinadas características no governo da Santa Sé que eram particulares do eleito. Thomas Gordon (2013, p.56) narra a opinião de um monsenhor Pucci, sobre o conclave:

O enérgico monsenhor Pucci havia fornecido sua própria e mais recente análise do resultado à imprensa: Se os eleitores quiserem um papa inteligente, ficarão a favor do cardeal Luigi Maglione. Se a exigência for um papa bem-apegoado, votarão no cardeal Federico Todeschini. (...). Se for para ser um “homem santo”, então podem optar por empossar Pacelli.

Às 18h15, Pacelli, como mestre de cerimônias, proclamou duas palavras. *Extra omnes*. Essa expressão significava que a partir daquele momento apenas os cardeais podiam continuar na Capela Sistina, pois se dava início ao conclave. Segundo Thomas Gordon (2013, p.58) :

Na primeira votação, Pacelli liderou com vinte e oito votos, Luigi Maglione chegou em segundo lugar com dezenove e Elia Dalla Costa obteve quatro a menos. Depois do jantar, os eleitores se retiraram a seus pequenos aposentos, mobiliados com camas emprestadas de um seminário de Roma. Na manhã seguinte, depois de celebrar uma missa e tomar o café da manhã, os cardeais votaram pela segunda vez. Os apoiadores de Dalla Costa haviam migrado para Pacelli, dando uma liderança significativa ao secretário. Às 17 horas em ponto, no final da tarde de 2 de março, os cardeais votaram pela terceira vez. Pacelli havia atingido a maioria exigida de quarenta e nove votos para ser eleito.

O conclave que escolheu o Eugênio Pacelli foi o mais rápido dos últimos trezentos anos, o que foi positivo para um período de grandes tensões, a sede vacante gerava ainda mais incertezas. O recém-eleito pontífice escolheu o nome de Pio XII (figura 7) o que significava muito mais do que uma simples nomenclatura, mas declarava o desejo de continuar as ações de seu antecessor.

Figura 8 – Eugênio Pacelli: Papa Pio XII



Fonte: < <https://br.pinterest.com/pin/241435230003167828/> >

O Secretário de Estado escolhido por Pio XII foi o cardeal Luigi Maglione que tinha sido o segundo mais votado no conclave. Maglione era um prelado italiano que tivera sido núncio na França e na Suíça, tinha popularidade entre o corpo cardinalício dessas regiões, mas que não possuía muita proximidade com o pontífice (LEBEC, 1999). De acordo com Gordon (2013, p.58), um cardeal famoso por ser grande informante dos jornais, ao definir-se o novo governo afirmou: “o monge que havia dentro de Pacelli e a inclinação pela vida boa de Maglione nunca os tornarão compatíveis”. Talvez as dissonâncias com o Secretário de Estado Luigi Maglione tenham sido o motivo para que Pio XII não nomeasse outro prelado para assumir seu lugar após o falecimento do cardeal em 1944.

A coroação formal de Pacelli como soberano do Estado da Cidade do Vaticano aconteceu no dia 12 de março de 1939 na basílica de São Pedro. Seu pontificado iniciou com as tensões acirradas em relação às dissonâncias políticas na Europa como veremos no próximo capítulo, a Igreja estava em situações delicadas que vinham se desenrolando desde o início da década de 30.

2. A GUERRA, A DOUTRINA CATÓLICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1 A GUERRA E O PRINCÍPIO DO MAL MENOR

Na tradição ocidental as opiniões que giram em torno do conceito de guerra sempre tiveram notoriedade, assim como propriamente as guerras que estiveram presentes formando e transformando o mundo desde sua cultura, delimitando territórios e povos. Com o crescimento da religião e da teologia moral, como também da filosofia e da busca pela paz, a sociedade ocidental começou a perguntar qual a posição correta moralmente a ser tomada a respeito das guerras.

A guerra perpassou todo Antigo Testamento e foi um dos principais fatores que influenciaram a história do povo de Deus, mas a concepção cristã afirmava que a partir de Cristo o conflito já não imperava mais, e sim a virtude da caridade. Assim sendo, por um longo período a guerra foi vista como uma afronta aos comportamentos evangélicos onde a violência nunca era aceita. Sendo o amor a lei maior deixada por Cristo, era obrigação doar-se e não revidar se por algum motivo o indivíduo fosse agredido. Este pensamento era justificado pelas palavras do antigo testamento em que diz: “Se te esbofetearem a face oferece o outro lado.” De fato na crença cristã violência deveria ser evitada a todo custo.

Após o Édito de Milão, no século IV, em que o número de cristãos ascendeu consideravelmente e que as massas constituíam o cristianismo, o assunto da guerra como defesa da coletividade passou a ser de necessária discussão. As ameaças dos bárbaros e os perigos dos ataques demonstravam a necessidade de defesa com o uso da força para proteger o povo e o território. Unido à manutenção do Império e a sua sobrevivência estava a defesa da religião, pois o domínio de outros povos significava a perda de fiéis e a soberania das religiões pagãs e dos infiéis.

Mariz Fernandez (1993, p. 6) afirma que no início do cristianismo o teólogo e escritor Orígenes (185-254 d. C) assegurava que os filhos de Deus não sabiam guerrear justamente por tal filiação e essa era a conclusão da Igreja, à época, de acordo com o Novo Testamento. Essa concepção sofreu alterações com a filosofia patrística em que os conceitos de guerras justas e injustas foram desenvolvidos, destacadamente no pensamento de Santo Agostinho. Santo Ambrósio (340-397) assegurava que a guerra como proteção contra os bárbaros e ladrões era justa e que os cristãos eram chamados a se oporem às destruições causadas a seus

semelhantes, pois caso contrário, pelo silêncio seriam culpados da mesma forma que o agressor por serem coniventes aos prejuízos sofridos por seus pares.

Santo Agostinho em sua obra *Cidade de Deus* abordou o tema da Providência Divina, ou seja, a intervenção de um dom supremo no desenrolar dos acontecimentos no universo. Como Agostinho viveu no período da invasão do Império Romano, já via o esfacelamento dos argumentos contra toda e qualquer maneira de intervenção armada. Ele denunciou as guerras que acabavam com as cidades por ganância e busca de domínio. Por esse motivo o Bispo de Hipona acreditava que os cristãos já não podiam ficar imunes às violências que sofriam. Segundo Santo Agostinho (2000, p.1333):

Esta é a paz procurada por guerras laboriosas — a paz que uma vitória, que se julga gloriosa, consegue! Quando são vencedores os que lutam por uma causa mais justa, quem duvidará de que seja louvável uma tal vitória e desejável a paz que dela resulta? São bens e, não há dúvida, dons de Deus. (Livro XV, cap.IV, p.1333)

Para ele, na intenção de buscar a verdadeira paz e combater a violência injusta era necessário e de motivo justo recorrer para a guerra, dessa maneira a vitória viria como dádiva de Deus.

Foi a partir da queda do Império Romano que as guerras tornaram motivo de sobrevivência para o manutenção dos territórios e por consequência o conceito de guerra justa foi firmado de fato. Segundo Rodrigues (2008, p.125):

A decadência de Roma, no entanto, não extinguiu a discussão sobre a guerra. Ao contrário, quando o império ocidental caiu em definitivo, no século V, o tema da guerra justa já havia sido incorporado pela Igreja católica. O pacifismo da Igreja primitiva, caracterizado pela resistência ao militarismo e expansionismo do império romano pagão, cedeu espaço à preocupação dos teólogos cristãos com a guerra justa a partir da elevação do cristianismo ao status de religião de Estado, pelo imperador Teodósio I, em 380.

A dificuldade de definir a guerra como possível dentro da moralidade cristã criou uma forma específica que foi a chamada guerra justa sendo o direito de chegar ao conflito e conduzi-lo de forma virtuosa mantendo firmemente os pilares morais. Para Rodrigues (2008, p. 126):

Essa forma particular foi estabelecida a partir da releitura cristã da doutrina da guerra justa romana, acomodando o uso político da violência à prática da fé a partir da fusão entre Estado e cristianismo. Tratou-se, portanto, da urgência em tornar a guerra aceitável ou, ao menos, que alguma forma de guerra pudesse ser justificável.

Para que a guerra fosse justa seria pela defesa da fé, sempre buscando o restabelecimento da paz. Para Santo Agostinho, “a injustiça do inimigo é a causa de o sábio declarar guerras justas. Semelhante injustiça, embora não acompanhada de guerra, simplesmente por ser tara humana, deve deplorá-la o homem” (1990, Livro XIX, Cap. VII, p.396).

Santo Tomás de Aquino (1225-1274), em sua obra *Summa Theologica*, escreveu sobre uma interrogação central que fazia, de que seria sempre pecado fazer guerra. Na filosofia tomista, em que sempre há centralidade da fé católica, a guerra está ligada ao pecado.

A resposta que Santo Tomás encontrou, com base na doutrina católica, foi a que desenvolveu na “Teoria sobre as condições para uma guerra justa” onde ele se baseia em três pontos principais. A primeira é a autoridade do príncipe que sendo ele o soberano determina o envolvimento ou não na guerra, o segundo é a existência de uma causa justa, isso levando em consideração o julgamento com a caridade, mas vendo a necessidade de que os promotores do conflito possam expiar as suas faltas no combate “uma causa justa; isto é, que os atacados mereçam sê-lo por alguma culpa” (Santo Tomás 1956, p. 533); e o terceiro é uma intenção reta sabendo claramente que devem, apesar de adentrarem na guerra, manter a virtude promovendo o bem e evitando o mal.

Como afirma Dawson (1999, p.292. apud Rodrigues 2008) resumindo Santo Tomas de Aquino para que a guerra fosse justa era necessária ”causa justa, intenção justa e autoridade justa”.

Para Santo Tomas a guerra seria o último recurso para a defesa da dignidade humana, para a libertação dos oprimidos e restauração da paz. Apesar de olhar para a pacificidade e o anseio pela não violência para ele os cristãos deveriam por vezes adotar uma ação de ataque pela defesa do bem comum e pelo bem daqueles com quem se luta (Santo Tomás de Aquino 1956, p. 535). Assim, como Santo Agostinho, ele via também na guerra uma ação vingativa, uma punição aos promotores da mesma. Segundo Mariz Fernandes (1993, p.93), “como responsável pelo bem comum temporal no reino, pela «tranquilidade na ordem», o príncipe detém a prerrogativa de fazer a guerra. Sendo, contudo, juiz e parte interessada, terá de examinar cuidadosamente as razões que o levam a fazê-lo.”

Francisco de Vitória (1483-1456), um sacerdote dominicano, e Francisco Suarez (1548-1619), um jesuíta, fundadores do direito internacional, proporcionaram conceitos importantes para a Igreja (AQUINO, 2014). As discussões dos sacerdotes foram positivas para um tempo em que os conflitos internacionais se iniciavam, a guerra era ferramenta para manter o respeito pelo direito das gentes, sendo vista dessa forma, era por meio das ações que

os conflitos eram julgados sendo a favor do bem comum da humanidade: “Uma guerra é injusta pela única razão de que, apesar da sua utilidade para uma dada província, ela causaria um dano ao Universo e à Cristandade.” (Francisco de Vitória apud. Fernandes, 1993, p.95)

A Igreja Católica por séculos se baseou nos conceitos de Santo Tomás de Aquino para desenvolver a doutrina sobre a guerra. Os princípios tomistas davam a Igreja amparo para, ao fazer um apurado discernimento nos momentos de tensões, apoiar ou não uma guerra. Por isso, a guerra sempre é a situação extrema de outras maneiras de resolução fracassadas. O cristão ao ver no homem e na fé as razões mais importantes para zelar, no momento em que não encontrava outra possibilidade de defendê-los apoiava a guerra.

A partir do século XVII outras opiniões foram se destacando e o estudo sobre política e relações internacionais cresceu, sendo que alguns pensadores positivistas passaram a analisar as guerras a partir do conceito de razão de estado²⁸ (*raison d'État*) como regulador dos conflitos, proposto pelo cardeal Richelieu²⁹. A razão de estado dava legitimidade às guerras e substituía os critérios morais que até então regiam as tensões políticas.

Esse argumento tem grande destaque nas relações internacionais, principalmente na teoria realista que tem como centro a preocupação com a segurança do próprio Estado e a sua sobrevivência. Nesse sentido, Kissinger (2007) afirma que na luta pela própria sobrevivência e autonomia em um conflito extremo, onde a guerra está em evidência como maneira de defender a própria segurança, inspiradas pela Razão de Estado, as nações primam pelos próprios interesses, e a Razão de Estado, sendo o interesse nacional para alcançar o bem-estar justifica qualquer meio a ser empregado. É desta maneira que em análise não existe obrigação moral entre os Estados já que qualquer resolução pode ser cancelada por decisão de uma das nações.

Para o realismo, é a busca pela sobrevivência e a segurança do estado que rege e constrói a política externa, pois não há algo mais importante do que a perpetuação e a consecução do poder e da estabilidade. Cada Estado deve seguir suas individualidades, por isso, as relações com outros Estados são vistas como condições provisórias, pois o conflito pode emergir em qualquer momento e ocorrendo isso, cada nação luta por seus interesses e todos os acordos são rompidos, pois nada pode obstaculizar as ambições nacionais.

O realismo tem como inspiradores clássicos Tucídides, Maquiavel e Hobbes. Para eles a figura do líder de Estado tinha uma grande relevância no plano político, pois era dele que

²⁸ Afirmava que o bem estar do Estado justificava qualquer meio que se empregavam para promovê-lo; o interesse nacional superou o conceito medieval de moral universal. (Kissinger, 1996, p.33)

²⁹ Foi o principal agente da política francesa, era cardeal católico e primeiro ministro da França de 1624 a 1642. Ele é chamado de pai do sistema de Estados moderno (KISSINGER, 1996, p.33)

partia toda ação de governo e todas as decisões estratégicas de sobrevivência. Para Maquiavel, as características do governante deviam ser apuradas porque para que uma nação pudesse sobreviver eram necessárias atitudes inteligentes, bem preparadas, com prospecções determinadas para o crescimento como para a competição com outros Estados. O que Maquiavel destacava era que no Estado o líder não podia comportar-se com os princípios da Ética Cristã de viver o amor e evitar a guerra, pois para ele agir dessa maneira era irresponsabilidade do governante.

Partindo dos realistas clássicos, Hans Morgenthau, um realista neoclássico, define a política como uma luta pelo poder sobre os indivíduos e seus objetivos, o poder é a maior razão para suas ações e as maneiras de conquistá-la é a técnica da ação política. (Morgenthau 1965 p.195)

Dessa mesma forma Maquiavel interpretava as motivações da guerra sobre as necessidades de um Estado, pois, segundo ele a guerra seria justa sempre que fosse necessária. A determinação de justa ou injusta cabia ao soberano como Santo Tomas afirmava, mas era apenas um juízo de necessidade. Como afirma Fernandes (1993, p.97):

Com efeito, enquanto para os primeiros a justiça tinha um fundamento moral, para Maquiavel o critério de apreciação era meramente o da utilidade, sendo fundamental objetivá-lo face aos interesses do príncipe, que se confundiam com os da comunidade.

Alguns idealistas alemães apoiaram as ideias de Maquiavel, justificando que, diferente dos conceitos tomistas pelos quais a Igreja norteava a sua posição, eles interpretavam a guerra como legítima se fosse necessária para manter a posição do Estado, não necessitando extinguir os meios de contensão do conflito.

As interpretações principalmente da Igreja em relação a guerra tiveram grandes transformações na primeira e Segunda Guerra Mundial, até esse período o mundo não tinha visto a tecnologia usada nos conflitos. Outros fatores extremamente importantes brotavam na discussão de guerra justa, os conceitos que o pensamento católico defendeu até o início do século XX já não mais se sustentavam, pelo fato que o conflito significava uma ruína para os países e destruição para os povos, em proporções nunca antes vistas.

Na Segunda Guerra Mundial o pensamento do Papa Pio XII fundamentou as transformações em relação às opiniões referentes às relações internacionais e inclusive aos conflitos. Figura principal do pensamento católico moderno das relações internacionais, o Papa Pio XII desenvolveu em seus escritos ideias chaves que nortearam a postura da Igreja durante a Segunda Guerra. De acordo com Fernandes (1993), o principal argumento que Pio

XII desenvolveu, no que tange a teoria das relações internacionais, é o de que a guerra mesmo quando justa, só pode ser tolerada como um mal necessário, face às carências de organização da sociedade internacional. Denunciando calorosamente as guerras de agressão, que classificou de crime supremo contra a humanidade, Pio XII admitiu o recurso às armas contra dois tipos de agressões: a agressão contra a existência ou a independência de um Estado e a violação maciça dos direitos humanos.

Conforme Lebec (1999, p.105), até o pontificado de Pio XII, os estudos mais completos sobre guerra justa desconheciam a guerra defensiva, em que tudo parecia permitido para lutar contra o agressor mas, o Papa completa os estudos dos teólogos impondo a toda a guerra, mesmo que defensiva, os limites da guerra justa. Frente a essa análise a guerra seria possível se todas as possibilidades de conciliação fossem extintas, e no caso de legítima defesa levando em consideração sempre o princípio do mal menor. Em um uma radiomensagem no ano de 1941 Pio XII proferiu:

Às potências que ocupam países durante a guerra, sem faltar-lhes ao devido respeito dizemos: A vossa consciência e a vossa honra vos guiem no tratamento da população das terras ocupadas de modo justo, humano e prudente. Não imponhais a eles pesos que vós, em casos semelhantes sentistes ou sentiríeis injustos. A humanidade prudente e socorredora é glória e honra dos sábios capitães; e o tratamento dos prisioneiros e das populações dos lugares ocupados, o mais seguro índice e prova da civilização das almas e das nações. (Pio XII, 1941 apud Chinigo, 1961, p.174)

A legítima defesa pela Igreja Católica é entendida como um dever por se tratar de sua própria vida, salvo situações isoladas, em que a subtração dessa ação salvará um maior número de pessoas. Dessa maneira o princípio do mal menor gera as ações até mesmo diante de acontecimentos de extremas decisões.

O princípio do mal menor se encontra na ética clássica de Aristóteles. Esse conceito não nasce de valores morais bem determinados, mas de comparações entre dois bens distintos. Segundo os pensadores cristãos não há a existência ontológica do mal, mas a negação do bem moral gera um mal absoluto que para eles era nada mais do que o mal moral (CIC n. 310-311). No modo de pensar o mundo cristão outros valores também eram vistos como absolutos e, desta maneira, interpretados como invioláveis como a dignidade humana e os direitos humanos causando os pontos de defesa da vida e das condições essenciais como um dever doutrinal de cada católico. Por esse motivo o mal menor não pode, salvo poucas exceções, agredir um destes valores absolutos.

No caso próprio de guerra, entendendo ser necessário adentrar no conflito como forma de legítima defesa, extinguindo os recursos diplomáticos um dos critérios era que as

possibilidades de vitória fossem claramente asseguradas (CIC, n. 2309). Dessa maneira o Estado, acreditando ser a única forma de defesa, não podia sacrificar o seu povo causando destruição e não alcançando o objetivo almejado.

Comumente o princípio do mal menor é explicado da seguinte forma: Diante de males inevitáveis é preciso escolher o menor, e diante dos bens lícitos, é mais virtuoso escolher um bem maior. Desta maneira, o mal menor seria aquele escolhido quando não há nenhuma possibilidade e evitar que uma decisão seja negativa e por isso o critério é escolher a que cause menores danos e seja a menos negativa.

Quando o mal menor se refere a situação em que prevendo males inevitáveis é escolhido o menor para que a pior situação seja evitada, o mal menor tem ligação direta ao que é gerado a partir de uma decisão. Quando a eleição de uma possibilidade é obrigatória sem poder escolher uma opção sem nenhum risco ou consequência negativa, o menos prejudicial é escolhido.

Além de procurar pelo mal menor nas consequências geradas pelas escolhas, e essa é uma forma de análise geral, também há a necessidade de olhar para as escolhas no sentido da decisão por ela mesma e em um cenário apenas negativo optar pelo menos nocivo.

O princípio do mal menor é defendido pela Igreja Católica, e foi trabalhado por Santo Tomás de Aquino em seus escritos, a sua concepção ressalta o fator de que o mal menor é o único recurso no momento em que resultados ruins não podem ser evitados. Tomás de Aquino reafirma o fato de que não é possível tomar uma decisão negativa prevendo resultados bons. Essa decisão fere os princípios da teologia moral.

Em um famoso livro da doutrina católica, chamado *Teologia Moral* (1959) a discussão do mal menor é discutida pelo autor Teodora de la Torre Del Greco no sentido do proceder e o que tal atitude de adotar o princípio gera na consciência humana, por ser referente ao proceder católico há uma pré requisição ética da verdade moral objetiva e a existência de valores morais absolutos. O pensamento de Del Greco desenvolvido principalmente sobre pontos da Teologia Moral de Afonso de Ligório, doutor e santo da Igreja Católica. Em um documento do Conselho Pontifício para as Famílias foram conceituados alguns verbetes e no que se refere ao princípio e argumento do mal menor o texto cita:

Consciência perplexa é a de quem, diante de dois preceitos estabelecidos, acredita que pecará se escolher um ou outro; caso possa suspender a ação, é obrigado a adiá-la enquanto consulta pessoas competentes. Se não puder suspendê-la, é obrigado a escolher o mal menor, evitando transgredir o direito natural mais do que o direito humano. Se não é capaz de discernir qual seja o mal menor, faça o que fizer, não peca, porque nesse caso falta a liberdade necessária para que exista pecado formal. (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, 2002)

O fato em que se detinham não era que o mal menor fosse uma coisa boa a ser feita, mas afirmavam ser a obrigação em uma situação de conflito. Na encíclica de Leão XIII *Libertas*³⁰ (1888, n.23) o pontífice assegura que o princípio de tolerância a um mal prejudica ao bem comum ou interfere de tal forma no Estado que causa um mal maior, a consequência é um proceder incorreto, pois desta forma a tolerância passa de um bem a um mal.

Alguns autores afirmam que o uso do mal menor como estratégia passa de mero recurso necessário como forma política e dessa forma corrompem o princípio do mal menor. Pois, a partir do momento que um Estado vê no princípio do mal menor uma atuação política ele aceita o mal como mal e de forma contínua passa a atuar na de forma passível em relação ao mal menor não buscando maneira de superá-lo com o bem. Adotando assim, a doutrina liberal ou relativista e se aproximando dos conceitos de Locke (CIVITA (Ed.), 1973).

Quando se refere à análise das relações internacionais John Locke inspira a escola liberal como também outros autores Montesquieu, Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Immanuel Kant (PECEQUILO, 2004, p.137).

Naturalmente, o conflito não poderá ser evitado, mas as guerras serão vistas como um obstáculo a ser evitado, pois compromete a estabilidade da comunidade (CARLETTI, 2012). Para os liberais, somente a ajuda mútua pode evitar a eclosão de novos conflitos e hostilidades. Um de seus objetivos era garantir a segurança coletiva incentivando a cooperação entre todos os Estados, transformando-os, desta forma, de competidores em parceiros por meio de sua integração.

Para os liberais, as relações internacionais podem envolver cooperação e paz, possibilitando o crescimento do comércio livre e a expansão dos direitos universais dos homens (PECEQUILO, 2004, p. 139). Por isso as relações internacionais seriam um cenário em que os Estados juntamente com as organizações internacionais, empresas transnacionais e indivíduos pudessem atuar sem guerra e com livre comércio.

Diferentemente do pensamento liberal está a teoria defendida por Morgenthau que afirma ser a guerra uma realidade a todo tempo presente, e os comportamentos que desafiam os conceitos fixos e definidos pela doutrina cristã católica:

Tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente, razão por que, na melhor das hipóteses, devem ser buscados

³⁰ LEÃO XIII Carta Encíclica *Libertas Praestantissimus*. 20 de junho 1888. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_20061888_libertas.html> Acesso em 07 fev. 2018.

mediante o recurso, sempre temporário, ao equilíbrio de interesses e à inevitavelmente precária solução de conflitos. Assim sendo, essa escola vê em um sistema de controles recíprocos um princípio universal válido para todas as sociedades pluralistas. Ela recorre mais a precedentes históricos do que a princípios abstratos e tem por objetivo a realização do mal menor em vez do bem absoluto. (MORGENTHAU, 2003, p.4)

Morgenthau usava o princípio do mal menor como forma de alcançar o interesse nacional sem formas arriscadas e com raciocínio fixo nos objetivos. Os teóricos realistas veem no equilíbrio de poder a regência das relações internacionais e por esse motivo o mal menor favorece a busca pelo interesse no estado evitando os riscos na competição internacional e promovendo uma posição perante as outras nações em um sistema anárquico em que cada um precisa conquistar seu lugar.

Um ponto que a doutrina da Igreja Católica interpreta o contexto nacional e internacional de forma muito semelhante ao liberalismo é no sentido de que cada homem deve trabalhar pelo seu bem individual criando uma coletividade que converge na busca do bem comum. Neste contexto a guerra se torna distante já que todos ganham com a paz e a cooperação respeitando a individualidade, a liberdade e os direitos de cada pessoa.

Seguindo a lógica do liberalismo que o homem é naturalmente bom e que conduzido para a convivência ele tende a cooperar, assim também os Estados, formados por esses homens, inclinam-se para cooperar uns com os outros. Mesmo desta maneira se aceita o fato de que o conflito é inevitável, porém a paz é almejada e tudo o que conduz a ela é enfatizado.

Todos os homens buscando em suas individualidades a realização do bem comum produzem a coletividade que nesse cenário resulta em uma democracia bem formada e sendo uma boa solução para gerir a sobrevivência do Estado. Havendo o predomínio da democracia como prática e valor é produzida a instrumentalização de uma estrutura que resulta de maneira natural à paz e à cooperação. Por isso alguns teóricos liberais acreditam que países democráticos não agem de forma brutal justamente por suas características políticas internas e assim a cooperação e a paz são favorecidas por esse comportamento. Hedley Bull (2002) usa o termo “sociedade anárquica” para identificar a anarquia, não como uma situação permanente, mas sendo conduzida por regras a um desenvolvimento pacífico do sistema internacional. (PECEQUILO, 2004).

Diferentemente a isso o princípio do mal menor defendido pela Igreja Católica tem como centro a moralidade e a centralidade no bem absoluto, por esse motivo ela instrui o risco da adoção do Princípio do mal menor como forma de agir, pois há um grande risco de falhar no combate ao mal e não promover a busca do bem comum. Desta maneira, por mais que o

Estado sobreviva ele nunca será forte o suficiente pois não consegue promover o bem e nem resistir ao mal.

Para a doutrina católica a busca por promover a dignidade humana e garantir os direitos humanos é em si a luta pela caridade e por esse motivo um combate que se expressa exteriormente, mas que acontece no interior do homem. Por esse motivo o mal menor é tido como possível para um Estado, já que é reconhecido como a única opção em algumas ações pessoais. Santo Tomás de Aquino relaciona a guerra ao pecado que nasce no interior do homem primeiramente, e vê no mal menor nas situações extremas a única medida cabível. A solução, em grande parte, está no interior do homem, seja para o fim do conflito como para a busca do bem, mas também está no interior do homem, extinguindo as possibilidades de bem, a escolha pela ação que menor danos irá causar ao bem comum.

A concepção católica sobre a guerra e os quesitos que a doutrina chama a analisar, torna-se de essencial importância para compreender a forma de agir da Santa Sé durante o século XX em especial na Segunda Guerra Mundial. Mesmo que a política seja regida pelo aspecto temporal que envolve o Vaticano é na fé católica que as ações são plasmadas.

2.2. A POLÍTICA EXTERNA DO VATICANO NO PERÍODO ENTRE-GUERRAS

Por possuir valores particulares, a doutrina católica da Santa Sé não abdica de seus interesses políticos nem mesmo se modera em suas ações, mas elas passam por critérios únicos assim como a postura referente a guerra. Segundo Lebec (1999) a política do Vaticano é não se deixar influenciar por opiniões externas, nem mesmo dos países com o qual possui relações diplomáticas e têm suas embaixadas junto dele.

Não se pode então falar da hipocrisia vaticana. Ela está fundada sobre os maiores orgulhos, os que dão lições. Na realidade, o papa pratica uma linguagem dupla, entre a do padre que quer converter e a do chefe de Estado que só fala de boa vizinhança. (...) O Vaticano herdou do governo do seu antigo território soberano cinismo prático suficientemente para ignorar as convicções religiosas dos outros Estados (Lebec, 1999, p. 32).

Um Estado, por possuir individualidades e interesses próprios assume no contexto internacional características próprias que permitem as transformações e estratégias políticas bem como as consequentes ações em nível de relações internacionais. Em meio à primeira metade do século XX, no cenário do Entre Guerras, os países se encontravam em uma situação de realocamento no jogo político e reorganização interna como autoafirmação da

nacionalidade e estabelecimento de novas diretrizes frente às transformações provenientes da Primeira Guerra (ANDERSON, 1989).

Neste período, a Santa Sé, como qualquer outro Estado com suas especificidades, tinha a necessidade de um território próprio e isso configurava uma das principais questões que influenciavam diretamente na geopolítica do Vaticano e desta forma no comportamento diplomático bem como nas interferências externas. De acordo com Sandro Magister (apud. Tomé 2013), a geopolítica da Santa Sé já oscilou entre o realismo, o internacionalismo, o isolacionismo e o neoconservadorismo. Desta forma, é necessário discernir o contexto das relações internacionais do Vaticano, prestes a iniciar o conflito da Segunda Guerra Mundial, a partir dos acontecimentos e resoluções dos pontificados anteriores ao de Pio XII, ou seja, os pontificados dos papas Bento XV³¹ e Pio XI³², que influenciaram diretamente a realidade vaticana do período entre guerras.

Ao suceder ao Papa Bento XV, que havia enfrentado todos os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, o cardeal Achille Ratti adotou o nome de Pio XI e assumiu a administração da Igreja no ano de 1922. O pontificado de Pio XI ficou marcado por dar abertura a um novo tempo na Santa Sé após o Tratado de Latrão. Era uma época de crescimento do fascismo na Itália e de insignificância da Santa Sé no cenário político devido ao recente reconhecimento do Estado da Cidade do Vaticano e ao seu conhecido conservadorismo para tratar de assuntos socio-políticos.

A relação da Santa Sé com a Itália, no início da década de 1930, estava muito bem, o Estado Italiano viu no Tratado de Latrão uma oportunidade de romper com a influência que o Vaticano tinha na política italiana. Como afirma Tahan (2006):

É importante enfatizar que as intenções de Mussolini ao ‘presentear’ a Igreja eram uma forma de afastar os cidadãos italianos das ordens da Igreja e vinculá-los ao Estado fascista de uma forma mais amena, pois ao mesmo tempo que dava independência ao Vaticano, afastava a Igreja dos limites territoriais da Itália fascista, na qual ela não poderia intervir de forma alguma³³.

Ao acertar as questões mais urgentes com Pio XI, Mussolini garantiu no acordo que o catolicismo seria a religião de Estado da Itália, e dessa maneira as instituições católicas teriam

³¹ Período Pontificado de setembro de 1914 a janeiro de 1922

³² Período do pontificado: de fevereiro de 1922 a fevereiro de 1939

³³TAHAN, Fernando Tannous. **O catolicismo integralista e o Nazi-Fascismo**. 2006. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/2_sem_2006/fernando_tannous_tahan.pdf> Acesso em: 06, fev.2018.

reconhecimento jurídico, todas as associações e grupos católicos tinham liberdade no regime, somente o papa nomearia os bispos e o divórcio era proibido.

Com o crescimento da política fascista as tensões entre Mussolini e Pio XI ficaram acirradas. Pio XI esperava que mesmo diante do regime totalitário fascista houvesse respeito às tratativas firmadas e à liberdade para que a Ação Católica, instrumento idealizado por ele, tivesse espaço na sociedade italiana.

A preeminência católica durou pouco, pois os acordos firmados no Tratado de Latrão começaram a ser desrespeitados pela Itália. Os grupos da Ação Católica³⁴ foram perseguidos, a educação dos jovens italianos também sofreu intervenção do governo. Além disso, os fascistas italianos iniciaram agressões a sacerdotes e a fiéis católicos, tudo isso exigiu de Pio XI a condenação das ações e motivações fascistas quando produziu a encíclica *Non Abbiamo Bisogno*, em 1931. O texto da carta encíclica abordava muitas questões da realidade que se estabelecia na Itália, mas uma das principais reclamações foi a perseguição e falta de liberdade que a Ação Católica e grupos católicos juvenis estavam enfrentando. A denúncia de Pio XI estava explícita no título da carta “Nós não precisamos” referindo-se as palavras de ódio e repulsa aos católicos que foram emitidas pelos anticlericais. Era uma nova forma de religiosidade que o Estado italiano buscava instaurar dirimindo o poder e a presença da Igreja Católica, o texto dizia:

Efetivamente: temos visto em ação uma religiosidade que se rebela contra as disposições das superiores autoridades religiosas, e que impõe ou alenta a rebeldia; temos visto uma religiosidade que se converte em perseguição e que pretende destruir o que o chefe supremo da religião aprecia mais intimamente e que mais tem no coração; uma religiosidade que permite e que deixa explodir insultos de palavras e ações contra a pessoa do Pai de todos os fiéis até lançar contra ele os gritos de “abaixo” e “morra”, verdadeira aprendizagem de parricídio. Semelhante religiosidade não pode conciliar-se de nenhuma maneira com a doutrina e com as práticas católicas; melhor pudéssemos dizer que é oposição uma e a outra.³⁵

Segundo Tomé (2013), Mussolini não era um anticlericalista extremado, mas queria a independência do setor público, sem que esses assuntos fossem vinculados a opinião religiosa. Mesmo assim, com os conflitos existentes, de acordo com Deschner (1995) Pio XI entendia

³⁴ A Ação Católica foi um instrumento desenvolvido, de fato, no pontificado de Pio XI para definir o papel de um laicato militante na reconstrução de uma Cristandade num mundo em processo de secularização. A Ação Católica tem o significado de apostolado católico geral e apostolado social. Dessa maneira, o leigo era chamado a assumir uma posição complementar à do clero, e agir em grandes ações de massa da sociedade principalmente na política sendo presença da Igreja em todos os ambientes civis como forma de pressionar os Estados a reconstruir uma sociedade cristã. (GOMES, 2000)

³⁵ PIO XI. Carta Encíclica: *Non Abbiamo Bisogno*. 29 Junio de 1931. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno.html> Acesso em : 14 de maio 2017

que na configuração política do período Mussolini era o único líder político capaz de proteger a Itália do socialismo crescente. Como afirma Anna Carletti (2012, p.105):

De qualquer forma, a Santa Sé percebia o fascismo como um fenômeno menos perigoso do que o socialismo e, portanto, não obstante as acusações, o Papa recusou-se condenar direta e totalmente o regime preferindo seguir uma diplomacia de compromisso, escolhendo o que considerava um ‘mal menor’. Mussolini, depois de ter declarado a incompatibilidade entre a inscrição ao Partido Fascista e a pertença às associações da Ação Católica, decidiu adotar medidas mais moderadas. A reconciliação, no mesmo ano, custou a privação da Ação Católica daquele seu caráter político ou social, restando-lhe apenas tarefas religiosas. Pio XI simbolizou tal reconciliação com a condecoração de Mussolini, em 1932, com a Ordem do Speri D’Oro, recebendo-o no Vaticano em ocasião do 3.º Aniversário dos Acordos.

Com Eugênio Pacelli na secretaria de Estado, o cardeal buscou conciliar a política da Santa Sé com os poderes totalitários, abraçando tudo o que podia se opor ao comunismo. Mesmo com as reservas do Vaticano foi por Pacelli que o apoio às ideologias totalitárias foi mais expressivo. Segundo Karlheinz Deschner (1991, p.8):

Ele [Pacelli] como secretário de estado compartilhou a responsabilidade do apoio internacional dado à Itália na guerra de Abissínia (...). Foi também corresponsável do apoio prestado a Franco durante a Guerra Civil Espanhola e do apoio dado a Hitler a partir de 1932/1933.³⁶

Nesse período o personagem imponente com que a Santa Sé tinha muitas preocupações era o Estado alemão, o que não excluía a necessidade de esforçar-se no diálogo. Na Alemanha, na década de 1930, o medo do crescimento das políticas comunistas no país ocasionou advento das ideias de direita, com uma política exterior mais ativa e um forte nacionalismo, esse fenômeno fortificava os planos políticos do Partido Nazista (HOBSBAWM, 1995).

No início da década com Heinrich Brüning³⁷ no poder, o Vaticano possuía relações com a Alemanha, apesar de Pacelli já estar na Secretaria de Estado, continuava sendo uma forte liderança católica, de influência nos assuntos políticos do país. Nesse período, os católicos alemães eram totalmente influenciados pelo clero que muitas vezes entrava em conflito com o Partido de Centro o que foi incentivado pela criação da Ação Católica (GAJEWSKI, 1999 apud. BETTENCOURT, 2000). O chanceler, líder do Partido de Centro Católico, era o também católico Franz Von Papen. Segundo Shirer (1960), Von Papen tinha caráter dúbio, pois enquanto chanceler lutou contra o nazismo, porém, a partir do seu

³⁶ Tradução Própria

³⁷ Heinrich Brüning foi chanceler alemão durante a República de Weimar no período de 1930 a 1932 era do Partido de Centro (*Zentrum*) e foi sucedido por Franz Van Papen (BENDERSKY, 2007).

crescimento aliou-se ao governo nazista e desenvolveu planos de espionagem na Turquia que tiveram muito êxito. Ao mesmo tempo tinha relações com o Núncio Apostólico na Turquia, Cardeal Roncalli, o que determinou a libertação de muitos judeus que seriam levados para os campos de concentração, fato esse de grande representatividade para a Igreja Católica (SHIRER, 1960).

Von Papen era muito próximo ao Monsenhor Kaas que era o presidente do *Zentrumspartei*, e suas ações facilitaram o caminho de Hitler ao poder. Com grande influência de Von Papen e muitos acordos, no início do ano de 1933, Hitler foi nomeado chanceler da Alemanha. As relações com o partido de centro já haviam se dispersado, as conversas que antecederam esse período e as negociações com membros do clero alemão já não tinham nenhum valor para Hitler, pois já estava alcançando seus objetivos.

O chanceler, juntamente com o Partido Nazista, tinha total certeza que o plano que travava para ser realizado combatia milhares de inimigos, que precisavam ser destruídos, nem mesmo o isolamento suficiente, pois ele queria a total soberania que era alcançada com a verdadeira destruição das forças que impediam isso (MANHATTAN, 1986). Seus maiores adversários eram todos aqueles que impediam suas políticas, o comunismo, os socialdemocratas, o Partido Alemão do Centro (*Deutsche Zentrumspartei*) e a Igreja Católica. Além disso, o partido nazista via nos judeus, ciganos, negros, eslavos e homossexuais, uma ameaça para a seleção da raça ariana por esse motivo esses grupos deveriam ser exterminados.

Em fevereiro de 1933 o exército nazista acabou com encontros que eram realizados entre os sindicatos cristãos e o *Zentrum*. Os ataques contra os católicos tiveram uma pausa quando a política de Hitler se voltou ao objetivo de concretizar a unidade nacional para formar uma nação forte dentro do país e para combater os inimigos internacionais. Neste momento ele se dirigiu a Igreja Católica para negociações, e uma aparente aproximação.

Sendo Eugênio Pacelli o Secretário de Estado e antigo núncio na Alemanha, com toda a sua experiência diplomática e uma posição conciliadora em relação às ideologias totalitárias mantinha uma atitude favorável às negociações exceto com as ideologias comunistas das quais tinha um forte receio (TOMÉ, 2013). Por isso, frente ao movimento favorável de Hitler o papa Pio XI e Eugênio Pacelli concluíram que não podiam recusar a tentativa de conversação de um governo que tinha alcançado o poder de forma legítima (GAJEWSKI, 1999 apud. BETTENCOURT, 2000). Outro motivo que fez com que a Santa Sé aceitasse a proposta de formalizar os acordos era de que Hitler usaria da negação para afirmar que a Igreja não aceitou sua proposta de paz e travava um levante contra a Alemanha.

Para Pacelli um acordo escrito seria a melhor base de coexistência tranquila e tinha a segurança do pacto jurídico (LEBEC,1999). Os luteranos também entabularam em negociações para formalizar as relações com o governo e aceitaram compromissos. Já nesse período existiam campos de concentração e vários membros do partido católico sofriam prisões em massa.

A concordata firmada entre o Estado alemão e a Santa Sé foi usada de forma astuta por Hitler. De certa maneira, tal negociação expressava um movimento favorável da Igreja Católica e o verdadeiro interesse de Hitler, que era Chanceler da Alemanha, estava na possibilidade de, com o acordo, conquistar votos do partido católico Zentrum. Como afirma Romina Tomé (2013): “Todavia, esta posição escondia o verdadeiro interesse de Hitler: tentando conquistar os votos do Deutsche Zentrumspartei, o partido de inspiração católica, pretendia na verdade aproximar-se do eleitorado católico e fortalecer o seu poder”.

A concordata que o Reich assinou com a Santa Sé provocou reações contrárias. De um lado os católicos alemães viram uma forma de diminuir as perseguições que estavam sofrendo em alguns lugares do país (CORNWELL, 2000). Conhecendo Hitler, muitos católicos, inclusive Pio XI, sabia que os pontos da concordata não seriam seguidos com dedicação mesmo dessa forma a assinatura era uma forma de legitimar pelo direito internacional qualquer acerto e isso possibilitava o protesto público caso houvesse descumprimento (GUMPEL, 2000 apud. BITTENCOURT, 2001).

A população da Alemanha, em geral, não concordou com as cláusulas firmadas com a Santa Sé, o país sempre teve muito cuidado e certo descrédito com a Igreja Católica por esse motivo não via uma ação política positiva. Os apoiadores de Hitler foram ainda mais contra a concordata, pois não condizia com os planos da implantação do poder em todas as áreas da sociedade inclusive, na religião (GUMPEL, 2000 apud. BITTENCOURT, 2001).

Segundo Schirer (1960, p.358) os planos racistas e imperialistas do Partido Nacional-Socialista tinham um planejamento para a “Igreja Nacional do Reich”, dentre os pontos estipulados por Hitler selecionamos os que foram elencados a seguir porque expressam a intenção nazista de dominar todos os campos sociais para um domínio completo da população:

5 — A Igreja Nacional dispõe-se a exterminar irrevogavelmente as crenças cristãs estranhas e estrangeiras, trazidas para a Alemanha no malfadado ano de 800.

7 — A Igreja Nacional não tem escribas, pastores, capelães ou padres, mas oradores do Reich para falar em seu nome,

13 — A Igreja Nacional exige a imediata cessação da publicação e difusão da Bíblia na Alemanha.

19 — Sobre os altares não deve haver nada além de Mein Kampf (Minha Luta), para a nação germânica e, portanto, para Deus o livro mais sagrado, e, à esquerda do altar, uma espada.

30 — A Cruz cristã deve ser removida de todas as igrejas, catedrais e capelas e há de ser substituída pelo único símbolo incontestável — a suástica.

A criação da Igreja Nacional do Reich foi uma imposição dos nazistas à Igreja Protestante em 1933, mas essa ação imperativa não atingiu o objetivo e os protestantes não se tornaram modelos de seguimento nazista (Bendersky, 2007, p.147). A partir de 1936 aqueles que se rebelavam contra o Reich eram presos e mortos. A Igreja Nacional do Reich foi gradualmente moldada de cristianismo positivo em culto pagão, pretendia substituir o cristianismo pelo paganismo germânico, a intenção era usar da religião para reafirmar todos os conceitos fundamentais do nazismo (SHIRER, 1960, p.240).

Em julho de 1933 foram firmadas conveções para que algumas atividades específicas da Igreja Católica nas fundações educacionais, nos grupos juvenis e nos encontros católicos fossem garantidas por lei pelo Reich sem nenhuma intervenção do governo. Essas garantias eram somente aprovadas se o Partido Católico fosse suprimido, o que aconteceu em junho de 1933, porém, Pacelli que durante o período da nunciatura tinha dado grande apoio ao *Zentrum*, ficou extremamente desgostoso com as decisões impostas (MANHATTAN, 1986).

Pacelli, enquanto Secretário de Estado, recorria à teoria do mal menor, por esse motivo a Concordata seria uma tentativa de proteger os católicos das tropas nazistas e da Gestapo. Mesmo após os acordos, as espionagens e perseguições eram corriqueiras, ainda em 1933 foi aprovado no Reich leis que obrigavam os editores a fazerem parte da Câmara Literária do Reich e a obedecer tudo o que dali era ordenado, por esse motivo críticas, notícias mais específicas contra o Estado eram proibidas (GAJEWSKI, 1999 apud. BETTENCOURT, 2000). As leis promulgadas proibiam as notícias sobre peregrinações católicas e impressão de calendários litúrgicos.

As relações entre Hitler Pio XI e, conseqüentemente, com Pacelli foram justificadas por alguns historiadores, segundo Carletti (2012), pois o Vaticano acreditava que o fortalecimento de um governo nazista, que se autodeclarava defensor da doutrina cristã, poderia impedir o avanço do comunismo. Esse mesmo argumento é usado por Deschner (1995), quando aborda as relações entre a Santa Sé e o comunismo.

Entretanto, logo o nazismo e a Igreja Católica entrariam em conflito, pois em 1934, o Santo Ofício³⁸ condenou os livros nazistas³⁹ enquanto a Santa Sé multiplicava os protestos

³⁸Tribunal do Santo Ofício foi um departamento na Igreja Católica que hoje é chamado de Congregação para a Doutrina da Fé responsável por salvaguardar e promover a fé. Desta maneira é o órgão fiscalizador e que

contra as teorias do nacional-socialismo (LEBEC, 1999, p.62).

O Estado alemão foi sequencialmente traindo todos os acertos das cláusulas firmadas com a Santa Sé. As escolas confessionais, os jornais e revistas católicos foram fechados; as associações católicas foram obrigadas a se unir às organizações nazistas para continuarem existindo; os jovens que não se agregassem à Juventude Hitlerista não eram aceitos nas fundações de ensino nem nas universidades, nem mesmo conseguiam empregos nas fábricas (GUMPEL, 2000 apud. BITTENCOURT, 2001). Com o passar do tempo, instaurou-se uma autêntica perseguição em todos os níveis contra aqueles que quisessem permanecer fiéis à sua fé católica e a confissão pública tornava-se provocação a política nazista.

De acordo com dados enumerados por Gumpel (2000 apud. BITTENCOURT, 2001) em 1937, os pais de família eram ameaçados a perderem seus empregos se matriculassem seus filhos em instituições de ensino católicas. As crianças também sofriam represálias. Na Baviera, 600 religiosas que trabalhavam em escolas foram afastadas de seus serviços e obrigadas a trabalhar em fábricas têxteis.

Sob diversos pretextos, os conventos e as casas religiosas foram confiscados. Os sacerdotes e os religiosos foram sistematicamente vigiados, até mesmo dentro das igrejas: eram denunciados à Gestapo se explicassem a doutrina católica de modo não aceitável pelos nazistas. Quase a terça parte dos clérigos diocesanos e regulares sofreu perseguição por parte da polícia política e considerável número deles foram levados aos cárceres ou aos campos de concentração, onde muitos morreram. A mesma sorte tocou a numerosos leigos e leigas que não eram do agrado do nazismo, simplesmente porque continuavam a exercer aquelas atividades que, segundo a Concordata, lhes era lícito desenvolver. (GUMPEL 2000 apud. BITTENCOURT, 2001)

Com o crescimento do nazismo na Alemanha, as leis raciais e as perseguições aos católicos, a Igreja precisa se manifestar. Por esse motivo, em 1937, Pio XI produziu encíclicas contra as ideologias totalitárias, o comunismo e o nazismo. Segundo Melo (1974, p.48) Pio XI revelou para alguns sacerdotes que lhe auxiliavam na produção das encíclicas que essas seriam publicadas de forma estratégica. O documento que se referia contrário ao comunismo seria publicado três dias antes do texto contra o nazismo.

Na carta encíclica *Divinis Redemptoris* (Divino Redentor) Pio XI se referiu ao comunismo:

combate heresias ou ameaças a fé católica.

³⁹De acordo com Lebec (1999) o Santo Ofício condenou com todo vigor os livros nazistas através de uma série de decretos, em fevereiro e março de 1934. Sendo que a obra *L'emigration des Juifs en Chanaan* (A emigração dos judeus em Canaã), de um professor de teologia de Breslau, Pe. Schmidtke foi condenada em 14 de março daquele ano.

A doutrina comunista que em nossos dias se apregoa, de modo muito mais acentuado que outros sistemas semelhantes do passado, apresenta-se sob a máscara de redenção dos humildes. E um pseudo-ideal de justiça, de igualdade e de fraternidade universal no trabalho de tal modo impregna toda a sua doutrina e toda a sua atividade dum misticismo hipócrita, que as multidões seduzidas por promessas falazes e como que estimuladas por um contágio violentíssimo lhes comunica um ardor e entusiasmo irreprimível, o que é muito mais fácil em nossos dias, em que a pouca equitativa repartição dos bens deste mundo dá como consequência a miséria anormal de muitos⁴⁰.

A Igreja sempre foi contrária ao comunismo e a luta contra essa ideologia não se restringe apenas ao Papa Pio XI e ao Cardeal Pacelli, porém as palavras claras e posições firmes são definidas por eles. Desta maneira, fica claro que a encíclica produzida pela Santa Sé contra o comunismo ateu teve um teor crítico presente sendo claramente apontados e descritos os problemas que a Igreja via em relação a eles, nominando países e situações específicas. Na mesma encíclica Pio XI se referiu aos países que, contagiados pela ideologia comunista, eram atingidos por deploráveis consequências do processo que estavam vivendo. Assim trata a respeito do México e da Rússia:

Entretanto, aí estão à vista os deploráveis frutos dessa propaganda fanática. Porque, onde quer que os comunistas conseguiram radicar-se e dominar, - e aqui pensamos com particular afeto paterno nos povos da Rússia e do México, - aí, como eles próprios abertamente o proclamam, por todos os meios se esforçaram por destruir radicalmente os fundamentos da religião e da civilização cristãs, e extinguir completamente a sua memória no coração dos homens, especialmente da juventude. Bispos e sacerdotes foram desterrados, condenados a trabalhos forçados, fuzilados, ou trucidados de modo desumano; simples leigos, tornados suspeitos por terem defendido a religião, foram vexados, tratados como inimigos, e arrastados aos tribunais e às prisões⁴¹.

A publicação da encíclica contra a ideologia comunista gerou um forte apoio de Hitler, pois, como já frisado, a Igreja e o nazismo possuíam um inimigo comum e este era o comunismo. Segundo Melo (1974, p.49) no dia seguinte à publicação da *Divinis Redemptoris*, a imprensa nazista aclamava a “clarividência do grande pontífice”, que reafirmava o que Führer sempre dissera, isto é, que o comunismo era intrinsecamente mau. Na agência oficial de imprensa, os jornais e o rádio da Alemanha divulgavam e comentavam a nova encíclica de Pio XI, enquanto em tipografias discretas os bispos multiplicavam às escondidas a impressão da outra encíclica a *Mit Brennender Sorge* que condenava o nazismo, e que seria distribuída a

⁴⁰PIO XII. Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*. 19 de março de 1937. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html> Acesso em: 02 de junho de 2017

⁴¹PIO XII. Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*. 19 de março de 1937. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html> Acesso em: 02 de junho de 2017

todos os párocos na noite de 20 para 21 de março para ser lida no púlpito na missa do Domingo de Ramos.

A estratégia da Santa Sé foi extremamente perspicaz, pois alcançou uma aprovação nazista do discurso de Pio XI que foi usado para reafirmar as ideias contra as atrocidades que ocorriam na Alemanha. Além de manter a segurança do texto que estava sendo impresso em sigilo. Assim, Pio XI tratou da ideologia nacional-socialista através da encíclica escrita em alemão, na qual discorria sobre diversos assuntos referentes a fé católica contrapondo-os aos princípios defendidos pelo Reich. A carta foi produzida em conjunto com alguns sacerdotes da cúria, mas principalmente, por Pacelli que viveu em Berlim e que, segundo Lebec (2012), conhecia muito bem os argumentos do partido nazista. Um dos colaboradores foi o Cardeal alemão Faulhaber, que ficou famoso pelos textos proferidos em suas homilias contra os absurdos nazistas. Sua opinião teve destaque internacional, muitas pessoas queriam ouvi-lo. Em suas intervenções defendia a raiz comum do cristianismo e do judaísmo, por ser um líder conhecido ele aproveitava sua posição para denunciar os absurdos do nazismo. (LEBEC, 1999). Muitas partes do texto são compostas de forma indireta quando se refere ao líder dizendo que suas ações demonstram a ação de equiparar-se a Cristo e chamando o Führer de profeta de fantasias:

A revelação, que culminou no Evangelho de Jesus Cristo, é definitiva e obrigatória para sempre, não admite complementos de origem humana, e muito menos sucessões ou substituições por revelações arbitrárias, que alguns *corifeus* modernos pretendiam fazer derivar do chamado mito do sangue e da raça. Desde que Cristo, o Ungido do Senhor, consumou a obra da redenção, quebrando o domínio do pecado e tornando-nos merecedores da graça de chegar a ser filhos de Deus, desde aquele momento não se deu aos homens nenhum outro nome sob o céu, para conseguir a bem-aventurança, senão o nome de Jesus. Por mais que um homem encarnasse em si toda a sabedoria, todo o poder e toda a pujança material da terra, não poderia assentar fundamento diverso daquele que Cristo colocou. Aquele que, com sacrílego desconhecimento das diferenças essenciais entre Deus e a criatura, entre o Homem-Deus e o simples homem, ousar colocar-se ao nível de Cristo, ou pior ainda, acima d'Ele ou contra Ele, um simples mortal, ainda que fosse o maior de todos os tempos, saiba que é um profeta de fantasias a quem se aplica espantosamente a palavra da Escritura: 'Aquele que mora nos céus zomba deles' (Sal 2,4).⁴²

A encíclica também motivava aos católicos a manterem a fidelidade à religião católica sem medir sacrifícios, se necessário sofrendo até as últimas consequências, pois leigos e, principalmente, sacerdotes, religiosos e religiosas também estavam sendo levados aos campos de concentração. Dirigindo-se aos religiosos católicos da Alemanha o texto incentivava a serem virtuosos e corajosos:

⁴² PIO XI, Carta Encíclica *Mit Brennender Sorge*, 1937, nº 20. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge.html 04 de maio de 2017.

A todos aqueles, que conservaram para com seus Bispos a fidelidade prometida no dia do Crisma e da ordenação, àqueles que, no cumprimento de seus deveres pastorais e familiares, tiveram e têm de suportar dores e perseguições - alguns até serem encarcerados ou mandados a campos de trabalho -, a todos estes chegue a expressão de gratidão e a benção do Pai da Cristandade. Nossa gratidão paterna se estende igualmente aos consagrados de ambos os sexos, uma gratidão unida a uma participação íntima pelo fato de que, como consequência de medidas contra as Ordens e Congregações religiosas, muitos foram arrancados do campo de uma atividade bendita e para eles gratíssima. Se alguns sucumbiram e se mostraram indignos da sua vocação, seus erros, condenados também pela Igreja, não diminuem o mérito da grandíssima maioria que com desinteresse e pobreza voluntária se esforça por servir com plena entrega ao seu Deus e ao seu povo. O zelo, a fidelidade, o esforço em aperfeiçoar-se, a solícita caridade para com o próximo e a prontidão benfeitora daqueles religiosos cuja atividade se desenvolve nos cuidados pastorais, nos hospitais e na escola, são e seguem sendo gloriosa aportação ao bem-estar público e privado. Que não se deixem abater. Um tempo futuro mais tranquilo lhes fará justiça mais que a turbulência que atravessamos.⁴³

O encerramento da carta encíclica demonstra que Pio XI sabia das possíveis consequências que geraria a divulgação da mesma, mas que não poderia abster-se frente aos acontecimentos da época:

Temos pesado cada palavra desta encíclica na balança da verdade e, ao mesmo tempo, do amor. Não queríamos, com um silêncio inoportuno, ser culpados de não ter esclarecido a situação, nem de ter endurecido com um rigor excessivo o coração daqueles que, estando confiados na nossa responsabilidade pastoral, não nos são menos amados porque caminhem agora por vias do erro e porque se tem distanciado da Igreja. Ainda que muitos desses, acostumados aos modos do novo ambiente, não têm senão palavras de ingratidão e até de injúria para a casa paterna e para o Pai mesmo; ainda que esqueçam quão precioso é o que eles tem desvalorizado, virá o dia em que o espanto que sentirão com seu afastamento de Deus e por sua indigência espiritual pesará sobre esses filhos hoje perdidos, e o arrependimento saudosista os conduzirá novamente ao “Deus que alegrou sua juventude” (Salmo 42,4) e a Igreja, cuja mão materna lhes ensinou o caminho até o Pai celestial. Acelerar esta hora é objetivo de nossas incessantes pregações.⁴⁴

O texto de Pio XI foi enviado para a Alemanha com a ordem de ser lido na homilia das missas de Domingo de Ramos, uma data de grande participação nas celebrações católicas em todas as Igrejas alemãs. Tal ação provocou um severo esfriamento das relações diplomáticas e perseguições aos católicos.

No período anterior a guerra, muitos padres e religiosos foram humilhados porque eram acusados de imoralidades e de viverem de forma perversa. Segundo Gajewski (1999 apud. BETTENCOURT, 2000), muitas armadilhas foram preparadas como, por exemplo, quando os padres foram chamados a atender pessoas doentes em quartos de hotéis, mas ali eram aguardados por fotógrafos e quando o padre entrava no quarto se deparava com uma prostituta que o aguardava a mando da Gestapo e não com uma pessoa doente. As fotografias

⁴³ PIO XI, op. cit.

⁴⁴ PIO XI, op. cit.

que os nazistas mandavam tirar ali eram levadas aos tribunais e eram julgados e condenados por corrupção moral. O nazismo tinha como estratégia destruir a moral católica, condenando e acusando os líderes do catolicismo na Alemanha. Carletti (2012) afirma que, em maio de 1937, 1.100 padres e religiosos foram levados às prisões do Reich e, em 1938, 304 sacerdotes católicos foram internados em Dachau, na Alemanha.

Nos programas de rádio e jornais, ocorreu uma campanha contra a Igreja Católica, os clérigos e religiosas, e contra todas as instituições e associações católicas, como também contra o papa (MELO, 1974, p.48). Todos os católicos eram denominados traidores do Reich. De acordo com Gumpel (2000 apud. BITTENCOURT, 2001) na Renânia, 330 educandários católicos foram fechados por decreto do governo no chamado "Dia Negro para a Renânia Católica". As associações de jovens católicos foram declaradas "não alemãs", embora contassem centenas de milhares de membros. As moças que não participassem da Liga das moças Alemãs, eram ameaçadas de não encontrarem homens para se casarem quando terminassem seus estudos e caso viessem a se casar, seus maridos não encontrariam trabalho para o sustento da casa.

Com esse cenário desesperador muitos deixaram a religião católica, aceitando as determinações do governo nazista para manterem seus empregos e a segurança das suas famílias. Também um grande número de católicos se negou a acatar as ordens de Hitler se submetendo a sacrifícios por essas escolhas. Os próprios hitleristas passaram a perceber que para que a Alemanha fosse realmente impregnada pela ideologia nazista precisavam conter a Igreja, pois ela exercia um papel de influência no enfrentamento ao sistema.

As notícias da Alemanha não podiam ser divulgadas para fora do país, principalmente as mais importantes. A Santa Sé buscou diversas ajudas para que pudesse descobrir a situação real da Alemanha, além das tentativas dos bispos em se comunicar eles eram extremamente vigiados e proibidos de enviarem notícias a cúria romana (MELO, 1974, p.49).

Muitos desconhecidos que descobriam os fatos dos agentes do Estado passavam as informações para fora do país. Um dos mais conhecidos componentes, do que se chamava de *intelligentzia* católica, Joseph Mueller, conseguiu documentações que proporcionavam a igreja conhecer as medidas anticatólicas, entre 1933 a 1939(GUMPEL 2000 apud. BITTENCOURT, 2001).

As imposições de silêncio à imprensa ocasionaram que as Igrejas se tornassem um lugar em que os católicos podiam ouvir discursos mais críticos. Por esse motivo os sacerdotes corriam grande perigo, pois suas homilias eram avaliadas e dentre os fiéis havia espiões

nazistas, mas muitos sacerdotes não se amedrontavam e faziam sermões enérgicos contra o governo (LEBEC,1999).

Com o desenrolar da guerra a Alemanha voltou todas as suas forças para o desenvolvimento belicista e as intervenções nos assuntos com as Igrejas Cristãs se mantiveram da mesma forma, aqueles que lutavam contra o Estado ou que desagradassem os nazistas, eram levados para os campos de concentração ou extermínio juntamente com os judeus, ciganos, homossexuais, negros(HOBSBAWM, 1995). O extermínio dos judeus superou todos os demais, atingindo outros povos que eram discriminados pelos nazistas o que somente com um mui lento passar do tempo veio a ser entendido pelo mundo, que se negava a acreditar nas monstruosidades que poderiam estar acontecendo no século XX (VIZENTINI, 1988).

3. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

3.1. O PAPA PIO XII E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O cenário mundial da década de 1930 foi repleto de agitações na política internacional, e mais do que isso, em algumas regiões a situação da Igreja Católica era bastante delicada. Um desses casos era a Polônia, um país muito católico, que tinha na religião uma forma de manter a nacionalidade. O catolicismo possibilitava uma sobrevivência coletiva do sentimento nacional e tornou-se quase que um sinônimo de polonismo (KIENIEWICZ, 2001). Durante a Primeira Guerra Mundial, nas partes ocupadas pela Rússia e pela Prússia as autoridades travavam uma luta contra a Igreja Católica tida exatamente como baluarte da identidade nacional polonesa. A Igreja tornou-se guarda das tradições e era contrária às revoluções. Portanto, de certa maneira, passava a competir com o Estado, ela se empenhava em enfraquecer divisões entre as diversas regiões ocupadas.

Em agosto de 1939 o mundo vivia a tensão do conflito iminente e as informações de que a Alemanha estava se preparando para invadir a Polônia começaram a circular (HOBSBAWM, 1995). De acordo com Pierre Blet (2013, p. 128) em uma audiência com o Secretário de Estado do Vaticano, o embaixador da Polônia revelou que, para a Alemanha “(...) a questão de Dantzig era um pretexto para atacar a Polônia, por forma a chegar à Ucrânia e aos poços de petróleo da Romênia, mas a Polônia esperava calmamente, na certeza de ser defendida pelas potências ocidentais”.

Quando aumentaram os rumores de que a Alemanha se aproximava da Polônia, Pio XII dirigiu uma mensagem pela Rádio Vaticana sendo sua última tentativa diplomática pública, antes do conflito mundial:

É com a força da razão, não com a das armas, que a Justiça caminha. E os impérios não fundamentados sobre a Justiça não são abençoados por Deus. A política emancipada da moral atraiçoa os que assim o querem. Nada se perde com a paz. Tudo pode ser perdido com guerra. Voltem os homens a se compreenderem.⁴⁵

Pelo alcance da rádio alertava o mundo, e principalmente os governantes sobre a gravidade do momento, como já ficava expresso no título da mensagem: *Un’ora grave* “Momento Sério”. Desde o início de seu pontificado Pio XII deu prioridade à comunicação

⁴⁵ PIO XII. Mensagem Radiofônica “*Un’ora grave*” aos governantes e aos povos no iminente perigo da guerra. 24 de agosto de 1939. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1939/documents/hf_p-xii_spe_19390824_ora-grave.html>. Acesso em: 01 de junho, 2016.

via rádio, suas mensagens eram transmitidas pela Rádio Vaticana. Juntamente com todo o crescimento das telecomunicações nesse período, é possível que Pio XII tenha feito deste meio de comunicação uma estratégia, pois as propagandas fascistas e nazistas ganhavam repercussão com as mesmas ferramentas. Desta maneira, o pontífice passava a responder ou até mesmo ocupar o seu espaço onde os outros líderes em destaque estavam. É difícil afirmar que a forma de divulgação tenha sido uma estratégia de política externa, mas, certamente era por meio das mensagens radiofônicas que Pio XII se aproximava dos fiéis e fazia com que sua voz e opinião ecoassem pela Europa. Há um duplo condão político: interno, pois a comunicação permitia uma aproximação aos católicos de todo o mundo e externo, pois o canal radiofônico era aberto e podia ser ouvido em qualquer ponto porque os meios vaticanos de comunicação social, aliás, foram os primeiros a possuir um serviço internacional multilíngue. A Rádio Vaticana por muito tempo foi uma das que resistiu ao poder e ataques nazistas durante a guerra sendo um meio de comunicação eficiente principalmente na Itália (LEBEC, 1999).

O presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt também tentou buscar a conciliação de uma maneira mais direta, e enviou uma longa mensagem para Hitler e Mussolini fazendo-os notar que os povos viviam na angústia da agressão, e convidava-os a comprometerem-se, por um período de dez anos, a não atacar nenhum dos 31 países que ele indicava numa lista. Nesse intervalo, as reivindicações de uns e outros poderiam ser discutidas e resolvidas pacificamente. Roosevelt pediu também a Pio XII para intervir junto de Hitler e Mussolini para reforçar a sua mensagem (BLET, 1997, p. 20). Diante da rejeição dos clamores diplomáticos de Pio XII pela resolução pacífica do conflito, de acordo com Tomé (2013), o Papa iniciou uma campanha de cartas e mensagens aos seus núncios apostólicos e delegados apostólicos que se encontravam nos países em desacordo.

Em 1º de setembro de 1939 a Polônia foi atacada pelos nazistas em uma frente e na outra pelos soviéticos. O país encontrava-se em reconstrução, pois havia sido reinstituído em 1918, mais de um século depois de ter sido suprimido e partilhado na sequência das guerras napoleônicas. Com a reconstrução, a Polônia formou novamente seu território e instituiu a Segunda República que foi derrotada pelos alemães com a invasão nazista (HOBSBAWM, 1995). Esse acontecimento marcou o início de muita destruição e sofrimento no país e também, no mundo. O presidente da República polonesa, Ignacy Mascicki, fez um apelo pela rádio, reproduzido em cartazes pelos muros de Varsóvia: “Nesta noite, nosso inimigo secular violou nossas fronteiras e abriu as hostilidades contra o Estado polonês. Eu o constato solenemente perante Deus e a História” (LECOMTE, 2005, p.57). Quatro dias depois, o chefe

de Estado, o governo e muitos funcionários de altos cargos fugiram da capital em direção ao sul, entregando seus concidadãos a um destino trágico. Não houve declaração prévia de guerra por parte do governo nazista.

A Inglaterra e a França, declararam guerra à Alemanha, mas não houve quaisquer operações imediatas na frente ocidental polonesa. As tropas soviéticas ultrapassaram a fronteira oriental em setembro, sem encontrarem resistência, atacando os poloneses pela retaguarda (VIZENTINI,1988). O território polonês foi assim submetido a duas ocupações diferentes. Os alemães anexaram ao Reich a parte ocidental da Polônia, incluindo Katowice, Poznan, Lodz, Torun e o leste foi ocupado do pelo Exército Vermelho (HOBSBAWM, 1995). Na parte nazista ocorreu a confiscação geral da propriedade polonesa e expulsão da população, inúmeros foram também assassinados. Para a parte não formalmente anexada ao Reich foi criado o Governo Geral, sediado em Cracóvia. Deixaram aos poloneses a propriedade agrária, mas as indústrias foram confiscadas e o resto foi submetido à supervisão obrigatória. O sistema escolar foi liquidado, segundo os planos nazistas os poloneses deviam ser transformados, em força de trabalho não-qualificada.

Desde o início, foi conduzida uma dura repressão matando ou encerrando em campos de concentração os representantes do mundo da política, arte, ciência e religiosos. A Igreja no território do Reich foi eliminada, no Governo Geral tinha possibilidade de existir, mas não de atuar.

Desde o início dos anos 30, a hierarquia católica polonesa tinha se distanciado dos partidos políticos. A Igreja passou a permitir que os leigos militassem nos partidos e sindicatos que escolhessem, exceto as organizações comunistas e fascistas, obedecendo ao apelo solene de Pio XI contra os regimes totalitários, tal como exortara nas encíclicas.

Em Cracóvia havia filas para comprar pão, faltava açúcar e o carvão era escasso (LECOMTE,2005) . A Universidade de Jagellon, muito famosa em Cracóvia, ao retomar suas atividades, marcou uma conferência para o início das aulas onde o tema seria o “Terceiro Reich e a ciência”. Foi solicitada a presença de todos os professores da Universidade.

O conferencista sobe à tribuna. Surpresa: vem acompanhado por dez oficiais das SS armados até os dentes. Ele vai logo acusando a universidade de ser um antro de “propaganda antigermânica” e anuncia seu iminente fechamento. Todos os presentes encontram-se detidos. Outros soldados das SS aparecem, bloqueiam as saídas e imediatamente deportam os 183 presentes para o campo de concentração de Sachsenhausen-Oraniemburgo. Esses professores são a parte intelectual do país. Alguns perderiam a vidas nesse campo, outros retornariam a maioria em estado lastimável. (ZANI, 2003.p. 83)

A situação na Polônia piorava consideravelmente, a Igreja Católica polonesa se perdia em meio a tantas adversidades. A Santa Sé sabia da situação na Polônia, mas a dificuldade de comunicação não oferecia a possibilidade de saber o real estado do povo polonês. Ao analisar a situação que se desenhou na Europa e a realidade que a Igreja Católica teria que enfrentar em todos os seus âmbitos, a Santa Sé se deparava com tal conjuntura:

Os pontos que mais afligiam a Santa Sé por esta altura não se resumiam à situação da Igreja Católica na Alemanha, que desde há algum tempo tinha vindo a sofrer supressões e a ser perseguida. Para além desta questão, a Polónia também preocupava a Santa Sé. A muito católica Polónia, estava agora sob a alçada do Terceiro Reich e a situação da Igreja Católica e seus fiéis mostrava-se bastante complicada, suspeitando-se que os católicos deste país viessem a sofrer represálias semelhantes às dos católicos alemães. As questões raciais e as consequentes perseguições surgiam como outro problema que devia ser combatido e impunha-se tentar salvar o maior número possível de pessoas perseguidas sob pretexto rácico. Por fim, a situação de aliada da Itália colocava o Vaticano em risco: a Santa Sé temia que Roma se tornasse num alvo potencial de bombardeamentos no caso de Itália entrar prontamente no conflito. Era assim importante garantir a neutralidade da Itália, algo pelo qual a Santa Sé se bateu com insistência (TOMÉ, 2013).

Na primeira Encíclica de Pio XII, a *Summi Pontificatus - Sobre a unidade do corpo social*, divulgada em 20 de outubro de 1939, o papa expunha seu programa do pontificado em que subdividia o texto em pontos para ele importantes. Segundo o resumo do próprio texto fez constatações dolorosas sobre os frutos amargos e movimentos anticristãos, o terrível desastre da guerra. Ainda, referiu-se ao esquecimento da solidariedade, da origem comum, da fraternidade universal com danos graves para a convivência dos povos, defendeu o respeito ao direito internacional e aos direitos das gentes como pressuposto da convivência pacífica. Afirmou que a nova ordem internacional não podia ser estabelecida com as armas, devia fundar-se sobre o direito natural e revelado, sobre a justiça e a caridade, citando e se compadecendo com as destruições da Polónia.

Foi no primeiro texto oficial, publicado por Pio XII, no qual o pontífice delimitou posições importantes de sua ação política e pastoral. Já no início o papa expressa:

Enquanto escrevemos estas linhas, veneráveis irmãos, chega-nos a apavorante notícia que se desencadeara o terrível tufão da guerra, não obstante todos os nossos esforços para esconjurá-lo. A nossa caneta como que hesita em prosseguir, quando imaginamos o abismo de sofrimentos de inúmeras pessoas, às quais sorria ainda ontem, no ambiente doméstico, um raio de modesto bem-estar. O nosso coração enche-se de angústia, ao prevermos tudo o que poderá medrar da tenebrosa semente da violência e do ódio, depositada hoje nesses sulcos sanguinosos que a espada acaba de abrir.⁴⁶

⁴⁶ PIO XII. Carta Encíclica: *Summi Pontificatus*. 20 de outubro de 1939. Nº 50 Disponível: <https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus.html> Acesso em: 02 de maio de 2017.

O conhecimento da realidade internacional e o temor do que poderia acontecer estavam presentes em seu primeiro texto como pontífice. Pio XII desde o primeiro momento frisou seu interesse pela paz, escolhendo seu lema pontifício: *Opus Justitiae Pax* (A Paz é obra da Justiça). Ao expressar a angústia e a previsão de toda violência parecia justificar as atitudes frente às concordatas assinadas com os países que já não estavam respeitando os acordos firmados. O Papa argumentou que se uma parte deixasse de seguir e respeitar as conclusões definidas dificultaria a vigência das normas, mas ao mesmo tempo constituía-se como falta de honra desrespeitar e assumir como efêmeras as tratativas:

É também verdade que, com o passar do tempo e a mudança substancial das circunstâncias, não previstas e talvez nem sequer previsíveis no ato da estipulação, um tratado ou algumas das suas cláusulas podem tornar-se ou parecer injustas, inatualizáveis ou muito onerosas a uma das partes; é claro que, se isso acontecesse, dever-se-ia proceder oportunamente a uma discussão leal para modificar ou substituir o tratado. Mas considerar os pactos, por princípio, como efêmeros e arrogar-se tacitamente a faculdade de rescindi-los unilateralmente quando não convenham mais, seria o mesmo que anular a confiança recíproca entre os Estados. Mutilar-se-ia assim a ordem natural, cavando-se ao mesmo tempo entre as nações lamentáveis abismos de separação.⁴⁷

Nesse sentido, Pio XII criticava o não cumprimento das concordatas principalmente com o governo alemão e italiano em que as tratativas foram desrespeitadas, a Igreja não recebeu o apoio e abertura que esperava e os pactos foram encerrados de forma unilateral. Por fazer críticas amenas, e por vezes generalistas no contexto da guerra, a Igreja é acusada de manter o silêncio diante das investidas nazistas, principalmente quanto à neutralidade em relação à invasão da Polônia, tanto que Deschner (1994) afirma que a posição anticomunista da Santa Sé estava disposta a sacrificar a católica Polônia como forma de apoiar o exército nazista na repressão do comunismo que se estendia sobre o território polonês. Também, diante da invasão da França e de outros países neutros a atuação católica foi de enviar mensagens aos embaixadores junto a Santa Sé e publicar tais escritos nos jornais do Vaticano, porém o Papa não condenou explicitamente as investidas nazistas.

Muitas vezes Pio XII foi acusado de não ter uma palavra mais direta e de não condenar explicitamente a guerra e as investidas de Hitler contra outras nações. Esta questão foi também diversas vezes levantada por alguns representantes junto à Santa Sé. Pio XII tinha uma forma de governar particular, por ser um exímio diplomata possuía uma extrema cautela que se traduzia muitas vezes aparentemente como desinteresse e conivência. Se, de fato, o pontífice usou desta posição para proteger os católicos nas regiões de conflito e até mesmo os

⁴⁷ PIO XII, op.cit. n°56.

judeus, alguns resultados positivos foram alcançados.

Como bom católico, Pio XII pode ter buscado fundamentar suas ações durante a guerra, e provavelmente o fez, na doutrina da Igreja Católica. O princípio do mal menor, no cenário de guerra norteou as ações políticas do pontífice, como um diplomata sabia certamente que o silêncio, ou a falta de discursos mais agressivos podiam ser sim uma resposta, e não deixavam de ser uma posição, certamente sabia que, mesmo assim, haveria muitos danos, mas acreditava serem os menores e menos dolorosos para o mundo que urgia pela paz.

Ao encerrar a encíclica do projeto do pontificado, Pio XII se refere ao conflito e ao sofrimento da população, inclusive, na Polônia:

Veneráveis irmãos, o momento em que vos chega às mãos esta nossa primeira encíclica, bem pode ser qualificado, sob vários aspectos, de uma verdadeira "hora das trevas" (*Lc 22, 53*), na qual o espírito da violência e da discórdia verte sobre a humanidade a sanguinolenta ânfora de dores inomináveis. Será porventura necessário assegurar-vos que o nosso coração, repassado de compassivo amor, está nesta hora bem próximo de todos os seus filhos, e especialmente dos atribulados, dos oprimidos e perseguidos? Os povos arrastados para essa trágica voragem, que é a guerra, estão ainda, por assim dizer, no "princípio das dores" (*Mt 24, 8*), mas reinam já, em milhares de famílias, morte e desolação, pranto e miséria. Do sangue de inúmeros seres humanos, mesmo de não combatentes, desprende-se lancinante brado, especialmente nessa dileta nação como a Polônia que, pela sua fidelidade à Igreja, pelos seus grandes méritos na defesa da civilização cristã, gravados em caracteres indelévels nos fatos da história, tem direito à simpatia humana e fraterna do mundo.⁴⁸

Ao falar dos sofrimentos da guerra e nomear a Polônia, Pio XII frisou a grande proximidade com a Igreja Católica, mas muito ainda viria a acontecer, e o nazismo se alastraria de forma cruenta sobre o território polonês.

A reprovação ao comunismo foi uma política constante na diplomacia do Vaticano, sobretudo, nos pontificados de Pio XI e Pio XII. Por esse motivo, Hitler e Mussolini viam na representação diplomática da Igreja Católica um fator tranquilizador que lhes assegurava apoio (CARLETTI, 2012). Para Lebec (1999) entre dois males, a Santa Sé escolheu o que parecia ser aquele capaz de combater o comunismo, o fato era que desconhecia as atrocidades que os nazistas podiam cometer.

O papa viu-se mergulhado em um contexto de ambiguidade em que necessitava tomar uma posição, mas havia o temor de que sua opinião expressada de forma clara e direta pudesse prejudicar ainda mais a situação. Lebec (1999) afirma que diante da expansão do nacional-socialismo na Europa, as primeiras tentativas de Pio XII foram de combatê-lo, mas,

⁴⁸ PIO XII, op.cit. n°76

por pedido de diversos prelados, principalmente dos poloneses, o papa optou por agir de forma indireta e buscou proteger a Igreja Católica como instituição, assim como os católicos, principalmente, os das zonas de guerra e, também, manter o Vaticano como um reduto de judeus refugiados.

O instrumento do pontífice era apoiar-se em sua rede diplomática e clamando o esforço mundial pela paz, como solução primeira para o conflito que se iniciava. Ao traçar uma escala, o papa via em Hitler um inimigo maior que Mussolini o que causou simpatia para com o regime fascista, por pior que pudesse ser, o Duce era o mal menor a escolher. Pio XII via no fascismo uma forma de proteger a Itália da ideologia comunista e até mesmo as conversações com Mussolini apesar das dissidências, eram possíveis pela dependência mútua, até que a Itália decidiu entrar na guerra ao lado da Alemanha e se opôs totalmente a Santa Sé.

Pio XII tentou convencer o governo italiano a não entrar no conflito, mas sem êxito, recorda Repgen (1995). Depois da assinatura do Pacto de Aço entre a Alemanha e a Itália seria questão de tempo para os italianos entrarem de fato na guerra. As relações com Mussolini começaram a ficar insustentáveis e o território do Vaticano estava ainda mais vulnerável.

Por fim, a situação de aliado da Itália colocava o Vaticano em risco, pois, segundo Tomé (2013):

A Santa Sé temia que Roma se tornasse num alvo potencial de bombardeamentos no caso de Itália entrar prontamente no conflito. Era assim importante garantir a neutralidade da Itália, algo pelo qual a Santa Sé se bateu com insistência.

Ao entrar na guerra a situação na Itália ficou muito difícil, as perseguições contra os judeus cresciam consideravelmente e o risco de conflito no território italiano era iminente.

Em pouco tempo de pontificado, Pio XII entendeu que para manter-se no cenário mundial era necessário o máximo de cautela, por isso a posição do papa condenava os atos sem condenar os autores. Como afirma Carletti (2012) “A antiga e experiente diplomacia de cunho realista da Santa Sé também ensinara a Pio XII que era importante manter-se o quanto fosse possível acima das disputas para poder conservar margem de manobra política suficiente em caso de mudança do jogo político internacional”. A autora ainda constata que as atitudes de Pacelli repetiram a posição de Bento XV, durante a Primeira Guerra Mundial, o fator diferenciador foi a escolha do termo, definidor de suas posições: Pio XII preferiu usar a palavra “imparcialidade” ao invés de “neutralidade”. Para a interpretação do ex-Núncio da Alemanha a palavra neutralidade tinha um sentido de indiferença passiva, o que o termo

imparcialidade não expressava, por se tratar de um “juízo das coisas segundo a verdade e a legalidade” (CARLETTI, 2012).

Ao encontrar-se no intermédio das potências e na posição de um intercessor falido, a tentativa vaticana de deter a Alemanha vingativa não teve êxito.

Muitos embaixadores fizeram por vezes pressão para que Pio XII ousasse condenar os regimes totalitários, mas, na fase em que tal tomada de posição poderia talvez ter sido decisiva para evitar a expansão da Alemanha, Pio XII não pronunciou a desejada declaração de condenação. Talvez Pio XII temesse uma resposta da parte dos regimes que pusesse em perigo a sua credibilidade, ao imiscuir-se na esfera política, mas ao mesmo tempo receasse que o regime alemão e italiano lançassem alguma represália, não apenas contra os católicos destes países, mas também contra os católicos dos países que a Alemanha acabara de ocupar. (TOMÉ, 2013, p 96)

Pierre Blet (1997, p.35), aponta uma carta do ministro da Grã-Bretanha, Sir d’Arcay Osborne, para o Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Maglione como incentivo e apoio aos esforços que a Santa Sé estava travando em favor da paz:

Na última conversa que tive consigo, perguntou-me se eu acreditava que a Santa Sé tinha feito tudo o que lhe era possível para salvar a paz. Respondi sem hesitação que estava convencido de que sim. Referi essa conversa a Lord Halifax, que me encarregou de dizer a Vossa Eminência que está inteiramente de acordo com aquilo que lhe respondi.

Segundo Rendina (1993, p. 652), pelo fato de não poder influenciar de forma efetiva o desenrolar do conflito, a ação de Pio XII, na maioria das vezes, passava despercebida como no caso do apoio aos “canais” criados em favor dos refugiados da guerra. Um grande número de pessoas, dentre eles muitos judeus, encontraram refúgio no Vaticano onde encenavam serem membros da Cúria. Pio XII também usou de seus contatos e alianças desde suas viagens com os Estados Unidos para que muitos fugitivos da Guerra pudessem cruzar o Atlântico em busca de paz (TOMAS, 2013). Em regiões da Palestina e na Hungria, bispos e cardeais foram figuras importantes na proteção dos judeus auxiliando na fuga de muitos deles. Assim como sacerdotes se envolveram nos assuntos referentes a Segunda Guerra Mundial na Europa na tentativa de dar refúgio aos perseguidos pelo nazistas, também houve eclesiásticos que apoiaram o partido alemão, na própria Alemanha, Croácia e em outros países (DESCHNER,1995) .

Segundo Andrea Tornielli (2002), o padre Scavizzi, um capelão da Ordem de Malta, narrou um episódio quando esteve em Roma e visitou Pio XII, no ano de 1942. A visita dizia respeito à atualização de Pio XII quanto aos resultados da assistência secreta aos perseguidos que estava sendo oferecida pela Igreja. A narração do padre Scavizzi (L’OSSERVATORE

ROMANO, 2000 apud BETTENCOURT, 2001)⁴⁹:

De pé ao meu lado, Papa escutava-me comovido trêmulo; levantou as mãos ao céu retorquiu-me: "Dize todos, a quantos puderes, que o Papa agoniza por eles! Dize que muitas vezes tinha pensado em fulminar nazismo com excomunhão, em denunciar ao mundo civil crueldade do extermínio dos Judeus. Sentimos as gravíssimas ameaças de repressão não contra Nossa pessoa, mas contra os pobres filhos que se encontram sob domínio nazista. Por vários trâmites, chegaram-nos recomendações vivíssimas, a fim de que Santa Sé não assumisse urna atitude drástica. Depois de muitas lágrimas de tantas orações, julguei que um meu protesto não só não teria beneficiado ninguém, mas haveria de suscitar a ira mais feroz contra os Judeus, multiplicando os atos de crueldade, porque são indefesos. Talvez meu protesto me granjeasse louvor do mundo civil, mas aos pobres Judeus causaria urna perseguição ainda mais implacável do que aquela que já padecem!".⁵⁰

Essas frases de Pio XII, muitas vezes são reafirmadas como explicação para as ações de chefe de Estado tomadas por ele durante a guerra. Seriam de fato, bons argumentos que fundamentam sua política cautelosa.

No Natal de 1942, Pio XII proferiu um discurso retransmitido pela Rádio Vaticana que, para muitos, era condenatório da realidade vivida na Europa. Com palavras incisivas afirmou:

Esta guerra mundial e tudo quanto se relaciona com ela, sejam os precedentes remotos ou próximos, ou seus procedimentos e efeitos materiais, jurídicos e morais, que outra coisa representa senão o esfacelo, inesperado talvez para os incautos, mas previsto e deplorado pelos que penetravam com o seu olhar até ao fundo de uma ordem social que debaixo do enganoso rosto ou máscara de fórmulas convencionais escondia a sua fatal debilidade e o seu desenfreado instinto de lucro e poderio? O que em tempos de paz jazia comprimido explodiu, ao romper da guerra, numa triste série de atos em oposição com o espírito humano e cristão. (...) Este voto deve-o a humanidade aos inumeráveis mortos que jazem nos campos de batalha: o sacrifício da sua vida no cumprimento do seu dever e o holocausto a favor duma nova e melhor ordem social. Este voto deve-o a humanidade à infinda e dolorosa fila de mães, viúvas e órfãos que viram arrancar-lhes a luz, a consolação e o sustento da sua vida. Este voto deve-o a humanidade aos inumeráveis desterrados que o furacão desta guerra desarraigou da pátria e dispersou por terras estranhas. Este voto deve-o a humanidade às centenas de milhares de pessoas que sem culpa nenhuma da sua parte, às vezes só por motivos de nacionalidade ou raça, se veem destinadas à morte ou a um extermínio progressivo.⁵¹

Essa mensagem foi uma das expressões mais críticas de Pio XII ao tratar das várias faces do conflito, do racismo, das destruições e das migrações forçadas. Algo que marca seu pronunciamento é não citar: nazismo, perseguições, judeus, antissemitismo. Tal atitude abria

⁴⁹ BETTENCOURT, Dom Estêvão. O martírio do Silêncio. Pergunte e Responderemos, São Paulo, n. 468, p.211, maio 2001. Disponível em: <<http://www.pr.gonet.biz/revistas/2001/per-468-mai-2001.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017

⁵⁰ idem

⁵¹ PIO XII. Mensagem Radiofônica *Natal de Guerra, aos povos do mundo inteiro*. 24 de dezembro de 1942. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1942/documents/hf_p-xii_spe_19431224_radiom-natalizio-popoli.html>. Acesso em: 02 maio 2017.

brecha para as acusações de silêncio e abstenção de Pio XII. Para Grigulevich (1982), a opção por esse posicionamento do papa se devia à preocupação com os fiéis e prelados que se encontravam nas zonas de conflito. Segundo Gordon Thomas (2003), a força tarefa montada pela Santa Sé para esconder os judeus foi de grande magnitude. De outro lado, mesmo com o silêncio, ou por não enfrentar seus inimigos de forma direta, não impediu que muitos sacerdotes e religiosas católicas fossem levados para os campos de concentração. Diante da realidade que se apresentava a ação de Pio XII tinha um significado e estava nos planos estratégicos da geopolítica vaticana, o que expressava uma diplomacia realista, agir de forma calculada e aproveitando as oportunidades para alcançar o êxito mais próximo aos objetivos desejados.

O pontificado de Pio XI, no período entreguerras, buscou estabelecer uma base e uma forma de governar que Pio XII procurou seguir de forma mais flexível e com posições mais amenas, o que gerou na história interrogações em relação ao apoio que a Santa Sé teria dado ao nazismo. Se, a linha política de Pio XI foi mais severa que de Pio XII, pode-se atribuir ao cenário internacional, devido à crescente perseguição, não somente aos judeus, mas também devido à perseguição aos católicos. A alternativa encontrada por Pacelli foi evitar criticar os acontecimentos de forma direta e encontrar alternativas para mediar e proteger suas políticas, seus fiéis e sua soberania.

No final de 1942, a Itália buscou uma aproximação com a Santa Sé, enviando para o Vaticano um embaixador, pois, nesse momento a Alemanha já começava a desconfiar dos interesses italianos e via que sua fidelidade podia não ser total.

O ápice do conflito entre a Alemanha e Santa Sé foi quando Hitler invadiu a Itália, em 1943, e ofereceu ao papa a possibilidade de se retirar do Estado do Vaticano, mas essa oferta de transferência foi recusada por Pio XII (CARLETTI, 2012, p.117). O período de ocupação nazista na Itália foi de tensão para o Vaticano que vivia sob pressão de ser invadido por Hitler e ter seus cardeais e bispos, assim como, o papa deportados para os campos de concentração (CARLETTI, 2012, p.117).

No Natal de 1943, Pio XII, em seu discurso por meio das ondas de rádio do Vaticano, expressou suas opiniões políticas, reafirmando suas posições com palavras incisivas, e com impressão de denúncia introduziu a mensagem:

Desgraçadamente o mundo, olhando em redor, deve ainda contemplar com espanto uma realidade de luta a ruína que, tornando-se cada dia mais extensa e cruel, quebranta as suas esperanças e, com glacial e dura experiência, oprime e sufoca os mais ardentes impulsos. Que vemos, realmente, senão que a contenda degenera naquela forma de guerra que exclui qualquer restrição a consideração, como se fosse

um produto apocalíptico engendrado por uma civilização em que o Progresso sempre crescente da técnica é acompanhado de minguada cada vez mais profunda de espírito a moralidade; uma forma de guerra que avança sem se deter pelo seu horroroso caminho, a consuma tais estragos que, comparadas com ela, empalidecem as mais ensangüentadas a espantosas páginas das épocas passadas? Os povos tiveram de assistir com terror a um novo e imenso aperfeiçoamento de meios e modos de destruição, a de ser ao mesmo tempo espectadores de uma decadência interior que, desde o resfriamento e o desvio da sensibilidade moral, se vai precipitando cada vez mais para o abismo da sufocação de todo o sentimento de humanidade a do ofuscamento da razão e do espírito, que tornam realidade as palavras de Sabedoria: "todos ficavam presos por uma mesma cadeia de trevas" (Sab 17, 17).⁵²

As mensagens de Natal foram as principais oportunidades que Pio XII usou para falar aos católicos e ao mundo no que tangia às questões sociais e políticas. No ano de 1943, com o conflito manifestadamente em seu ápice, as perseguições aos judeus e a invasão nazista em Roma nada mais cabia a Pio XII senão, manifestar seu descontentamento frente à realidade vigente.

Em julho de 1943 Mussolini foi deposto, fato que desarticulou o governo italiano. Os Aliados chegaram à Itália naquele ano e bombardearam Roma. Um dos bombardeios atingiu as proximidades da Igreja de São Lourenço Fora dos Muros, nessa ocasião Pio XII deixou o Vaticano e foi até o lugar afetado onde deu apoio aos alvejados pelos ataques (MELO, 1974).

Os bombardeios geraram em Pio XII uma forte reprovação, pois os Aliados tinham prometido ao papa que isso não aconteceria. Dois meses depois o armistício foi assinado entre os aliados e a Itália para que os bombardeios civis cessassem (Tomé, 2013). O afastamento de Pio XII dos Aliados foi gerado por diversos motivos, mas o principal era devido aos bombardeios.

Com o fim do conflito, em 1944, Pio XII foi saudado pelos romanos que exaltavam a personalidade do pontífice e afirmavam ter sido a única autoridade moral e religiosa que se manteve ao lado do povo nos tempos mais cruéis (CARLETTI, 2012, p. 119). Apesar disso, esse período era o findar de um tempo de muito sofrimento em toda a Itália, ao contrário de muitos países que ainda não viam a paz nem tinham a esperança de vê-la .

O relatório de Eduardo Brazão, embaixador de Portugal na Santa Sé durante a Segunda Guerra, abordou a situação da Itália após o fim do conflito:

Entende-se pois, ainda que horrorize, o desfecho da tragédia italiana. É que esta gente vê-se hoje não só com a vida inteiramente desfeita, mas sem próximas perspectivas de melhoria. Uma economia paralisada, toda uma admirável rede elétrica de comunicações ferroviária destruída, uma inflação monetária de dimensões ciclopicas,

⁵²PIO XII. Mensagem Radiofônica. *Natal de Guerra, aos povos do mundo inteiro*. 24 de dezembro de 1943. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1943/documents/hf_p-xii_spe_19431224_radiom-natalizio-popoli.html>. Acesso em: 02 de setembro, 2016.

os preços sem controle possível, um cambio negro que surgiu timidamente e que hoje se organizou, se ramificou e se instalou, várias ocupações militares em poucos anos que destruíram material e moralmente uma sociedade, inúmeras obras de arte, orgulho legítimo deste povo e da civilização, inteiramente destruídas, uma monarquia abalada, a substituição do partido único pela poeira de partidos que se chocam, que se paralisam e que se destroem ... eis a Itália do dia de hoje, eis a Itália que ainda ontem chorou convulsivamente quando os sinos de Roma anunciaram o final da guerra (BRAZÃO, 1944, p.10-11 apud Tomé 2013)

Apesar de a paz ter sido firmada na Itália, muitas outras regiões continuavam em estado total de guerra e condições de vida insustentáveis. Na Polônia por exemplo, em 1944, os alemães com medo de que Cracóvia apoiasse um levante fomentado pela União Soviética, como tinha acontecido em Varsóvia em 1943, recolheram no domingo 6 de fevereiro de 1944 (que ficou conhecido como o “domingo negro”) todos os homens, judeus ou não de idade entre 15 a 55 anos e levaram para prisões e campos de concentração (BLESSAMANN, 2003, p.330).

A Polônia sofreu muito durante a guerra, os povos eslavos foram levados como escravos para os campos de concentração sendo a força do trabalho durante a guerra, também muitos foram levados aos campos de extermínio. Os nazistas sabiam que a Igreja era uma força dentro da Polônia que devia ser controlada. Foi diante da situação dos católicos poloneses que Pio XII recebeu a maioria das críticas, pois não insistiu publicamente na defesa do povo polonês contra os absurdos da guerra. Lebec (1999) afirma que autoridades católicas polonesas pediram ao papa Pio XII, após a sua primeira encíclica, que não se referisse aos absurdos ocorridos na Polônia de forma direta, pois tal ação causava retaliações diretas aos católicos nas zonas de guerra. Isso porque em sua encíclica inicial Pio XII mencionara a Polônia e referira sua condição deplorável frente às injustiças da guerra.

No Natal de 1944, o Papa Pio XII fez uso de sua tradicional mensagem para defender a democracia, e apoiar a organização de uma comissão internacional que possibilitasse a segurança internacional a fim de definir leis internacionais de respeito aos direitos humanos e o progresso social, o que mais tarde se constituiria na criação da ONU. Também usou de seu discurso para esclarecer e diferenciar os termos povo e massa, fazendo uma alusão direta à ideologia comunista:

Povo e multidão amorfa ou, como se costuma dizer, "massa", são dois conceitos diversos. O povo vive e move-se por vida própria; a massa é de si inerte, e não pode mover-se senão por um agente externo. O povo vive da plenitude da vida dos homens que o compõem, cada um dos quais - no próprio lugar e do próprio modo - é uma pessoa consciente das próprias responsabilidades e das próprias convicções. A massa, pelo contrário, espera uma influência externa, brinquedo fácil nas mãos de quem quer que jogue com seus instintos ou impressões, pronta a seguir, vez por vez, hoje esta, amanhã aquela brincadeira. (...) Daí desponta clara outra conclusão: a massa qual

acabamos de definir - é a principal inimiga da verdadeira democracia, e do seu ideal de liberdade e de igualdade.⁵³

No ano de 1944, o Secretário de Estado de Pio XII, o cardeal Maglione faleceu, mais precisamente no dia 22 de julho. A partir deste momento o pontífice decidiu não mais escolher outro prelado para este cargo, por esse motivo, até o final de seu pontificado não teve Secretário de Estado. Esta foi mais uma demonstração do total controle que Pio XII tinha sobre os assuntos, tanto pastorais como políticos, principalmente com as relações internacionais que sem o Secretário de Estado ficavam todas sob a sua total responsabilidade.

Ao encerrar de fato a guerra em 7 de maio de 1945, a Alemanha se rendeu aos Aliados e, no dia seguinte, à URSS. No dia 9 de maio de 1945 Pio XII se voltou ao mundo para pronunciar suas palavras sobre o fim do conflito:

Finalmente terminou esta terrível guerra que amarrou a Europa com os laços do mais horrível e tremendo sofrimento, durante quase seis anos. Uma profunda e humilde exclamação de gratidão ergue-se do fundo de nosso coração (...) Que surja um mundo novo e melhor baseado no temor filial de Deus, na fidelidade a seus santos mandamentos, no respeito à dignidade humana e aos direitos comuns de todos os povos e de todos os estados, grandes ou pequenos, fracos ou fortes. A guerra criou um caos de ruínas, tanto no sentido moral como no material, tão grande como nunca antes a humanidade testemunhara no decorrer de toda sua longa história. Chegou agora o momento de reconstruir o mundo.⁵⁴

Com a criação da ONU, em 1945, e as relações políticas do pós-guerra, Pio XII dedicou-se a incentivar a paz entre as nações e pedia que as punições aplicadas à Alemanha não fossem severas a ponto de tirar toda a esperança daquela nação. Em 1949, Pio XII manifestou a condenação da Santa Sé ao comunismo, uma campanha internacional chamada de cruzada anticomunista, pois por meio de um decreto da Congregação do Santo Ofício⁵⁵, penalizava com a excomunhão todo e qualquer católico que tivesse abraçado a doutrina comunista ou se filiado ao Partido Comunista (GRIGULEVICH,1982, p.161).

Diferentemente de toda a cautela usada na oposição ao nazismo e aos acontecimentos da Segunda Guerra Pio XII condenou de forma clara o comunismo. Durante a Guerra Fria, de 1945 até sua morte em 1958, o pontífice esclareceu sua posição e formalizou princípios e valores defendidos pela diplomacia vaticana, apontando abertamente o inimigo da Igreja

⁵³ PIO XII. Mensagem Radiofônica *Benignitaset Humanitas*, sobre a Democracia. 24 de dezembro de 1944. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/es/speeches/1944/documents/hf_p-xii_spe_19441224_natale.html>. Acesso em: 02 de setembro, 2016

⁵⁴ PIO XII. Radiomensagem *Ecco al fine terminata*. 9 mai. 1945. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1945/documents/hf_p-xii_spe_19450509_radiomessage-war.html> Acesso em: 09, jan. 2018.

⁵⁵ A Sagrada Congregação do Santo Ofício zelava por tudo que se referisse à fé e à moral, tornando-se o departamento de governo da Igreja Católica defensor da ordem e principal instrumento da autoridade pontifícia.

Católica e das famílias cristãs.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, Pio XII alertou para as consequências políticas e ideológicas em que as situações poderiam se transformar, como o perigo totalitário da União Soviética e os castigos que o mundo tentaria impor sobre a Alemanha. Com medo do crescimento do comunismo na Europa e como o cenário da Guerra Fria que se revelou, Pio XII iniciou uma força tarefa para apoiar na Itália os grupos políticos que lutaram contra os fascistas. Para Carletti (2012), o fortalecimento desses grupos católicos era a possibilidade de barrar as forças esquerdistas que ameaçavam voltar a ter influência no mundo ocidental. Encontrando-se no coração da Itália, a Santa Sé influenciava a configuração política da península fortalecendo os grupos católicos e ao sair das incertezas da guerra, as organizações partidárias mostravam-se instrumentos de estabilidade e presença da Santa Sé.

Analisando-se as posições tomadas pela Santa Sé e as atitudes apoiadas por Pio XII, que demonstra a necessidade de olhar para a realidade que se estabeleceu, podemos relacionar ao que Koselleck (2006) chama de expectativa apocalíptica, ou seja, no cenário da Segunda Guerra Mundial e no governo de um Estado que se comporta com princípios diferentes dos da maioria dos Estados, pode-se ver a estrutura da expectativa conceituada pelo autor, onde mesmo com experiências negativas ou contrárias os governos não abalam a certeza do que não é alcançável de forma natural e ainda reafirmam a esperança do porvir.

Ainda que todos os acontecimentos no cenário do conflito demonstrassem o caos e nenhuma ação política estivesse fazendo efeito, na diplomacia vaticana existe o fator “espiritual” que, neste caso dá sentido a todas as frustrações nutrindo as expectativas terrenas e as escatológicas, pois se mesmo diante de tudo, racionalmente não existia nexos, com o olhar apocalíptico poderia ser compreendido. No dizer de Koselleck (2006, p.316): “Trata-se de expectativas que não podiam ser desfeitas por nenhuma experiência contrária, porque se estendiam para além deste mundo”.

Desta forma percorrendo o pontificado de Pio XII e sua reflexão, nota-se sua total característica diplomática, muita cautela em todos os momentos e o zelo para além do político, o zelo pela fé católica que, necessariamente, deveria ultrapassar o cenário do conflito mundial para que se perpetuasse. É eminente o conceito de expectativa descrito por Koselleck em que de forma clara mostra-se o pontífice com o olhar além do presente, o olhar escatológico para aquilo que virá e que, como acredita a Igreja Católica, permanece acima de tudo que é sensível e mutável.

Nesse sentido, Pio XII como bom admirador de Santo Agostinho via nas reações e entraves da guerra a verdadeira necessidade de fazer com que as duas cidades, a celeste e a

terrena pudessem coabitar e juntas levassem a humanidade para o seu destino.

Segundo Melo (1974) para a Igreja, Pio XII continua sendo “o papa da paz”, “o pastor angélico” aquele que suportou com virtudes heroicas o peso de seu pontificado, um dos mais difíceis da história da Igreja. A imagem de um papa santo, que sacrificou sua saúde e sua vida pela paz mundial e defesa dos humildes e perseguidos, que lutou pela justiça nas relações internacionais e humanas.

3.2. O PAPA PIO XII E OS JUDEUS

Ao fracassarem os esforços pelo término da guerra, e as perspectivas de restabelecer a paz se desvaneceram em um futuro incerto, a Santa Sé pensou que sua tarefa consistia em ajudar as vítimas do conflito, tratando de aliviar seus sofrimentos materiais e morais. Já durante a Primeira Guerra Mundial Eugenio Pacelli, núncio do papa Bento XV na Baviera, havia gastado seus recursos visitando campos de concentração para levar aos prisioneiros o alívio espiritual com suas palavras, oferecendo-lhes lhes consolo e vestimenta. Segundo Pierre Blet (2004, p.199), a decisão da Santa Sé no novo conflito foi a de permanecer fiel a essa linha.

A postura adotada pela Santa Sé durante o conflito da guerra gera grandes incertezas, mas o que mais toca essa realidade são as questões quanto às perseguições e extermínios nos campos de concentração, principalmente dos judeus.

A Igreja Católica sempre teve muitos desacordos com os judeus, muitos papas na história da Igreja condenaram e afirmaram que os judeus não seriam “salvos” por não aceitarem Jesus Cristo como o Messias. No ofício da Paixão, da sexta-feira santa a Igreja Católica usava a expressão “pérfidos judeus” que foi mudada apenas na reforma do missal em 1962 no Concílio Vaticano II (1962-1965). A mudança passou para a expressão “conversão dos judeus” e posteriormente a oração ficou apenas “pelos judeus”. O uso de “pérfidos judeus” na oração tinha ainda mais peso por ser proferida durante a sexta-feira santa, data em que os católicos solenizam a morte de Jesus, crucificado pelos judeus que não aceitavam, dentre outras coisas, o fato d’Ele afirmar ser, o messias, filho de Deus, esperado por ambas as religiões.

O Concílio de Florença (1438),⁵⁶ afirmava que os que praticassem a antiga lei sendo seguidores da religião judaica pecavam mortalmente, pois afirmava o texto que são “estranhos

⁵⁶ IGREJA CATÓLICA. Concílio de Florença, 1438. Disponível em: <<http://catholictube.ru/media/document/925.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2018.

à fé de Cristo” e por isso “eles não poderiam alcançar a salvação eterna a não ser que um dia se arrependessem dos erros”.

O fato é que, por muito tempo parte da Igreja Católica olhou para os judeus com desconfiança ou até mesmo com desprezo. Por esse motivo, diante da política do nacional-socialismo o Papa Pio XII foi julgado como perseguidor dos judeus e a Santa Sé como apoiadora das perseguições feitas a eles pelo Reich. Juntamente com as acusações direcionadas a Pio XII existem autores que o defendem e afirmam sua proximidade a grupos judaicos, bem como a sua proteção aos perseguidos de guerra. Sabendo que há muitas opiniões sobre este tema e, de fato, não existe uma posição baseada em documentos oficiais, propomos uma análise ao máximo imparcial sobre o assunto.

Pice (1998, p. 42 apud. BLET, 2013, p.85), argumenta que durante a Segunda Guerra Mundial nem a Santa Sé nem mesmo as outras potências mundiais conheciam a magnitude do que estava acontecendo:

Do projeto de extermínio total dos judeus nem Pio XII nem as organizações judaicas nem os Aliados estavam a par. A dramática extensão daquele projeto soube-se apenas depois do final da guerra. Durante o conflito nunca se falou. Nem mesmo a Rádio de Londres que estimulava as populações submetidas ao nazismo para que se insurgissem, jamais acenou a esses campos de morte. Sabia-se das deportações de grupos de judeus massacrados, mas não desse extermínio em escala industrial, a horrível “solução final”.

Maguerita Marchione (1997) também usa esse argumento afirmando: “Mesmo quando alguns conseguiam escapar e contavam o que tinham vivenciado, os próprios judeus nos Estados Unidos não conseguiam acreditar”, A proporção das abominações feitas pelos nazistas poderia, de fato, ser desconhecida da Santa Sé, mas ela sabia que mesmo antes da Segunda Guerra Mundial o regime já havia aplicado leis ráticas severas. A Noite dos Cristais, em 1938, por exemplo, já tinha demonstrado que os judeus eram alvos dos nazistas. Tomé (2013) ressalta que, nesse período muitos judeus recorreram à ajuda da Santa Sé, principalmente aqueles que tinham optado pela fé católica e por isso não eram bem vistos dentro dos grupos judaicos por não se manterem fiéis a religião de seus pais.

No início das perseguições as deportações de judeus aconteciam e o regime permitia que por algum meio, ajudassem na “limpeza” da Alemanha. Desta maneira, o Brasil foi um dos países que se tornaram parceiros da Santa Sé no recebimento de judeus provindos das regiões do conflito. Milgram (1994) traz uma lista de judeus que por meio dos canais construídos principalmente pela Igreja, se refugiaram no Brasil, a ordem era que com os documentos e as certidões de batismo pudessem encontrar um lugar seguro. De acordo com

Lesser (1995, p.31):

Os líderes judaicos convenceram os dirigentes políticos brasileiros de que a imigração judaica possuía valor econômico e político. Mais importante ainda, os judeus foram capazes de abrir as portas do Brasil, mesmo que apenas por alguns anos, em um momento em que a coletividade judaica europeia estava empenhada em uma luta de vida e morte. Consequentemente, entre 1933 e 1942, quase vinte e cinco mil judeus, basicamente alemães e poloneses fugindo do nazismo, entraram legalmente no Brasil, apesar de uma maioria dos membros do regime Vargas considerar a imigração judaica como algo indesejável. Ao mesmo tempo em que os judeus entravam em quantidade relativamente entre 1922 e 1942, sua posição ambígua como imigrantes europeus “não-brancos” conduziu a uma política imigratória antijudaica no Brasil em tempos de guerra.

As tratativas com o governo brasileiro não prosseguiram de forma que as perseguições a partir de 1942 ficaram ainda mais severas sendo que as emigrações dos mesmos eram inviáveis, a não ser que conseguissem esconder-se da Gestapo.

A Santa Sé aparece nas negociações por meio dos Núncios Apostólicos, o que faz com que a figura de Pio XII não apareça de forma atuante nesse período.

No início do Pontificado de Pio XII, e com os ecos da encíclica de Pio XI sobre o nazismo, o ex-núncio da Alemanha escreveu em seu plano de governo informando os católicos sobre a origem comum da humanidade e a regressão da humanidade que era a discriminação racial. Uma das características de Pio XII foi a falta de clareza nas suas intenções, detalhe esse que é muitas vezes valioso na diplomacia pelo fato de ser grande observador e demonstrar seu posicionamento de forma astuta e discreta. O grande problema é que como chefe de estado a clareza no discurso é uma arma para nortear a comunidade pela qual é responsável. Um grande exemplo é seu texto na *Summi Pontificatus* em que fala da humanidade como irmã tendo origem no mesmo casal, Adão e Eva, dando a entender da irmandade, principalmente com o povo judeu, que estava sendo discriminado por sua raça e credo. E ainda nesse mesmo discurso esclarece sua posição no plano de governo do pontificado citando o Apóstolo Paulo, aquele que defende a pregação do Evangelho a toda a criatura, assim também incentivando a evangelização:

O Apóstolo das gentes faz-se depois arauto desta verdade, que irmana os homens numa grande família, quando anuncia ao povo grego que Deus "tirara de um único tronco toda a progênie dos homens, para que povoassem toda a superfície da terra, e determinara o curso da sua existência e os limites das suas habitações, a fim de que procurassem o Senhor" (*At 17, 26*). Maravilhosa visão que nos faz contemplar o gênero humano na unidade de uma origem comum em Deus: um só "Deus e Pai de todos, aquele que está acima de todos, por todos e em todos" (*Ef 4, 6*): na igualdade de natureza, igualmente constituída em todos de corpo material e alma espiritual e imortal; na unidade do fim imediato e da sua missão no mundo; na unidade de habitação, a terra, de cujos bens, por direito natural, todos os homens podem valer-se a

fim de sustentar e desenvolver a vida; na unidade do fim sobrenatural, o próprio Deus, a que todos devem tender; na unidade dos meios para conseguir tal fim.⁵⁷

No contexto do conflito pode-se entender a linha tênue que a diplomacia deve assumir, mas também é perceptível que o silêncio de Pio XII existiu no sentido de nomear os atores diretamente. O silêncio pode significar muito, principalmente na diplomacia, ou seja, silenciar pode significar um não posicionamento visível causando nos atores internacionais a indecisão, o silêncio seria o manutenção de uma “munição” nas relações internacionais, pois o comprometimento público poderia gerar uma crise política interna e religiosa. Além disso por muito motivos de retaliação, Pio XII mantinha uma diplomacia cautelosa que inteligentemente durante a guerra tentava minimizar as perdas.

O temor que a Santa Sé tinha na política do período também se justificava pelas perseguições aos seus membros que foram aumentando no decorrer do conflito. Dois casos que destacamos são o de Maximiliano Kolbe, um frade polonês que em 1941 foi levado para Auschwitz onde morreu no mesmo ano, e de Edith Stein uma filósofa judia que se converteu ao catolicismo, deportada para Auschwitz-Birkenau, em agosto de 1942, onde foi executada. Os dois foram canonizados como santos da Igreja Católica, já na segunda metade do século XX.

Com a invasão alemã em Roma, a Santa Sé ficou em uma posição ainda mais frágil, foi nesse período que ao Papa foi oferecido refúgio no castelo de Liechtenstein por Hitler, mas Pio XII se negou a deixar o Vaticano. Segundo Carletti (2012, p. 117), Hitler ameaçou ocupar a Cidade do Vaticano e seu plano era sequestrar o papa e os bispos da Cúria Romana e deportá-los aos campos de concentração.

Segundo Blessmann (2003), na França, no ano de 1944, 162 padres franceses foram mortos, dentre esses 123 foram fuzilados ou guilhotinados. Na Polônia 4 bispos, 1996 padres, 113 seminaristas e 238 religiosos foram mortos e para os campos de concentração foram enviados 3642 padres, 389 seminaristas, 341 religiosos leigos e 1117 religiosas (BLET, 2004, p.171).

A perseguição dos judeus em Roma iniciou em 1943, na noite de 15 para 16 de outubro, quando 3.259 judeus foram presos (LEBEC, 1999, p.98). Segundo Lebec (1999) o embaixador da Alemanha prometeu a Maglione cessar as perseguições se os protestos vaticanos ficassem secretos, essa decisão foi difícil a Pio XII. O conselheiro da embaixada

⁵⁷ PIO XII. Carta Encíclica: Summi Pontificatus. 20 de outubro de 1939 Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus.html> Acesso em: 01 de maio de 2017.

alemã, Albrecht Von Kessel afirmou: “Um protesto solene de Pio XII contra a perseguição dos judeus o teria provavelmente exposto, a ele e toda a Cúria Romana, a um perigo muito grave e o protesto não teria salvo a vida de nenhum judeu” (LEBEC, 1999,p.99).

De acordo com Anna Carletti (op. cit. p.117), no inverno de 1944, foram servidas mais de 100 mil sopas por dia no Vaticano e havia refugiados até mesmo na residência de verão do Papa, em Castelgandolfo, nos mosteiros e nas clausuras as regras foram temporariamente ignoradas para esconder políticos refugiados e judeus. Muitos homens também foram alistados no exército papal para fugirem das perseguições.

Milhares de judeus, de quatro a sete mil, foram escondidos, alimentados, agasalhados e alocados em 180 refúgios na Cidade do Vaticano, nas igrejas, nas basílicas, nos prédios administrativos da Igreja e nas casas paroquiais sem contar um número desconhecido de judeus foi acolhido em casas particulares, hospitais e orfanatos; e o Papa assumiu pessoalmente o cuidado pelos filhos dos judeus deportados da Itália (KURZMANN, 207, p. 119).

Em nível diplomático, as ações da Igreja podem não ter sido visíveis por não serem incisivas a ponto de apresentar-se um eterno silêncio, mas as ajudas financeiras e o refúgio aos judeus foram reais (THOMAS, 2011). Desta maneira não são justificativas para o “silêncio” da Igreja Católica, mas a constatação de atitudes políticas e até mesmo pastorais para encontrar soluções em meio ao conflito.

O trabalho de Pio XII foi reconhecido pelas autoridades judaicas, ainda no decorrer da Guerra. O rabino-chefe de Jerusalém, Isaac Herzog, enviou uma mensagem de agradecimento, em fevereiro de 1944, em que afirmava:

O povo de Israel nunca esquecerá o que Sua Santidade e seus ilustres representantes, pelos eternos princípios da religião que formam as próprias fundações da civilização verdadeira, estão fazendo pelos nossos desafortunados irmãos e irmãs no momento mais trágico da nossa história, o que é a prova viva de que a Providência Divina age no mundo (THOMAS, 2011).

Também o rabino Pinches Lapide (1979), em sua obra refere que as propriedades católicas italianas, francesas, espanholas, americanas e também alemãs salvaram muitos judeus, cerca de cinco mil foram abrigados e mais três mil ficaram na casa de verão do Papa. Lapide afirma, ainda, que se o protesto da Igreja contra o regime nazista tivesse sido maior, também haveria mais retaliação, ele usou o exemplo da Holanda em que o clero fez uma condenação aberta ao nazismo: “o resultado foi que enquanto os bispos protestavam mais judeus, cerca de 110 mil, ou 79% do total era deportado aos campos de extermínio.”

Quando Pio XII morreu, já no final da década de 1950, teve o reconhecimento de alguns representantes judeus como Golda Meir, que era representante israelense na ONU e futura primeira-ministra de Israel, ao dizer:

Nós compartilhamos do grande pesar que atinge o mundo por causa da morte de Sua Santidade Pio XII. Durante os dez anos do terror nazista, quando o nosso povo passou pelos horrores do martírio, o Papa levantou a sua voz para condenar os perseguidores e conder-se das vítimas (DALIN, 2005, p.92).

Também o grande cientista Albert Einstein afirmou para a revista norte-americana *Time*, em dezembro de 1940:

Apenas a Igreja Católica protestou contra a violação da liberdade por Hitler. Até então, eu nunca me havia interessado pela igreja, mas hoje sinto uma grande admiração por ela, que teve a coragem de combater sozinha pela verdade espiritual e pela liberdade moral. (DALIN, 2005, p.99).

Alguns autores afirmam que logo após a morte do Papa Pio XII o mundo acreditava que a Igreja, por meio dele, tinha feito muito durante o conflito, além de buscar por vias diplomáticas o diálogo no princípio e depois auxiliando de forma presente os refugiados de guerra. A opinião pública teve uma grande mudança, segundo Lebec (1999, p. 93), a partir da produção de uma peça de teatro de Rolf Hochhuth chamada “O Vigário”, estreada em 1963, em que o pontífice era representado como o grande defensor nazista e com a diplomacia e as ferramentas políticas inalteradas frente ao conflito.

Em 2002 o judeu Gary Kruup criou a Fundação Pave the Way (PTW) tendo como intenção aproximar as religiões, buscar a paz por meio do diálogo inter-religioso e diminuir as diferenças. Uma das iniciativas da fundação é desmistificar a ideia de que o Papa Pio XII foi um homem cruel e conivente com os horrores da Guerra. Para isso, a PTW patrocinou pesquisas e produziu um livro de 255 páginas nas quais se reproduz perto de três mil documentos originais sobre o Papa Pacelli⁵⁸.

Diante dos acontecimentos, e sem de fato saber se a posição adotada pela Santa Sé foi a melhor, vendo as ações silenciosas de Pio XII constata-se que as necessidades de uma parcela foram atendidas. Recordando a fundamentação doutrinal de Pio XII como chefe de estado entende-se melhor as suas escolhas pois não detinha nenhuma possibilidade positiva e sem perdas. Essa situação leva-nos a reconhecer que o princípio do mal menor muito provavelmente foi aplicado pelo pontífice nessa situação.

⁵⁸ MANN, Benjamin. Holocaust museum praised for corrections to Pius XII exhibit. CNA: Catholic News Agency. Vaticano. 5 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.catholicnewsagency.com/news/holocaust-museum-praised-for-corrections-to-pius-xii-exhibit>>. Acesso em: 9 jan. 2018

4. SUCESSÃO APOSTÓLICA E AÇÃO PASTORAL

Para além das questões estatais e da soberania do pontífice sustentadas pela teoria do mal menor, a Igreja Católica sempre viu no papa a representação de chefe da Igreja e sucessor do apóstolo Pedro, por esse motivo e seguindo o mandato de Jesus Cristo teria um poder particular. Dessa maneira a Tradição da Igreja Católica sempre afirmou que determinadas ações do pontífice tinham um caráter divino irrevogável. Foi somente em 1870 que essa condição específica foi formalizada como dogma no concílio Vaticano I. O documento afirmava:

Aderindo fielmente à tradição recebida desde o princípio da fé cristã..., declaramos e definimos, como dogma de fé divinamente revelado, que o Pontífice Romano, quando fala “*ex cathedra*”, isto é quando, no desempenho do seu múnus de pastor e doutor de todos os cristãos, define, com a sua suprema autoridade Apostólica, doutrina respeitante à fé e à moral, que deva ser crida pela Igreja universal, pois possui, em virtude da assistência divina, que lhe foi prometida na pessoa do Bem-aventurado Pedro, a infalibilidade de que o Divino Redentor revestiu a sua Igreja, ao definir doutrina atinente à fé e à moral; e que, portanto, as definições do Romano Pontífice são irrefragáveis por si mesmas, e não em virtude do consenso da Igreja. (*Pastor Aeternus*, c. IV)⁵⁹

A doutrina católica sempre acreditou que a Igreja era infalível, por sua unidade com Cristo sendo, como ele, imaculada, mas isso não significava que seus membros fossem impecáveis. Pelo contrário, sempre houve a concepção de que a instituição era infalível, mas composta de membros falíveis. Pela ação divina é que a Igreja garante que o seu representante máximo, o papa, não cometa erros de doutrina quando se exprime *ex cathedra*, ou seja, em condição definitiva no que tange alguma matéria de fé ou moral.

A infalibilidade não é válida para nenhum assunto político, científico ou particular, mas apenas as matérias de fé e moral que são necessárias à vida dos fiéis com cunho obrigatório. O direito canônico no cânone 749 afirma:

§ 1. Em virtude do seu cargo, o Sumo Pontífice goza de infalibilidade no magistério quando, como supremo Pastor e Doutor de todos os fiéis, a quem pertence confirmar na fé os seus irmãos, proclama por um ato definitivo que tem de ser aceite uma doutrina acerca da fé ou dos costumes.

As ações que para a Igreja são dignas da condição de conceito infalível normalmente são instituídas pelos papas, mas são resultados de processos longos que se notam necessários

⁵⁹PIO IX. Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/documents/vat-i_const_18700718_pastor-aeternus_it.html> Acesso em: 22 de dez de 2017.

para que os fiéis possam melhor viver a fé. São instruções que para a Tradição da Igreja já estão contidas no depósito da fé, mas que precisam tomar um conceito visível. O que leva algumas vezes o Magistério da Igreja a fazer a proclamação de uma verdade de fé, geralmente como uma resposta ao surgimento de alguma heresia ou contestação a essa verdade já aceita pela Igreja. Segundo Robert Siscoe (2014), existe uma grande confusão no que se refere aos momentos em que a infalibilidade papal é exercida pelo pontífice, pois ela é diretamente relacionada à salvaguarda e ao ensinamento das verdades já reveladas por Deus, sendo reafirmada pelo representante máximo da Igreja. O dogma da infalibilidade eximiria o papa do erro, por se tratar de uma revelação divina, afirmando a palavra de Matheus (18,18): “O que ligardes na terra, será ligado no céu, o que desligardes na terra será desligado no céu.” De fato, não são todos os momentos em que o pontífice possui a autoridade infalível, em suas opiniões particulares e em suas ações políticas como líder de estado ou até mesmo em suas mensagens o papa não possui a infalibilidade, porém, nos casos de fé e de moral com referência explícita do *múnus ex cathedra*. Para decretar dogmas ele é revestido desse poder que nenhum ser humano para manter-se fiel a Igreja tem autoridade de discordar.

Para a Igreja, há a real certeza de que o papa é capacitado por Deus para cumprir todas as funções de sua posição e que detém uma grande intimidade com a vontade divina, porém a ele não é retirado a figura de homem, pecador e passível de erro. Por isso, para a doutrina católica a assistência divina é total quando o pontífice usando de sua autoridade apostólica em sua plena atividade de líder e pastor estipula um fundamento referente à fé e a moral a ser seguida pela Igreja universal. No Concílio Vaticano II, a Igreja reafirmou o dogma da infalibilidade de que o Papa e o corpo episcopal são revestidos quando em um concílio:

Goza desta infalibilidade o Pontífice Romano, chefe do colégio dos Bispos, por força do seu cargo quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis, e encarregado de confirmar seus irmãos na fé, por um ato definitivo, um ponto de doutrina que concerne à fé e aos costumes. (...) A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo episcopal quando este exerce seu magistério supremo em união com o sucessor de Pedro, sobretudo em Concílio Ecumênico. (CIC 889-892)

As definições dos dogmas na Igreja, ou seja, os pronunciamentos do Papa “*excathedra*” são pontuais e raros. Apesar disso, se algum fiel discordar da definição da verdade de fé proclamada ele é tido como herege, por negar à fé em um só ponto a nega totalmente rompendo com a comunhão com os membros da comunidade católica e se recusando a sujeição aos ensinamentos do Sumo Pontífice (CDC,can.751)

Sendo assim, o pontífice romano além de ser o representante político da Santa Sé, é ele quem está e sempre esteve à frente de todas as resoluções possíveis para a continuidade da fé católica. Apesar do poder temporal que a Igreja Católica possui, de forma única para uma instituição confessional ele só tem um real sentido se compreendido a partir do valor espiritual. É porque tem uma representatividade que não está ligada à política diretamente, mas à transmissão da fé sendo a religião católica que sustenta a Igreja. Mesmo que a representação política do pontífice possua uma grande importância no cenário mundial em determinados períodos da história, somente a partir do tratado de Latrão o poder papal foi formalizado em decorrência do território. Mesmo assim, a fé católica, apesar das transformações possui milhares de anos.

Por esse motivo, o pontífice é o representante maior da religião, sendo o porta-voz e primeiro evangelizador da fé católica. Muitos autores argumentam que a centralidade da Igreja, encontrando em Roma, a sua unidade sempre possibilitou um ponto de segurança, apesar de que muitos papas passaram pelo poder da instituição. A tradição da sucessão apostólica que reconhece no líder o apóstolo Pedro do princípio da Igreja faz a ligação necessária entre passado e presente, entre o céu e a terra, entre o homem e Deus.

A voz dos papas sempre ecoou no mundo, de formas diferentes e em período com maior ou menor importância. Principalmente o Ocidente sempre encontrou no pontífice uma opinião que devia ser ouvida e com um peso especial.

O papa Pio XII foi o primeiro pontífice, depois do Vaticano I, a fazer uso do dogma da infalibilidade papal. Ao instituir o dogma da Assunção de Nossa Senhora, em que afirma que ela foi levada ao céu de corpo e alma, ou seja, que a mãe de Jesus não possui seu corpo em nenhum lugar na terra porque por ser imaculada foi elevada a glória do céu também com seu corpo, provocou divergências, sobretudo no campo religioso e político.

Na proclamação do dogma da Assunção de Maria ao céu, o Papa Pio XII na Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus* (1950) decretou:

Depois de haver mais uma vez elevado a Deus nossas súplicas e invocado as luzes do Espírito Santo (...), pronunciamos, declaramos e definimos ser dogma de fé revelado por Deus que: a Imaculada Mãe de Deus, sempre Virgem Maria, terminado o curso de sua vida terrena, foi elevada à glória celeste em corpo e alma.

Pio XII usando de seu poder infalível demonstrou, até mesmo no momento de crise do mundo, no pós Segunda Guerra Mundial e em plena Guerra Fria a certeza da religião católica proclamando uma verdade de fé. Mesmo não sendo uma ação política, mas visivelmente

pastoral, fez com que os olhos dos cristãos se voltassem para Roma, como que para que ouvissem o papa dizer que, apesar de todas as destruições e crises, a Igreja permanecia a mesma, reafirmando e norteando os seus fiéis no seguimento da fé e no zelo pela verdade.

O pontífice sempre teve à sua disposição muitos meios de conduzir a Igreja, criando dioceses, nomeando bispos, cardeais ou nuncios, fazendo acordos pastorais ou políticos. Na ordem pastoral, os documentos pontifícios foram sempre usados para formalizar a condução do Papa sobre a Igreja. Os documentos diferem entre si, em importância e remetentes, alguns possuem valor de ensino como as encíclicas que são dirigidas à Igreja Universal com opiniões e conduções referentes a questões sociais, econômicas e políticas e podem ser destinadas a todo o mundo com linguagem própria do pontífice, mas em grande medida com uma mensagem que cabe a todos os povos.

As encíclicas podem ser divididas em doutrinárias quando possuem um teor mais catequético e por vezes marcam pontificados como foi o caso da *Mistici corporis Christi* (1943), do Papa Pio XII, sobre a Igreja como o Corpo Místico de Cristo. Outras encíclicas são sociais e basicamente são as que formam a doutrina social da Igreja como a *Rerum novarum* (1891), do Papa Leão XIII ou a *Quadragesimo Anno* (1931), do Papa Pio XI. Estas duas encíclicas, em particular, foram amplamente discutidas e usada como modelo para legislações do governo Vargas. Com o conceito de justiça fundamentado no princípio tomista defendia a Doutrina social da Igreja como uma terceira via para o tratamento da questão social e econômica, ao criticar o socialismo e o capitalismo (BORIN, 2010). Quando as encíclicas se referem a recomendações de cunho espiritual, com orientações devocionais ou referente aos sacramentos são chamadas de encíclicas exortatórias, um exemplo desse tipo de documento é a *Haurietis aquas* (1956) do Papa Pio XII, sobre a devoção ao Sagrado Coração. Outra forma de encíclica são as disciplinares que discursam sobre matérias específicas como a *Fidei donum* (1957), do Papa Pio XII, que deu início à transferência de muitos sacerdotes para terras de missão.

Distintamente das encíclicas, as constituições apostólicas são de cunho legal, que definem assuntos doutrinários de suma importância como a instauração dos dogmas sendo chamadas de constituições dogmáticas. Um exemplo é a Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*, de Pio XII, que definiu o dogma da Assunção de Maria.

As cartas apostólicas também são usadas pelo pontífice em sua comunicação com a Igreja, elas não são muito solenes, comunicam assuntos específicos direcionados aos bispos, também podem ter caráter de *motu próprio*, ou seja, é um documento escrito por iniciativa

própria do papa para abordar algum assunto que não foi requisitado oficialmente por nenhum grupo ou situação.

O pontífice possui muitas ferramentas para auxiliá-lo em sua ação pastoral, visto que deve manter-se próximo dos fiéis católicos que vivem nos diversos países do mundo e em diferentes condições. Apesar de a ação pastoral ser instrumentalizada por meio das possibilidades encontradas pela Igreja de aproximar o pontífice do povo o que é mais valioso é que a palavra da Igreja seja ouvida em todos os lugares e que os valores evangélicos possam ser frutuoso para sustentar a fé dos fiéis.

4.1. AÇÃO PASTORAL DE PIO XII

No pontificado de Pio XII, como já abordado, sua intenção foi seguir a linha de governo e ação pastoral de seu antecessor, o novo papa não ambicionava proporcionar grandes mudanças ou reformas na Igreja até mesmo porque a situação se apresentava difícil naquele período. Entre muitas incertezas e a iminência da Segunda Guerra Mundial o pontífice precisava agir de forma eficaz nas duas frentes de seu mandato apostólico, ser um exímio líder político, mas um grande pastor, um verdadeiro pai para a Igreja universal.

A grande marca do pontificado de Pio XI tinha sido a ação missionária, ele era chamado “o papa das missões” também por ser o incentivador da Ação Católica. Ele reorganizou esse movimento que incentivava os leigos a assumirem um papel mais participativo, ajudando o clero na cristianização das famílias e da sociedade (Lebec 1999).

Pierrard (1982) afirma que Pio XI por estar em um período de entreguerras e ter vivido as destruições e caos da primeira guerra mundial buscou em sua governança pastoral incentivar a inclusão dos fiéis nas realidades as quais lhes cabiam na sociedade. Instaurou a festa de Cristo Rei que pastoralmente gerava um novo ânimo na vida religiosa dos fiéis. A Ação Católica era uma agremiação de leigos instruídos a atuar como os apóstolos de Cristo, por isto, um apostolado organizado, para colaborar no seu próprio meio, a fim de conquistar pessoas para a Igreja, visando a extensão do reino de Deus. Era um fenômeno que trazia mudanças para a Igreja, pois até aquele momento os leigos se dedicavam somente a atividades caritativas e intelectuais. Um dos maiores objetivos da Ação Católica era gerar em meio às paróquias, verdadeiras comunidades em que pudessem agir na sociedade, fazendo uso de suas qualidades e até mesmo profissões (GUERRY, 1944). Dentre os grupos, muitos se organizaram com interesses específicos principalmente entre os jovens e fortaleceram aqueles que já existiam como os grupos para os estudantes (JEC), para os jovens rurais (JAC), o grupo

dos marinheiros (JMC) e muitos outros. Assim sendo, foi durante o pontificado de Pio XI que a Ação Católica teve seu advento proporcionando grandes avanços na evangelização católica pois por meio dos leigos. Dessa forma a Igreja adentrou fábricas, assembleias e sindicatos cristãos foram criados. O pontificado de Pio XI também foi marcado pela publicação da encíclica social *Quadragesimo Anno* (1931), que dava continuidade aos assuntos da *Rerum Novarum* escrita por Leão XIII, ambas se firmaram como fundamentos da Doutrina Social da Igreja Católica.

Era essa realidade que o cardeal Pacelli encontrou ao assumir a Cátedra de Pedro, movimentos de leigos que se aproximavam na Igreja, mas que enfrentavam a realidade das ideologias que cresciam no mundo e que facilmente eram envolvidas nos ideais cristãos. Os grupos gerados pela Ação Católica abriam espaço para que os fiéis pudessem dialogar por esse motivo que esses grupos sofreram forte repressão na Itália ainda no pontificado de Pio XI.

Na França um movimento de padres operários tinha se desenvolvido a partir do JOC – Juventude Operária Católica, um grupo da Ação Católica. Em 1941 o padre Jacques Loew, sacerdote francês, decidiu realizar um ofício em um porto como um cidadão comum, assim estaria mais próximo dos trabalhadores. Em 1943 foi fundada a chamada Missão Paris, em que os sacerdotes se aproximariam de fato do proletariado indo às fábricas usinas e minas, resignando-se aos trabalhos de 8 horas com o objetivo de levar a Igreja e Cristo também a esses ambientes (CIERVA, 1997).

Como uma estratégia nova de evangelização, os padres operários tiveram uma grande aprovação e crescimento, segundo um artigo publicado na revista *Pergunte e Responderemos*, na edição de 1962, o número dos missionários no movimento foi crescendo, e em 1953 chegava a 103, dos quais cerca de vinte eram religiosos, como jesuítas, capuchinhos e de diversas outras congregações. Vinte e cinco estavam localizados em Paris, os demais se achavam distribuídos por onze dioceses da França (BETTENCOURT, 1962)

Problemas iniciaram quando os sacerdotes se encontraram diante das reivindicações sindicais, muitos padres deixaram seus breviários, abandonaram as celebrações das missas e adentraram nas lutas sociais operárias.

Pio XII via na existência da Ação Católica a possibilidade, de alguma maneira, monitorar o movimento que a Igreja e seus fiéis faziam em direção à modernidade. O mundo, além do conflito político que vivia, necessitava de novas respostas, de transformações que também a Igreja devia dar. O risco que se apresentou dentro da ação católica foi a filiação direta dos grupos a partidos políticos e certa independência dos líderes eclesiais

desrespeitando a hierarquia e estrutura da Igreja (CIERVA, 1997). Em um encontro com líderes da Ação Católica, o papa Pio XII, em 1947, se referiu a isso afirmando:

Não é necessário que vos ensinemos que a Ação Católica não foi chamada a ser uma força no campo da política de partido. Os cidadãos católicos enquanto tais, podem perfeitamente unir-se numa associação de atividade política; é o seu direito, não menos de cristão como de cidadãos. A presença nas suas fileiras e a participação de membros da Ação Católica- no sentido e nos limites acenados- é legítima e pode até ser de todo desejável. Não poderia ao invés admitir-se que a Ação Católica se tornasse uma organização de partido político. (PIO XII apud. CHINIGO, 1959, p.40)

Sobre o movimento dos padres operários Pio XII, em 1950, publicou uma exortação apostólica sobre o chamado da vocação sacerdotal, as obrigações e modos de comportamento dos padres. O que primeiramente era um movimento contra a descristianização dos ambientes trabalhistas passou a ser um grande problema para a Cúria Romana. No documento *Menti Nostrae* (1950, n.58) Pio XII exortava:

Por esse motivo, enquanto rendemos o devido louvor a quantos, na afanosa reparação deste triste pós-guerra, movidos pelo amor de Deus e pela caridade para com o próximo, sob a direção e seguindo o exemplo dos bispos, consagraram todas as suas forças para remediar tantas misérias, não nos podemos abster de exprimir a nossa preocupação e a nossa ansiedade por aqueles que, por especiais circunstâncias do momento, se deixaram levar pelo vórtice da atividade exterior, assim como a negligenciar o principal dever do sacerdote, que é a santificação própria.

E quando se referiu ao respeito à hierarquia da Igreja o Papa se reportou aos dirigentes da Ação Católica:

Seria, além disso, errôneo ver na Ação Católica – como foi recentemente afirmado por alguns – algo de essencialmente novo, uma mudança na estrutura da Igreja um apostolado novo dos leigos paralelo ao do sacerdote e não subordinado a ele. Sempre houve na Igreja uma colaboração dos leigos no apostolado hierárquico, em subordinação ao Bispo e àqueles a quem o Bispo confiou a responsabilidade da cura das almas sob sua autoridade. A Ação Católica quis somente dar a essa colaboração uma nova forma de organização acidental, para sua atuação melhor e eficaz. (PIO XII apud. CHINIGO, 1959, p.39)

No momento que houve a declaração da guerra, apesar de a Santa Sé ter buscado arranjos políticos, e Pio XII usado dos meios que lhe pareciam adequados, havia a preocupação latente com a Igreja que estava espalhada com todo o mundo. Como já abordado, a Santa Sé e a Igreja Católica, mesmo com suas diferenças, são unidas em sua existência, mas a guerra atingia cada uma a sua forma e causava destruições específicas.

A Santa Sé tinha preocupações pontuais com o seu território e com as negociações internacionais, mas a situação da Igreja no mundo era dolorosa, as diversas vítimas da guerra que começaram a surgir desenhava um cenário desesperador. A Igreja Católica da Alemanha

que desde a o início da década de 1930 já estava sofrendo perseguições (TOMÉ, 2013). Além disso, as perseguições raciais apresentavam uma outra dura realidade que era a decadência humana, a Igreja Católica sabia que a segregação racial abria precedente para qualquer outro conflito e condenação.

Segundo Thomas (2013) Pio XII tinha proximidade com judeus e apresentava sua preocupação já no início da guerra. Supondo que a preocupação da Santa Sé com a perseguição aos judeus não fosse em si tão, relevante Pio XII sabia que se essa motivação para a guerra não fosse combatida muitas perseguições poderiam ainda acontecer tendo como justificativa o pretexto vazio da supremacia da raça.

A Igreja necessitava de transformações, era necessário que respondesse aos problemas do mundo moderno, aos cenários familiares, ao papel da mulher, aos problemas sociais e até mesmo de práticas devocionais. Pio XII abordou em seu pontificado muitos desses temas e outros o mundo moderno evocava, unindo a isso a necessidade dos fiéis de se manterem unidos a sã doutrina.

Em meio ao caos originário do conflito, ao terror e à insegurança que o povo europeu vivia, a Igreja Católica como uma instituição crível precisava manter-se sólida, o papa precisava lutar pela unidade e chamar todos para si.

Durante seu pontificado, Pio XII escreveu 41 encíclicas oito das quais publicadas entre os anos de 1939 e 1945. A primeira foi a *Summi Pontificatus* (1939) em que abordou todo o seu plano de governo e o ofício de seu Pontificado. Foi um documento muito importante para o período de início do papado de Pio XII, pois mesmo não sendo alguém desconhecido precisava frisar suas formas de atuação e governança tanto no plano temporal como no espiritual. Pio XII, por meio dessa encíclica de outubro de 1939, esclareceu pontos importantes sobre a guerra e a situação da Igreja como instituição confessional. Afirmou não reconhecer a humanidade de quem condenava um povo por sua raça sendo essa uma das situações mais deploráveis de um ser humano. Era necessário, que em um período de incertezas o Bispo de Roma pudesse estipular suas bases com determinação no seu ato de liderar:

A época atual, acrescentando novos erros aos desvios doutrinários do passado, levou-os a extremos dos quais se não podiam originar senão desorientamento e ruína. E antes de tudo, é certo que a raiz profunda e última dos males que deploramos na sociedade moderna é a negação e repulsa de uma norma de moralidade universal. Quer na vida social e das relações internacionais, isto é, o desconhecimento tão difundido nos nossos tempos e o enfraquecimento da própria lei natural, que tem o seu fundamento em Deus. (...) Quando se renega Deus, abala-se toda a base de moralidade; debilita-se a voz da natureza que ensina a todos o que é bem e o que é mal.

No mesmo ano, Pio XII ainda publicou uma encíclica chamada *Sertum Laetitiae* sobre o 150º aniversário da constituição da hierarquia eclesiástica dos Estados Unidos, em que comemorou o crescimento da religião católica no país norte-americano desde a instituição do primeiro bispo para o país como também relatou as graves consequências do divórcio na família, citando a doutrina sobre a vida matrimonial e familiar.

No ano de 1940 escreveu sobre a atividade missionária portuguesa na encíclica *Saeculo exeunte Octavo* e foi nesse documento que Pio XII se referiu as aparições de Nossa Senhora em Fátima em um texto pontifício oficial.

Eugenio Maria Giuseppe Pacelli possuía uma especial ligação com a Virgem de Fátima porque sua ordenação episcopal foi no dia 13 de maio de 1917, a data em que as crianças portuguesas de Fátima afirmaram ter visto a Santa na zona rural, na cova da Iria (Lebec 1999).

Desde 1917 assuntos marianos ligados aos conflitos mundiais possuíam uma grande notoriedade principalmente os relacionados às aparições em Fátima. Com o advento da comunicação de massa, os fenômenos que aconteceram na cidade portuguesa tinham movimentado a Igreja. Somente no ano de 1930 a Igreja, por meio de Pio XI, reconheceu a devoção a Nossa Senhora de Fátima e aos acontecimentos da cova da Iria como dignos de crédito.

A guerra teria sido um dos assuntos falados pela Virgem na cidade de Fátima em que pedia a oração dos cristãos, falava sobre o mal que era o comunismo e pedia a consagração do mundo e da Rússia ao seu Imaculado Coração. O mundo passava pela primeira guerra mundial e não imaginava a realidade dos tempos vindouros, principalmente a Europa.

O papa Pio XII foi o pontífice que após as aparições mais ajudou na propagação de sua devoção, ele foi chamado por muitos de “papa de Fátima”. No dia 8 de maio de 1950, em um pronunciamento sobre as aparições da virgem em Fátima ele afirmou: “Já passou o tempo em que se podia duvidar de Fátima” (DIAS, 2016). Na sua encíclica *Saeculo exeunte Octavo*, dirigida à Igreja de Portugal, conclamou o povo para atender aos pedidos de Nossa Senhora para que rezassem o terço.

No ano de 1942, Pio XII realizou um ato que obedecia aos pedidos da Virgem na cidade portuguesa e que tinha sido lembrado pela Irmã Lúcia, uma das videntes. No dia 31 de outubro de 1942, 25 anos depois das aparições, em plena Segunda Guerra Mundial, o Papa consagrou o mundo ao Imaculado Coração de Maria:

A Vós, ao vosso Coração Imaculado, nesta hora trágica da história humana, confiamos, entregamos, consagramos não só a Santa Igreja, corpo místico de vosso Jesus, que pena e sangra em tantas partes e por tantos modos atribulada, mas também todo o mundo, dilacerado por exiciais discórdias, abrasado em incêndios de ódio, vítima de suas próprias iniquidades.⁶⁰

Em 1943 o Papa Pio XII escreveu um dos seus principais textos, um dos legados de seu pontificado para a Igreja Católica, a encíclica *Mystici Corporis* sobre o corpo místico de Cristo e a unidade dos fiéis a Ele.

A Encíclica *Mystici Corporis* foi um dos escritos mais importantes de Pio XII, com essa encíclica ele desenvolveu aspectos teológicos fundamentais para a doutrina da Igreja, além de unir a realidade política e exortar sobre os perigos das ideologias. A Encíclica publicada em 1943 ressoou além do período do pontificado de Pio XII.

Na encíclica o papa aborda diversos assuntos. *Mystici Corporis* é o texto mais complexo que escreveu no período da Segunda Guerra Mundial. O pontífice se detém em características teológicas para definir suas argumentações, exorta aos que não zelaram pela doutrina católica e pela Igreja. Em seus argumentos Pio XII ensina que a Igreja seria o corpo de Jesus Cristo de forma mística, em que o próprio Jesus Cristo seria a cabeça e cada católico uma parte deste corpo, dessa forma a Igreja seria uma só, unida em Cristo e nos fiéis, exaltando a unidade. Unidos os membros também vivem das alegrias de dores como Cristo viveu e no tempo presente nas dificuldades que o mundo apresentava. O texto afirma:

Que a Igreja é um corpo, ensinam-nos muitos passos da sagrada Escritura: "Cristo, diz o Apóstolo, é a cabeça do corpo da Igreja" (Cl 1, 18). Ora, se a Igreja é um corpo, deve necessariamente ser um todo sem divisão, (...) O corpo requer também multiplicidade de membros, que unidos entre si se auxiliem mutuamente. E como no nosso corpo mortal, quando um membro sofre, todos os outros sofrem com ele, e os sãos ajudam os doentes; assim também na Igreja os membros não vivem cada um para si, mas socorrem-se e auxiliam-se uns aos outros, tanto para mútua consolação, como para o crescimento progressivo de todo o Corpo.

Dessa maneira, Pio XII formava os fiéis de uma forma teologal para aplicar na realidade do tempo de guerra, assim todos eram chamados a se unirem aos que sofriam no conflito, mostrava que com aqueles que estavam sendo perseguidos e maltratados a Igreja estava com eles e o pastor universal aquele chamado a ser o representante de Pedro também estava:

⁶⁰ PIO XII. Radiomensagem do papa Pio XII aos féis portugueses por ocasião da consagração da Igreja e do gênero humano ao coração imaculado de Maria. Proferida em 31 de out de 1942. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1942/documents/hf_p-xii_spe_19421031_immaculata.html> Acesso em: 09 de jan de 2018.

A cabeça principal deste corpo é uma só: Cristo; o qual, sem deixar de governar a Igreja misteriosamente por si mesmo, rege-a também de modo visível por meio daquele que faz as suas vezes na terra; e assim a Igreja, depois da gloriosa ascensão de Cristo ao céu não está educada só sobre ele, senão também sobre Pedro, como fundamento visível. (...) Em erro perigoso estão, pois, aqueles que julgam poder unirse a Cristo, cabeça da Igreja, sem aderirem fielmente ao seu vigário na terra.

Assim, a encíclica conclamava à obediência e ressaltava a importância de se ver nas ações do pontífice romano a condução de Jesus Cristo. O texto foi publicado no dia 29 de junho, no dia de São Pedro em que liturgicamente se comemora a memória do santo, mas também o mandado do pontífice atual.

Ainda em 1943 o papa publicou a encíclica *Divino Afflante Spiritu* sobre os estudos bíblicos em que conclamou ao povo católico para que estudasse as escrituras, o papa sugeria formas de ler e refletir sobre os textos sagrados, como tratar as questões mais difíceis e recomendações sobre as adaptações dos estudos das sagradas escrituras para o contexto atual da Igreja.

Em 1944 a *Orientalis Ecclesia* sobre o 15º centenário aniversário de morte de São Cirilo Patriarca da Igreja de Alexandria. No texto, Pio XII exaltava a figura de São Cirilo na luta contra as heresias de sua época e por sua importância no concílio de Calcedônia que reconheceu o dogma de Maria Mãe de Deus e pôs fim a muitas especulações sobre a natureza humana e divina de Jesus Cristo. O documento de Pio XII também dialogava e estimava a relação com as Igrejas orientais que veneravam a figura do santo Patriarca de Alexandria.

Em 1945 a encíclica *Communium Interpretes Dolorum*, Pio XII escreveu para pedir orações para a paz entre todos os povos. O texto foi publicado em 15 de abril daquele ano, o pontífice clamava para que a Igreja se unisse em oração pedindo a paz para o mundo, afirmava ele que os homens já não possuíam mais forças para abrandar a calamidade da guerra, mas que a oração seria a solução para os fiéis que nutriam a esperança em Deus. A encíclica iniciava:

Intérpretes das dores comuns, das quais quase todos os povos há longo tempo estão amargamente oprimidos, nada entendemos descuidar que objetive manter – ou de algum modo abrandar –, a imensidão das misérias tendo em vista apressar o fim do terrível conflito. Mas bem sabemos que as reservas humanas são insuficientes para remediar essas desventuras; bem sabemos que a sagacidade humana, especialmente quando cegada pelo ódio e pela revanche, dificilmente atinge a uma justa e equitativa composição e a uma fraterna concórdia. É necessário, portanto, elevar frequentes orações ao Pai das luzes e da misericórdia (cf. *Tg* 1, 17; *2 Cor* 1,3). Somente ele pode, em tão grave perturbação e agitação de espírito, tornar ciente a todos que já são muitas as ruínas e desmedido o acúmulo de desgraças, excessivas as lágrimas, bem como o

sangue derramado. De modo que as exigências divinas e humanas impõem que cesse o mais rápido possível esse espantoso flagelo.⁶¹

Orientales Omnes Ecclesias foi a última encíclica do período da guerra publicada por Pio XII, no ano de 1945, na qual comemorava o 350º aniversário do retorno da Igreja Ruten a Sé Apostólica de Roma. A Igreja Ruten segue o rito litúrgico bizantino e sendo uma igreja oriental mantém comunhão com a Igreja de Roma, nesse documento Pio XII exaltava a unidade dos cristãos para que juntos formassem o corpo místico de Cristo, o papa ainda frisava o seu carinho pelas igrejas de ritos orientais e comemorava o retorno dos católicos rutenos para o seio da mãe Igreja.

Além das significativas cartas encíclicas escritas por Pio XII durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o que é uma parte da produção de seu pontificado, o pontífice escreveu 26 cartas oficiais, 6 cartas apostólicas, 4 constituições apostólicas e uma exortação apostólica. Além dos documentos oficiais, disponibilizados pela Santa Sé, existem todos os discursos em que Pio XII proferiu palavras, aos visitantes, anfitriões ou movimentos religiosos e seculares.

A Santa Sé se esforçou em estar presente na vida das pessoas durante o conflito mundial, o papa com suas mensagens de rádios e textos buscou uma aproximação que transmitiu segurança para muitos, mas que em meio a tantas destruições as palavras do pontífice muitas vezes se perderam no cenário desesperador da Europa. Com o final da guerra, o mundo e principalmente a Europa teve que se reconstruir e buscar reforçar suas estruturas morais tão atingidas pelas injustiças e abominações contra a raça humana.

A Igreja Católica também viu um tempo de realocações, nesse período iniciou-se uma queda na popularidade da Igreja, no que ela representava para as pessoas, para as famílias, principalmente europeias. A Igreja era uma certeza e que muitos puderam se apoiar no início da reconstrução de suas vidas, mas muitos buscavam mudanças, transformações, pois tudo foi muito atingido pelos massacres e tempo de guerra.

É difícil afirmar que Pio XII já via a necessidade de profundas mudanças da na Igreja, até mesmo porque ele sempre foi tradicionalmente conservador. Mesmo que Pio XII estivesse ciente das necessidades que a Igreja estava enfrentando o cenário não era positivo para mudanças, era impossível que diante da realidade política e social a Igreja se fechasse para pensar nas transformações internas. O pontífice dialogou com as modificações do mundo

⁶¹ PIO XII, Carta encíclica *Communium Interpretes Dolorum*. 15 de abril de 1945, Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_15041945_communium-interpretes-dolorum.html > Acesso em: 11 de jan de 2018.

moderno, falou em suas mensagens, mas Pio XII não incorporou mudanças significativas na cúria de renovação durante o período da Segunda Guerra Mundial.

As transformações da cúria romana aconteceram ao encerrar a guerra. De acordo com Brazão (1944 apud Tomé, 2013), a Santa Sé deveria aproveitar o momento de reconstrução mundial para trabalhar na cúria romana fazendo o que o autor chama de “desitalianização”:

É certo que o Santo Padre, por elegância, não irá neste momento difícil para a pátria italiana que é a sua, descarregar mais um golpe de ferida profunda que está bem aberta. Mas o início prático desta campanha deveria começar - segundo o nosso juízo que vemos aqui em Roma ter altos partidários - pelas camadas das congregações a renovar com sangue novo e estrangeiro que mais tarde se refletiria no próprio Sacro Colégio e quem sabe mesmo se em certo momento na própria cadeira de Pedro.

Dessa maneira, a Igreja Católica teria um rosto de universal, diferente do que se observava na cúria até aquele período, a maioria dos prelados e bispos que trabalhavam no vaticano eram de origem italiana. Esse processo não foi realizado com êxito, essa missão foi assumida por seu sucessor João XXIII que iniciou profundas modificações internas na Igreja Católica.

Durante seu pontificado segundo Melo (1974) Pio XII criou apenas 57 cardeais, número esse que seu sucessor o Papa João XXIII em 4 anos quase alcançou criando 50 cardeais. Este foi outro fato importante, pois, diminuindo o número de cardeais, o número de votos no conclave foi reduzido de forma drástica. Desta maneira, o número de votantes no conclave após a morte do Papa Pacelli não teve um número elevado de cardeais.

Ao finalizar a Segunda Guerra Mundial, Pio XII e todo o mundo já viam despontar na política mundial duas potências, nesse período não ficava dúvida de que lado Pio XII estava. Apesar de a Santa Sé não apoiar totalmente o capitalismo com valores consumistas e liberais era clara a sua aproximação dos Estados Unidos e total aversão a União Soviética.

O comunismo era o maior inimigo da Santa Sé e desde o século XIX já estava claro pelas declarações dos pontífices, mas durante o pontificado de Pio XII essa posição contrária se solidificou. As perseguições e prisões dos católicos nas regiões soviéticas eram de grande força e o distanciamento da Santa Sé com a URSS não favorecia o acesso aos prisioneiros. Já em 1949, o papa Pio XII condenou, pelo Santo Ofício, o comunismo, de forma que qualquer católico que apoiasse a ideologia comunista ou que se filiasse aos partidos comunistas sofria a excomunhão direta (*ipso facto*) (TOMÉ, 2013).

Pio XII foi considerado o último papa tradicional, ele encerrou um grande período, depois de sua morte muitas mudanças aconteceram internamente na Igreja. Isso não quer dizer

que as mudanças já não estavam acontecendo e isso foi visível no chamado a integração dos leigos no serviço paroquial, nas mudanças com a liturgia. Mesmo assim, seu sucessor o Papa João XXIII convocou um concílio onde muitas decisões, mudanças e novidades foram implantadas. Alguns cismas se sucederam, resultado do Concílio Vaticano II e para esses cismáticos Pio XII foi o último papa legítimo da história da Igreja (LEFEBVRE, 1984).

Segundo Melo (1974) para a Igreja, Pio XII foi o pontífice que deixou a mais vasta orientação doutrinária sobre todos os novos problemas que o cristão teria que enfrentar na era do átomo e das conquistas espaciais. Cerca de 80% das propostas apresentadas ao Concílio Ecumênico Vaticano II citaram encíclicas, mensagens ou alocações de Pio XII. Assim, sendo vê-se a grande contribuição deste pontífice para o futuro da Igreja, dificilmente Pio XII convocaria um concílio, mas é possível afirmar que ele já apontava para as necessidades que se apresentavam na segunda metade do século XX.

Em um momento em que o mundo sofria com mudanças drásticas, em que vários países buscavam a reestruturação, em que cresciam movimentos ideológicos que negavam a existência da fé ou até mesmo contrapunham de forma direta a religião católica, o papa Pio XII tentou garantir que a Igreja Católica permanecesse cuidados das almas. O que é característico do pontífice era sua altivez e algumas vezes a linha de pensamento tradicional tendo dificuldade para mudanças, o que em seu Pontificado buscou fazer de forma gradual, mas irredutível em alguns pontos.

A garantia de estabilidade que a Igreja Católica ofereceu para as pessoas que estavam em séria crise ideológica e moral ao final da guerra, em grande medida, a raiz cristã ofereceu a estabilidade que as instituições e governos frágeis e novos não ofereciam.

Desta maneira, foi inteligente da parte de Pio XII, mesmo analisando a necessidade de transformações, haver entendido que no momento da crise mundial do pós-guerra, a Igreja devia manter-se fiel à voz dos papas, ser a rocha firme sobre a qual tinha sido fundada, defendendo a verdade e lutando pelo bem comum. Se Pio XII agiu da forma certa ou somente preparou o início das mudanças que viriam com seu sucessor não é possível afirmar, mas sim que para muitos, de forma especial para os fiéis católicos, ele próprio personificou a imagem de *pastor angelicus*⁶², isto é inegável, o que não foi tão diferente fora de Roma, como veremos a seguir a exemplo do Brasil.

⁶² Era chamado assim que significa pastor angelical. Pio XII transmitia de autoridade paternal e grande santidade, por esse motivo é chamado até hoje por esse nome. Assim como Pio XI é chamado do papa das missões e João XXIII é chamado o papa bom.

4.2 A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL DURANTE O PONTIFICADO DE PIO XII

No Brasil, na primeira metade do século XX, ocorreram grandes mudanças na política nacional, sobretudo na relação entre o Estado brasileiro e a Igreja. Pergunta-se como isto teria repercutido em Roma, pois a Constituição brasileira de 1891 estabelecia a concepção de Estado laico e rompia com qualquer ligação direta com a Igreja. O sistema de padroado⁶³, que se estendeu durante o período imperial no Brasil, já não fazia mais sentido no período republicano e a Igreja foi assumindo outra posição no cenário brasileiro, pois o *status* de religião preponderante no país lhe conferia poder e proximidade com o povo, o que o Estado, propriamente, não possuía.

Ao se afastar da imagem de órgão público e servidor do Estado a Igreja católica passou pelo período, que muitos autores denominam de romanização, voltando-se para o cerne da religião romana e ganhando independência nas suas ações frente ao Estado brasileiro. Na tentativa de reencontrar a missão do clero e dos leigos católicos houve uma grande aproximação, ou ao menos um desejo de adequar-se à Igreja universal da qual o representante máximo era o Pontífice Romano.

Dessa maneira, ao interessar-se por adequar a fé católica no Brasil e as resoluções pastorais da Igreja, era necessário aos católicos, principalmente ao corpo eclesiástico, que mantivessem proximidade com o Pontífice, conhecendo as instruções, não somente nos aspectos religiosos, mas também nos assuntos políticos assumidos pela Santa Sé (MONTENEGRO, 1972). Desse modo, a imprensa foi uma grande aliada nesse processo de aproximação com os ensinamentos da Igreja Universal, pois o conhecimento dos escritos e mensagens do Papa, que eram retransmitidas de forma impressa, serviu para legitimar e reafirmar a romanização.

Nos anos de 1930, a Igreja no Brasil passava por um período de reaproximação com o Estado, já que a Constituição de 1891 concedeu autonomia à Igreja. O povo brasileiro, em grande maioria católica, via no clero, tanto sacerdotes, bispos e no próprio Papa, a figura patriarcal que afirmava a tradição e assegurava a estabilidade política e educacional da família brasileira, em um tempo de mudanças políticas.

Com as mudanças e realocações políticas que aconteciam no Brasil, principalmente no que se relacionava à separação do Estado e da Igreja, os católicos buscaram reorganizar-se e para isso se voltaram a Roma, o que causou algumas transformações.

⁶³ Sistema que ligava a Igreja a assuntos de ordem pública e ao Estado, e subjugava a Igreja a decisões que eram aprovadas pelo Império como a escolha dos representantes eclesiais. As paróquias representavam o poder estatal em grande parte dos municípios e havia uma dependência mútua.

Com a instituição do Estado laico e o fim do padroado os clérigos tiveram que encontrar outra maneira de fazer com que a Igreja não perdesse seu lugar na sociedade, pois a grande maioria dos brasileiros dizia-se católica romana. No início do século XX, foi esse o grande interesse eclesial, o de que a Igreja assumisse um lugar de destaque em meio à população e para tanto precisava empreender mudanças. Esse processo levou os bispos, a incentivar os católicos na inserção nos meios seculares, dentre eles Dom Sebastião Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro (MONTENEGRO J., 1972, p.137).

As ideias dos líderes católicos foram reforçadas pelo Papa Pio XI quando conclamou e incentivou a criação dos grupos de Ação Católica em todo o mundo. Segundo Flaksman e Kornis (1984, p.511), “Pio XI sugeria a instalação de um movimento mundial com ramificações em vários países [...] cuja tarefa seria evangelizar as nações, como uma extensão do braço da hierarquia eclesial”. Como afirma Aline Coutrot (2003, p.344):

Enquanto as declarações episcopais são uma constante da história da Igreja, uma nova forma de expressão organizada dos cristãos apareceu no século XX: os movimentos leigos. Sem dúvida, os séculos passados conheceram uma multiplicidade de obras dirigidas por notáveis e de associações de caridade, mas os movimentos confessionais são de uma outra natureza. Criados e animados por leigos, mesmo que pastores e capelães exerçam neles uma função importante, são representativos das aspirações espirituais e humanas de seus membros. Os movimentos como tais são lugares de formação total, particularmente cívica, extremamente rica, pois que ela se encarna em ações concretas desenvolvidas em comunidades.

Caldeira (2011) afirma que um dos meios mais incentivados pelo clero foi o movimento de intelectuais católicos que formaram o Centro Dom Vital onde editaram a Revista *A Ordem*, cujo objetivo era discutir assuntos relacionados à religião católica, defendendo e difundindo ideais cristãos.

Neste período o maior meio de difusão das ideias e mensagens pontificias era a imprensa que no meio eclesial se fazia presente em muitas dioceses, assim como revistas e periódicos seculares que tinham como princípios a divulgação de ideias católicas por intelectuais e religiosos da época. Como já afirmado, uma das ferramentas usadas por Pio XII eram as mensagens radiofônicas principalmente com os assuntos relacionados às ações políticas e ao cenário mundial, essas mensagens não chegavam ao Brasil de outra maneira se não por meio da transcrição e veiculação na imprensa.

Durante o pontificado de Pio XII, o Brasil se encontrava no Estado Novo varguista, época da política de nacionalização e unificação do país, assim como de combate ao integralismo e ao comunismo (CARNEIRO, 1988).

Com o grande incentivo do clero para que os católicos leigos assumissem uma posição de destaque no cenário brasileiro fortalecendo também as lideranças nas estruturas católicas desde as primeiras décadas do século XX, Jackson Figueiredo reuniu intelectuais católicos a fim de formarem um grupo organizado com a intenção de atuar de forma mais eficaz junto às forças políticas. Não somente as autoridades religiosas, mas também os leigos começaram a ganhar papel de destaque na estrutura do catolicismo brasileiro (OLIVEIRA, 2016).

Assim, a Revista *A Ordem* nasceu em 1922, e durante o período analisado, de 1939 a 1945, teve como editor-chefe Alceu de Amoroso Lima. Carolina Dantas (2010) afirma que, mesmo sendo um órgão de imprensa católico dotado de liberdade nas edições, a revista sempre prezou pela obediência eclesiástica vendo, principalmente, no arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, um líder pastoral. Outro fator de destaque era a insistência na propagação dos dogmas da Igreja, como da infalibilidade espiritual e temporal dos papas, legitimando suas palavras e divulgando-as com grande apreço.

Da mesma maneira que promovia a fé católica e assuntos culturais, a revista persistia na propaganda anticomunista e em relação a posições dos trabalhadores defendendo as ampliações das políticas trabalhistas.

A partir desse momento, assuntos como educação, ação católica, combate ao comunismo, frutos da crescente participação da Igreja na sociedade durante o governo Vargas, passaram a ser debatidos de forma mais sistemática. Alguns temas foram permanentemente divulgados, evidenciando elementos fundamentais do projeto *A Ordem* para o Brasil: a atuação da juventude, a condenação do divórcio, a crítica ao socialismo, ao marxismo e ao positivismo brasileiro, a defesa da formação e atuação de uma imprensa católica, questões relativas ao debate fé versus ciência, críticas à Revolta Comunista de 1935 e às Revoluções Espanhola e Mexicana. O período correspondente ao primeiro governo Vargas (1930-1945) marcou o auge da revista *A Ordem*, tanto em termos de circulação quanto de influência. (DANTAS, 2010).

É analisando as publicações da revista que se vê o interesse por difundir os princípios cristãos estipulando marcas próprias do catolicismo na sociedade com discussões e estudos mais profundos e, em certa medida, com aspectos de modernidade. Sabendo da realidade em que a Igreja Católica se encontrava, no período de 1939, com as mudanças na governança do Vaticano e com as transformações na política mundial, a revista lançou um texto, com aspecto em verbete, onde falava sobre o nazismo e os motivos pelos quais os católicos não deveriam se aproximar de tal ideologia. O texto encerra afirmando a missão dos católicos e a fidelidade às palavras do Papa:

Informem-se os católicos, da realidade nazista aqui e ali, principalmente na Alemanha, no que respeita à liberdade espiritual e particularmente o apostolado da santa Igreja e

digam depois se já pesou sobre as consciências e sobre o magistério da Fé mais insuportável tirania. Meditem a encíclica acima citada (*Mit Brennender Sorge*) e depois de abrirem a inteligência e o coração a esse nobre, sereno, firme e doloroso depoimento de Pedro contra o sistema nazista de governo do povo e de relações com o Poder Espiritual, vejam se é ainda possível a um católico dar a Hitler sequer um centímetro de sua confiança. (*A Ordem*, 1939, p.107)

No ano de 1940, na edição de janeiro, a revista também publicou um texto em que discutia a primeira encíclica do Papa Pio XII, a *Summi Pontificatus*, que delimitava seu plano de governo e pastoral declarando que “uma das principais causas da miserável situação que o mundo atravessa consiste na recusa de reconhecer uma regra de moral universal”. A revista conclui:

Ora, o hitlerismo é um movimento inspirado no ódio dessa Civilização e no pensamento de destruí-la. É um recuo para a barbárie. Daí sua agressividade e sua obsessão da força bruta. Daí também sua mística racial, portanto sua integração no paganismo, e conseqüentemente impor-se a nova condenação com que Pio XII quis acentuar seus erros e seus perigos. (*A Ordem*, 1940, p.93)

Em 1945, na edição de dezembro, a revista fez um resumo sobre os acontecimentos do ano frisando o fim da guerra e o que ganha destaque é o fato de que todo e qualquer assunto político passava primeiramente pela unidade e conceito fiel à fé católica para depois adentrar em outros aspectos das discussões. O texto inicia:

Foi um ano decisivo para o Brasil e para o mundo. Foi o ano da paz, o ano da derrota do Eixo e da vitória dos que lutavam pela liberdade, pela justiça e pela dignidade humana. Os que se deixaram vencer pelo ressentimento ou pelo ceticismo dirão que a paz na luta contra o nazismo sucedeu-se a guerra branca entre os novos imperialismos. Mas aqueles para quem a guerra que acabou não foi uma luta por palavras vazias, mas por realidades muito concretas, nas quais uma vida humana e cristã digna é impossível - esses sabem que apesar de todas as deficiências a obra da paz exige o testemunho e o concurso positivo de cada membro da comunidade humana, e principalmente de cada membro do Corpo Místico de Cristo. (*A Ordem*, 1945, p. 85)

Sendo uma revista que tinha por objetivo divulgar os princípios e a doutrina católica no Brasil, reafirmando características morais, a veiculação da grande maioria dos textos analisados são defensores da religião. De qualquer forma, sendo um texto de crítica literária, com assuntos sobre cultura ou filosofia havia muitas citações à doutrina católica se referindo ao Papa e a uniformidade com seu pensamento. Em grande medida, um veículo de informação para esse período minimizava as distâncias entre o povo brasileiro e o povo europeu agredido pela guerra, entre o Brasil e a Santa Sé, entre os leigos e o clero.

Outra revista que teve destaque neste período foi a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB) fundada em 1941 por Frei Tomás Borgmeier, no intuito de ser um instrumento de promoção da unidade de comunicação entre o clero brasileiro disperso pelo imenso território nacional com dificuldade de comunicação. A REB serviu como fórum onde padres e bispos, teólogos e pastores puderam expor suas reflexões e narrar suas atividades consolidando-se como o principal órgão teológico do clero nacional (Schlenker, 2011). Especificamente, de 1941 a 1952, a REB, tinha como redator-chefe seu próprio fundador.

É possível perceber pelo texto de abertura da REB a capacidade de compreensão que o clero tinha da Igreja e de si, e o que a revista viria a representar. No que diz respeito aos objetivos pretendia-se que ela fosse, no início de sua circulação, um meio de comunicação eclesiológico e de divulgação entre os de clérigos da Igreja Católica no Brasil, diferente da revista *A Ordem*, a qual tinha por objetivo atuar entre os intelectuais católicos de forma a ser mais presente na vida dos leigos. Como expressa o texto:

A ideia da revista obedeceu ao lema: revista do clero, feita pelo clero, para o clero. Se ela houver de atingir plenamente o seu objetivo, não devesse limitar-se a ser para o clero. Há de ser feita pelo clero, auscultada aos desejos dele. Cumpre, portanto, que o mesmo clero a considere sua, que a sufrague com sua inteligência, que lhe mande artigos e comunicações científicas, que aborde nela questões pastorais e pontos de vista de atualidade. A vida é sempre um jogo de dar e receber: o coração ejeta sangue, e sangue torna a receber. O pensamento publicado frutificará em outrem, suscitando novos pensamentos; não publicado, permanece estéril. (REB, 1941, p.3.)

As mensagens do Papa e a realidade da Igreja no Brasil e no mundo era conhecida por meio das revistas, dos textos e intervenções o clero podia conhecer um pouco da realidade internacional, principalmente diante do conflito da Segunda Guerra Mundial.

Ao analisar a *Revista Eclesiástica Brasileira*, a partir de sua criação até 1945, é perceptível a insistência em divulgar as posições adotadas pela Igreja no período da Segunda Guerra Mundial com muitos textos publicados sobre o Papa Pio XII falando de sua figura pastoral e política como também reproduzindo seus discursos.

Por ser um tempo de mudanças em que Pio XII assumiu o governo papal é notável o grande apreço da revista por seu antecessor, e nos textos do ano de 1941 ainda está muito presente a exaltação da figura de Pio XI e suas orientações em relação à Ação Católica, reafirmadas mesmo depois de sua morte. Para a forma pastoral, certamente encontra-se explicações, mas para a análise das ações de política externa é de grande valia a transcorrência do pontificado de Pio XI para entender as motivações e posições adotadas por Pio XII durante sua primazia apostólica. Os textos demonstram a forte ligação que os fiéis

traçavam entre Pio XII e seu sucessor o que produzia certa estabilidade para o governo em tempos de conflitos.

A revista nasceu dois anos depois que o papa Pio XII assumiu o comando da Igreja Católica, o primeiro texto da *REB* em sua primeira edição chama-se *Príncipe da Paz*, escrito por Dom Aquino Correa, Arcebispo de Cuiabá. Em um período de conflito, entre muitas incertezas, o texto aponta a segurança personificada no papa. O texto afirma:

De em meio aos estadistas da guerra e da força destaca-se assim Pio XII, como o soberano da paz, da qual se fez também o mais valente arauto e paladino. Lêde-me as suas alocuções, as suas homilias e os seus motu-próprios, a sua monumental encíclica, e sentireis em todas essas expansões da sua grande alma, o pensamento supremo, da paz, como que a emoldurá-las num maravilhoso arco-íris de celestes cores. (CORREA, REB, 1941, p.4)

E de forma a convocar o povo católico brasileiro a lutar pela paz e a defender o cristianismo, o texto de abertura da revista encerra:

Levantemos nós, com o príncipe da paz, os olhos ao céu, e sigamo-lo em tudo, por entre os horrores tétricos do novo caos, a que o “príncipe deste mundo” vai arrastando os seus sequazes, em ódio ao Cristo: *Contra ducemsuperbiae, Sequamurhunc nos principem!* (o líder do orgulho, temos que lutar contra este príncipe!) (CORREA, REB, p.5)

Desta maneira a revista colocou-se ao lado do papa exaltando a sua figura e afirmando seu poder temporal além do espiritual. Algo esperado, por ser uma revista eclesiástica e por configurar um período em que havia grande unidade com o papa e o sentido da paternidade era especialmente valioso. Foi prioridade da *REB*, pelo menos no período de 1941 a 1945, a divulgação das posições, ações e discursos proferidos pelo papa, bem como as observações e destaques para o seu pontificado. No ano de 1942 a revista publicou, na seção de comunicações, um texto e quase que um estudo sobre os anos decorridos desde 1939, quando Pio XII assumiu o poder. Sem que o autor fosse nominado por se tratar de uma seção própria da revista, a figura do pontífice é exaltada pela data de seu jubileu episcopal.

Dessa forma as opiniões favoráveis ao papa e a movimentação da opinião pública brasileira favorecia a imagem do pontífice como um lutador incessante pela paz. Algo que ficava explícito nos textos e na veiculação da imprensa brasileira era a ideia de que o papa possuía, de fato, a santidade que condizia ao cargo e que seu maior desejo e legado era defender a religião e lutar pela paz. Assim como era expresso em seu lema de pontificado: *Opus iustitiae Pax* (A paz é obra da justiça).

Por meio da REB as ações político-diplomáticas do Vaticano, os acordos, as concordatas, os desentendimentos eram divulgados, assim como o crescimento das dioceses e do clero, como uma forma de manter os fiéis informados. Tal atitude, mesmo que indiretamente, gerava uma segurança em relação aos acontecimentos mundiais, pois mesmo com um conflito vigente na REB as informações eram favoráveis ao crescimento da Igreja Católica como instituição. Ainda que muitos padres e fiéis fossem perseguidos pelos nazistas, a Revista informava que muitos se somavam ao número do rebanho de Pedro.

A Holanda, para 3 milhões de católicos, possui 7.300 sacerdotes; o Canadá, para 4 e meio milhões, 9.000 sacerdotes; a Bélgica, para 8 milhões e 200 mil católicos, 14.000 sacerdotes, a Itália, para 41 milhões e meio, 62.000; os Estados Unidos, para 20.775.000 católicos possui 31.622 sacerdotes; a França para 41.242.000 católicos, 47015 sacerdotes a Índia para 3 milhões e cem mil católicos, 3153 sacerdotes, a Alemanha para 21 e meio milhões, 25.700 sacerdotes; o Congo Belga, para um milhão de católicos, 671 sacerdotes; a Polônia, para 34 milhões, 14 mil sacerdotes; no Brasil para 50 milhões de católicos, 5 mil sacerdotes. (FARIAS, REB, 1941, p.348)

Sabendo que a Igreja foi usada nesse período para a efetivação do Estado Novo e o convencimento da unidade da nação em torno do catolicismo (BORIN, 2010), faz-se notável que também dessa forma a revista fosse usada para estabelecer tal figura no país e apoiar o tão esperado nacionalismo que o governo Vargas queria incentivando o conceito de um só povo, uma só língua, uma só religião, uma só nação.

Todo o incentivo ao desenvolvimento da Ação Católica e do pensamento político ligado à religião e o crescimento da atuação dos católicos na política esclareceu bem o processo vivido pela Igreja Católica nesse período. Pois, o seu desenvolvimento interno era possível se externamente oferecesse condições de sobrevivência, e esta esteve relacionada às relações estratégicas e positivas estabelecidas com o governo varguista.

Diferente de muitos autores como Deschener (1994), Cornwell (2000) e Manhattan (1986) que afirmam que Pio XII se calou diante das atrocidades do nazismo, a REB expressa uma visão distinta onde, todo e qualquer discurso do papa, detinha citações que para os editores faziam referência ao conflito mundial. Um grande exemplo disso foi a divulgação da Encíclica *Mystici Corporis*, em 1943. A revista veiculou todo o texto da Encíclica em que, primeiramente, é expresso o sentido teológico da Igreja como um corpo com membros que, unidos refletiam a imagem de Jesus Cristo e, por isso, resultavam nesta unidade mística. A encíclica em si parece ser puramente religiosa, porém vê-se no decorrer do texto a relação feita entre a Igreja e o sofrimento de Cristo, exortando para que mesmo em meio às dificuldades do período os fiéis não se dividissem, mas que buscassem a unidade.

Após a divulgação do texto de Pio XII, a revista publicou um estudo de Dom Thomaz Keller OSB⁶⁴ em que retoma muitos pontos da encíclica e vai atualizando os assuntos pastorais e políticos que a Igreja Católica estava passando em sentido universal.

Move-nos... não só a excepcional importância da doutrina, mas também as circunstâncias atuais em que nos encontramos. “Sua Santidade tira primeiro três motivos das circunstâncias atuais, para depois falar de um quarto motivo que chama principal. O primeiro motivo é a situação de desprezo e perseguição em que a Igreja se encontra. O texto alude, sem o nomear, ao racismo nazista e às suas consequências funestas entre os cristãos. (KELLER, 1943,p.836)

Quando Dom Keller faz uso da expressão “o texto alude, sem nomear” fica clara a sua interpretação do discurso de Pio XII e sua direta relação com o cenário político internacional. Dom Keller via o Papa como um líder que, ao pronunciar-se expressava sua posição e guiava o povo, e para aqueles que a mensagem era relevante tornava-se compreensível a posição da Igreja, contrária à guerra, as perseguições e ao nazismo. Também assim mostra-se a grande preocupação em descobrir e interpretar os textos pontifícios com a visão temporal entendendo os ensinamentos e posicionamentos políticos da Santa Sé. Destaca-se a necessidade de exacerbar a figura do Pontífice e da Igreja como um ponto de unidade no mundo destruído pela guerra.

Este espetáculo não só demonstra a admirável unidade da família cristã, mas atesta também que assim como nós, com amor paterno, abraçamos os povos de todas as nações, assim também os católicos de todo o mundo, embora pertencentes a povos que se guerreiam mutuamente, olha para o Vigário de Cristo como para o Pai amantíssimo de todos que mantendo perfeito equilíbrio entre ambas as partes intencionalmente guiando-se por perfeita retidão de juízo superior a todas as tempestades das perturbações humanas, recomenda e defende com todas as forças a verdade, a justiça e a caridade. (Keller, REB, 1943, p.826)

A REB também apresentava listas de livros censurados, a situação da Igreja nos outros países, falava dos conflitos principalmente no México. Em cada edição a revista apresentava um informativo das relações internacionais os acordos políticos da Santa Sé, abertura ou transferências de núncios ou bispos.

Em um artigo na edição de junho de 1942, é abordado um livro publicado por Osório Lopes chamado “o problema judaico”, cujo texto traz informações sobre o número de judeus no Brasil, que segundo o autor totalizava 80 mil, desse número 30 mil seriam refugiados europeus, os outros já eram imigrantes fixados no país há mais tempo. O texto ainda mencionava que: “Durante os 55 anos que precederam o ano de 1935, cerca de 158.300

⁶⁴ Ordem de São Bento.

israelitas entraram no Brasil, de acordo com as estatísticas de imigração menos de 5% emigrou novamente, ficando os restantes de tal forma assimilados no país.” (REB, 1942)

O artigo segue com números de sinagogas, escolas e organizações israelitas demonstrando a grande presença de judeus, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, na época capital federal do Brasil. A revista fala da necessidade de missões que pudessem se dedicar a conversão dos judeus.

Ao cessar o conflito mundial, a REB emitiu uma transcrição na íntegra da radio mensagem proferida por Pio XII sobre o fim da Segunda Guerra Mundial onde ele reafirmava a solidariedade da Igreja com a realidade crítica que o fim da guerra desvendava: “Ajoelhem-nos diante dos túmulos onde jazem os restos de inúmeros seres humanos que tombaram na batalha – que tombaram vítimas dos massacres desumanos ou que caíram presas da fome e da necessidade” (REB, 1945, p.417). As palavras de Pio XII expressavam e reafirmavam seu discurso antes do início do confronto “Tudo pode ser perdido com a Guerra”. De fato, o resultado era esse, a perda da dignidade humana de tantos massacrados, mortos ou mutilados pelo conflito.

Ao analisar a veiculação do discurso de Pio XII no Brasil por meio das Revistas *A Ordem* e REB, levando em consideração seu público alvo e sua repercussão, vê-se primeiramente o empenho das publicações em ser a voz da Igreja, em um período de crise política e humana como foi o da Segunda Guerra Mundial. Apesar das dificuldades que o tempo de conflito apresentava para a comunicação, houve uma constância no conteúdo dos textos publicados sobre a Santa Sé e o Papa Pio XII, demonstrando um esforço dos dois impressos em legitimar a identidade católica de cada um e fazer com, que de alguma maneira, a distância entre o Brasil e Roma diminuísse.

Pio XII, ao praticar sua característica diplomacia expressava os cuidados aos quais se resignou por suas próprias motivações de política externa e religiosas. O Papa era constantemente citado pelo clero brasileiro que, além de admirá-lo como é mais esperado, tornava-se próximo e protegido por ele, sendo muito visível o fato de enxergar no pontífice a presença da atuação divina por meio de um líder humano.

Outro ponto que merece grande destaque na pesquisa são as críticas que Pio XII recebeu ao longo da história por sua postura em relação à Segunda Guerra Mundial e sua passividade nos assuntos das destruições, perseguições e extermínio de Judeus. Ao analisar a divulgação das mensagens de Pio XII, nas edições de *A Ordem* e REB, nota-se que a interpretação dos textos transcritos e veiculados tinham um caráter diretamente associado ao cenário mundial. Até mesmo encíclicas de forte tema religioso eram associadas ao conflito e a

situação não somente da Igreja, mas de toda a humanidade. Este é outro fator que é fortemente expresso nos artigos, a ideia da Igreja Universal e do Pastor Universal significando que o papa não era ouvido e seguido somente pelos católicos, mas suas palavras e governança se estendiam à toda humanidade.

Desta maneira, apesar das muitas afirmações de que Pio XII foi um pontífice que silenciou face aos acontecimentos internacionais, avaliando os textos divulgados no Brasil, não é possível sustentar essa opinião, pois suas ideias e discursos chegavam ao clero brasileiro como uma grande referência e presença nos momentos de crise. Por outro lado, essa poderia ter sido uma estratégia diplomática para reverter àquela percepção.

A Santa Sé, por meio de seu líder, figura determinada e forte, se fez presente no Brasil, durante o período de 1941 a 1945, por meio da imprensa católica. O clero brasileiro, que era encarregado de levar a mensagem da Igreja ao povo católico, realizava o intermédio das instruções e direcionamentos pontifícios que eram valorizados tanto quanto a figura do presidente por meio da *REB*.

Percebe-se que a imprensa eclesiástica brasileira se fez necessária para fortalecer a Igreja Católica do Brasil, diminuir as distâncias e levar a presença do papa para mais perto dos sacerdotes, pais e formadores de opinião dos fiéis. Mesmo que a revista não fosse acessada por todas as dioceses brasileiras e se restringia à produção de alguns sacerdotes e bispos, ela também uniu diversos pontos que foram essenciais para a criação de uma identidade católica, para a imagem da Igreja Católica no mundo, bem como para a unidade com o Papa Pio XII.

Já a revista *A Ordem* tornava o povo católico próximo a Roma, ao menos os que tinham acesso a informação por meio da leitura, dava aos católicos um pastor e pai mesmo durante o período de crise política e humana como foi o da guerra. Além de, visivelmente, a imprensa ser usada pela Igreja como uma forma de missão, em que tornava possível assumir um lugar na sociedade brasileira e também aproximava os fiéis católicos brasileiros da rocha base da Igreja Católica, Roma e seu bispo, o Papa.

A partir da análise de ambas revistas brasileiras nota-se a relevância que o pontífice assumiu nas concepções, opiniões e ações do povo católico. Apesar de o território da Santa Sé se resumir a algumas poucas dezenas de hectares, durante o pontificado de Pio XII era visível a influência sob os católicos brasileiros. A figura do pontífice gerava unidade, personalizava a Igreja Católica e tinha a capacidade de formar uma paternidade que não nascia no líder vigente, mas que era uma construção da sucessão apostólica. De fato, as pessoas ao olharem para Pio XII reconheciam nele a representação de Pedro.

A importância do papa e da Igreja como um todo também é perceptível na necessidade de aproximação que o governo brasileiro apresentava para se legitimar. O poder papal ultrapassava a fronteira do Estado e se apresentou como uma voz confiável, aquela que para o povo estava livre de interesse político, mas buscava exaltar a verdade. A voz e a opinião do pontífice por muitas vezes superava a importância do discurso do presidente da República, pois as pessoas podiam não saber certo como era ser brasileiro, mas sabiam o que era ser católico e a quem deviam ouvir com cega confiança.

CONCLUSÃO

As relações internacionais possuem um valor significativo e seu estudo tem crescido consideravelmente no século XX, na análise de diversas variáveis que influenciam os acontecimentos internacionais, as crises políticas e culturais, os conflitos e as resoluções dos mesmos. O desenvolvimento da área de história das relações internacionais possui uma grande importância, pois quando os acontecimentos que envolvem o outro, sejam eles grandes ou pequenos, interferem no jeito de fazer política é necessário aprender com as trajetórias percorridas. O outro, nesse caso, pode ser um país, um ator internacional ou até mesmo um só indivíduo.

A História das Relações Internacionais possui um longo caminho a trilhar para encontrar o seu espaço nas grandes áreas, talvez e muito provavelmente, seja no ramo da História Política. O que podemos ver é que, a partir de contextos muitas vezes maiores temos a possibilidade de alcançar as particularidades do ser humano, observar fenômenos que envolvem grandes massas podem desvelar características específicas da sociedade.

A discussão das religiosidades em geral, faz-se de grande importância na História, a construção da cultura, da sociedade e do indivíduo está nela. Aqui não nos referimos apenas ao religioso, mas à religiosidade que envolve a história das civilizações e configura de forma presente a cultura da sociedade.

Em meio a discussões no campo da religiosidade a Igreja Católica sempre merece menção, tendo destaque visível até mesmo no cenário contemporâneo. A figura do Papa, como líder político e também religioso revela uma posição curiosa que se expressa mais notoriamente nos momentos de crises, pois o discurso pontifício ganha um valor particular, de certa forma neutro e diferente dos demais líderes mundiais.

A Segunda Guerra Mundial é um período muito estudado porque causou muitas consequências em todo o mundo e mostrou à humanidade muita destruição e decadência moral. Por esse motivo, ao analisar fatos, e em específico, a política da Santa Sé, nesse período foi com cautela que o fizemos, buscando uma observação imparcial, mas justa. Ao nos determos na Santa Sé e em sua postura no cenário mundial surgem muitas variáveis que por vezes parecem se multiplicarem na pesquisa. O fato de a Igreja Católica ser uma instituição que possui um território e, portanto, personalidade jurídica tendo um representante revestido de autoridade temporal e espiritual complexifica o estudo. Por isso, o buscar a postura da Santa Sé, é impossível não nos depararmos com a figura do pontífice, o chefe da Igreja Católica que, dentre todos os outros católicos, possui essa posição única.

Ao entender a magnitude da figura do papa para a Igreja, tudo o que ele representa e assume ao aceitar a posição de Sumo Pontífice, pode-se compreender muito de sua preponderância, principalmente, em relação aos fiéis católicos. Analisando fatores específicos da doutrina católica vê-se quantos pontos o legitimam em sua postura dentro da religião. Dessa maneira, poder conhecer melhor a Igreja Católica com seus significados e adentrar na trajetória de Pio XII, desmistifica a ideia de que todo pontífice segue o mesmo padrão, apesar de trilharem linhas de ação similares e, normalmente, zelarem por uma continuidade.

O início da década de 1930 foi um período difícil para a política vaticana, de muitas transformações internas e novos cenários que se configuravam mundialmente. A proximidade de Pio XI com o partido fascista e o nazista durou até quando as concordatas assinadas deixaram de ser respeitadas pelos dirigentes, italiano e alemão, apesar das primeiras atitudes de liberdade religiosa terem amenizado os fatos, as relações diplomáticas entre a Santa Sé e o Reich ficaram conturbadas com o desenrolar dos acontecimentos. Pio XI e o Cardeal Pacelli possuíam opinião muito próximas no que se referia à Alemanha e ao que estava ocorrendo na Europa. O temor ao comunismo e o devido combate a tal ideologia sempre foi algo marcante na diplomacia vaticana no decorrer da história, o que muitos autores argumentam ser o motivo pelo qual a Santa Sé não rechaçou as políticas nazistas em seu princípio.

Conhecer a situação da Igreja Católica, em regiões que o conflito estava ocorrendo de forma severa, desvela alguns problemas pelos quais o Vaticano era responsável, mas que por entraves políticos e, até mesmo, pela distância geravam ainda mais complicações. O fato de a Igreja estar presente em diversos países e ser responsável por indivíduos em territórios alheios gerava um cenário delicado, que tanto Pio XI como Pio XII tiveram que enfrentar.

O pontificado de Pio XI, no período entre-guerras, buscou estabelecer uma base e uma forma de governar que Pio XII procurou seguir de forma mais flexível e com posições mais amenas, o que gerou na História interrogações em relação ao apoio que o Vaticano teria dado ao nazismo.

A diplomacia da Santa Sé, principalmente no pontificado de Pio XII, foi marcada pela busca de espaço com manobras políticas. Sendo os dois pontífices detentores de uma vasta experiência diplomática, buscaram condenar as ações políticas, mas não o Estado alemão. Essa maneira de governar faz com que o embate nas relações políticas fosse minimizado, pois as críticas são, em grande parte, feitas de forma indireta e impessoal.

Na figura de Pio XII conseguimos ver, por meio de sua biografia e de suas tratativas políticas, o quão tênue se configura o limite entre os poderes condensados na pessoa do Pontífice de Roma. A Igreja Católica existe há milhares de anos e muitos religiosos

sucederam a Pedro na sua liderança; com períodos de supremacia e decadência, a instituição se manteve atuando no cenário mundial.

Pio XII teve sua trajetória totalmente enredada com os acontecimentos da Santa Sé, pois sua família era tradicionalmente serviçal da Cúria Romana, o que inegavelmente o tornou um homem com conhecimentos valiosos e uma aproximação singular à Santa Sé como instituição. Além da sua vocação que é inquestionável por alcançar a particularidade mais profunda do ser. Além do dom especial de Pio XII, sua formação e criação o transformaram em um grande diplomata, com atitudes cautelosas e palavras medidas. Com um conhecimento doutrinal e canônico, para Pio XII a política externa e a guerra conversavam muito bem com os valores absolutos que lhe cunhavam

A diplomacia de Pio XII foi sua marca registrada. Apesar das muitas acusações e suposições, suas ações eram claramente calculadas e se de fato o princípio do mal menor foi o norteador de sua política, surtiu efeito no que se refere à organização dos canais de proteção aos perseguidos. A alternativa encontrada por Pacelli foi evitar criticar os acontecimentos de forma direta e encontrar alternativas para mediar e proteger suas políticas, seus fiéis e sua soberania. Por esse motivo, além de analisar as ações do pontífice como chefe de estado e o seu esforço para proteger os judeus e católicos perseguidos, vemos o princípio defendido pela Igreja norteando as atitudes de Pio XII. Ao entender que diante do conflito haveria destruição e morte de qualquer maneira, o papa buscou apoiar o lado mais frágil de forma silenciosa e perspicaz.

Muitas possibilidades poderiam ter sido tomadas, mas proposições não sustentam feitos políticos no cenário mundial. Se as estratégias de Pio XII alcançaram todos os objetivos que eram traçados, provavelmente não, sua articulação política pelo menos se sustentou.

A estratégia política é como uma arte tática, como afirma Sousa (2005), pois é planejada sistematicamente a partir do perfil do que se pretende combater, para tanto é importante a formulação de hipóteses, e, no caso em estudo, elaboração de teorias, leis, princípios e conceitos capazes de dissuadir o oponente. Enquanto prática, o estrategista usa a liberdade de ação, circunstancialmente, ou seja, dependendo das circunstâncias usa a seu favor, de acordo com seus interesses, seja no campo político ou religioso. Ao tomar esse fator como imprescindível ao fator interno na construção de uma política de estado, sem deixar as características religiosas de seus atores diplomáticos, é possível vislumbrar que a Santa Sé, seguindo a filosofia de seu líder de Estado, buscou uma diplomacia na qual a negociação e também a invisibilidade fossem peças chaves em suas decisões.

No cenário mundial o Vaticano se projetou com estratégias de um verdadeiro Estado ao usar das ferramentas de *soft power*, pois com suas estratégias políticas manteve-se atuante na ordem internacional durante a Segunda Guerra Mundial. Compreender qual a postura assumida pela Santa Sé e qual o seu papel no cenário internacional fez-se de extrema importância. Dessa forma, não há intenção de supervalorizá-la politicamente, mas reconhecer que detém uma figura de influência dependendo dos momentos e relevância dos fatos.

Outro ponto que merece grande destaque na pesquisa é o fato de o Papa Pio XII ter recebido muitas críticas por sua postura relacionada à Segunda Guerra Mundial e por sua passividade nos assuntos das destruições, perseguições e extermínio de judeus. A convivência de Pio XII com os nazistas é assegurada por alguns autores que afirmam que o papa calou-se diante das atrocidades e destruições do regime. Eles justificam esses argumentos dizendo que Pio XII nunca atacou os nazistas diretamente, nomeando Hitler e o regime alemão. De outro lado, a partir dos discursos citados nos textos vê-se uma linha de diplomacia em que o Papa fala sobre o assunto, posiciona-se, porém não nomeia os atores de forma direta. Os comportamentos de Pio XII representam a maior parte da expressão da política exterior da Santa Sé, demonstrando cautela, mas, em certa medida, sendo consciente da postura que deve tomar no cenário internacional.

Com a observação das ações pastorais de Pio XII, durante a Segunda Guerra Mundial, e o estudo dos seus escritos, demonstram a tentativa de conduzir os católicos do mundo na fé, não deixando que a religião fosse atingida pelo conflito. Pio XII foi um papa bastante conservador, o que favoreceu a Igreja Católica que no período não sofreu grandes transformações doutrinárias, mas o papa buscou ser presente na vida dos fiéis por meio de seus textos e mensagens.

Ao lançar os olhos para a situação da Igreja no Brasil, encontramos nesse período, de 1941 a 1945, a *Revista Eclesiástica Brasileira*. O clero brasileiro que era encarregado de levar a mensagem da Igreja ao povo católico realizava o intermédio das instruções e direcionamentos pontifícios que eram valorizados tanto quanto a figura do presidente. A imprensa eclesial brasileira se fez necessária para fortalecer a Igreja Católica do Brasil, diminuir as distâncias e levar a presença do Papa para mais perto dos sacerdotes que eram pastores, pais e formadores de opinião dos fiéis. Mesmo que a revista não fosse acessada por todas as dioceses brasileiras e se restringisse a produção de alguns sacerdotes e bispos, ela também uniu diversos pontos que foram essenciais para a criação de uma identidade católica e unidade na figura de Pio XII, a imagem da Igreja Católica no mundo.

Também a revista *A Ordem*, produzida por um grupo de intelectuais católicos, que viam o seu trabalho como uma forma de zelar pela tradição católica brasileira e pela doutrina. O esforço dos leigos neste período para manter a fé católica sustentando sua ligação com Roma e a sua influência em meio ao povo brasileiro.

Ao analisar a veiculação das mensagens de Pio XII no Brasil por meio da *Revista Eclesiástica Brasileira* e *A Ordem*, levando em consideração seus públicos alvo e suas repercussões, vê-se primeiramente o empenho das publicações em ser a voz da Igreja em um período de crise política e humana como foi o da Segunda Guerra Mundial. Apesar das dificuldades que o tempo de conflito significaram para a comunicação houve uma constância no conteúdo dos textos publicados sobre a Santa Sé e o Papa Pio XII, demonstrando um esforço em legitimar a unidade da Igreja e fazer com que, de alguma maneira, a distância entre o Brasil e Roma diminuísse.

É na autoridade de Pio XII que, no período de 1939 a 1958, fundem-se o poder temporal e espiritual da Igreja Católica e onde as fronteiras de tais poderes são desenhadas e redesenhadas conforme os acontecimentos, interesses e necessidades políticas. Ao argumentarmos reforçamos, insistentemente, o fato de o Pontífice ser representante político e religioso, unindo os dois poderes em um só líder. Pio XII ao praticar sua característica diplomacia expressa os cuidados ao que se resignou por suas próprias motivações de política externa e religiosas. O Papa era constantemente citado pelo clero brasileiro que além de admirá-lo, o que é mais esperado, tornava-se próximo e protegido por ele, sendo muito visível o fato de enxergar no Pontífice a presença e figura da atuação divina por meio de um líder humano.

Ao analisar a divulgação das mensagens de Pio XII nas edições das revistas notou-se que a interpretação dos textos transcritos e veiculados estava diretamente associada ao cenário mundial. Até mesmo encíclicas de forte tema teológico eram associadas ao conflito e à situação, não somente da Igreja, mas de toda a humanidade. Este é outro fator que é intensamente expresso nos textos, ou seja, a ideia da Igreja Universal e do Pastor Universal significando que ao mesmo tempo em que o Papa é ouvido e seguido pelos católicos, suas palavras e governança são para toda a humanidade.

Desta maneira, apesar da ideia difundida sobre Pio XII, a de um pontífice que silenciou face aos acontecimentos internacionais, ao se avaliar os textos divulgados no Brasil, não é possível sustentar essa opinião, pois suas ideias e discursos chegavam ao clero brasileiro e também aos leigos como uma grande direção e presença nos momentos de crise.

Ao estudar os comportamentos e acontecimentos de um período de conflito mundial e a observação de um determinado Estado, em particular a Santa Sé, viu-se que o silêncio, em certos momentos, também é resposta na esfera política. Nas relações internacionais considera-se o silêncio, a imparcialidade e a cautela como tomada de decisões estrategicamente pensadas na qual a forma de defender o *status quo* do país e seus interesses está combinada. Assim, entendemos que a escolha pela diplomacia previdente era tomada por intenções fundamentadas em princípios próprios e que, mesmo assim, Pio XII não se manteve aquém da realidade política internacional, abordando diversas vezes em suas mensagens oficiais a realidade da guerra.

Ao finalizar esta pesquisa, temos muitas de nossas pré-concepções saudavelmente desconstruídas, pois o conhecer desbrava cenários incomensuráveis. Analisar um pontificado de forma a torná-lo relevante tal como é a doutrina religiosa para as ações políticas do Vaticano, transforma a percepção sobre a magnitude da função sem aqui ter a intenção de fazer juízo de valor.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIDIGITAL: A história das cores da bandeira Vaticano. Vaticano, 12 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.acidigital.com/noticias/a-historia-das-cores-da-bandeira-vaticano-saiba-por-que-e-branca-e-amarela-39816/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

AGÊNCIA ECCLESIA. Vaticano: Pio XII «arriscou-se» para salvar judeus - Papa Francisco. 05 jun 2017. Disponível em: <<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/vaticano/vaticano-pio-xii-arriscouse-para-salvar-judeus-papa-francisco/>> Acesso em 22 de jan de 2018.

AGOSTINHO, (Santo). **A Cidade de Deus.** (livros I-VIII). 2. ed. V.1. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições: J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1996.

AGOSTINHO, (Santo). **A Cidade de Deus.** (livros XI-XV). 2. ed. V.2. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2000.

AGOSTINHO DE HIPONA. **A Cidade de Deus: contra os pagãos** (livros XI-XXII).V.2, 2. Ed. Tradução Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 1990.

ALBUQUERQUE FILHO, Clovis de. Vaticano, Santa Sé e a Nunciatura Apostólica - Breves comentários. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, VIII, n. 21, maio 2005. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=563> Acesso em: 02 fev. 2018.

ALBUQUERQUE, Henrique Nogueira de. **O pontificado de Pio XII e a Segunda Guerra Mundial na Europa.** 2009. 104 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

ALVES, Marcio M. **A Igreja e a Política no Brasil.**São Paulo: Brasiliense, 1993.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional.** Tradução Lólio Lourenço de Oliveira.São Paulo: Ática, 1989.

AQUINO, Santo Tomás de (Santo). “Da guerra (questão XL da 2ª parte, *Da caridade*)” in **Suma Teológica.** São Paulo: Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, pp. 529-549. 1956.

AQUINO, Felipe. **História da Igreja: Idade Moderna e Contemporânea.** Lorena: Cléofas, 2017.

AQUINO, Felipe. **Uma História que não é contada.** 9. ed. Lorena: Cleófas, 2012.

BARROS, José d´Assunção. **Teoria da História: Princípios e conceitos fundamentais.** v.1. Petrópolis: Vozes, 2011.

BEHLEM, Agrícola. **Os conceitos de política Estratégica**.1981 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000100001. Acesso em: 22 mai. 2017.

BENDERSKY, Joseph. **A concise history of Nazi Germany**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BETTENCOURT, Dom Estêvão. Os padres operários. **Pergunte e Responderemos**, São Paulo, n. 54, nov. 1962. Disponível em: <<http://www.pr.gonet.biz/index-read.php?num=3133>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BETTENCOURT, Dom Estêvão. O nazismo e a Igreja de 1933 a 1939. **Pergunte e Responderemos**, São Paulo, n. 456, p.208-208, 2000.

BETTENCOURT, Dom Estêvão. **Pergunte e Responderemos**, São Paulo, n. 468, p.193-240, maio 2001. Disponível em: <<http://www.pr.gonet.biz/revistas/2001/per-468-mai-2001.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Bíblia Sagrada (edição CNBB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Edições Canção Nova, São Paulo, 2012.

BLESSMANN, Joaquim. **O Holocausto, Pio XII e os Aliados**. Porto Alegre: EDIPUCRS,2003.

BLET, Pierre. Pio XII y la Segunda Guerra Mundial a partir de los archivos del Vaticano ,Paris: Perrin, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Unb, 1998. 1 v. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república**. Tese (Doutorado) - Unisinos. São Leopoldo, 2010.

BULL, Hedey. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. 2. ed. Londres: Maximillan, 1995.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe Caldeira. O Catolicismo militante em Minas Gerais: Aspectos do pensamento histórico-teológico de João Camillo de Oliveira Torres. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011.

CALVÁRIO, Patrícia. **O governo da cidade no De Regno de Tomás de Aquino**. Covilhã: LusoSofia Press, 2008. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/calvario_patricia_o_governo_cidade_no_de_regno_de_tomas_de_aquino.pdf> Acesso em: 02 fev. 2018.

CARDOSO, Ciro. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARLETTI, Ana. **O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial**. Brasília : FUNAG, 2012.

CARNEIRO, Maria L. T. **O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

CHINIGO, Michael. **Pio XII e os problemas do mundo moderno**. 2. ed. Tradução e Adaptação José Marins. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

CIERVA, Ricardo De La. **Historia esencial de la Iglesia Católica en el Siglo XX: Asalto y defensa de la Roca**. Madrid: Fénix, 1997.

CIVITA, Victor (Ed.). **Os Pensadores: John Locke**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Código do Direito Canônico. Versão em Português. 1983. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf> Acesso em: 06 fev. 2018.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. Verbete Princípio e Argumento do mal menor. In: **Lexicon: Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas**. Roma: Vaticano, 2002. p. 783.

CORNWELL, John. O papa de Hitler: A História Secreta de Pio XII. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

CORREA, Dom Aquino. Príncipe da Paz. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. V.1, Fasc.1, Março- Junho 1941, p.4-5.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

DALIN, David. **The Myth of Hitler's Pope: How Pope Pius XII Rescued Jews from the Nazis**. Nova York: Regnery, 2005.

DANTAS, Carolina Vianna. Ordem, A. (verbete) In: ABREU, Alzira (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>> Acesso em: 11 jan. 2018.

DE SOUSA, Fernando. **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: CEPES- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2005.

DESCHNER, Karlheinz. **La Política de los Papas em el siglo XX: Con Dios y con los fascistas (1939-1995)**. v.2. Zaragoza: Yalde, 1995.

DIAS, Monsenhor João Clá. **Fátima: O meu coração imaculado triunfará.** Toronto: New Insights Multimedia Corps, 2016.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História.** Bauru: EDUSC, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIAS, Pe. Romeu (S.J.). Dados estatísticos sobre o número de sacerdotes em diversos países. In: **Revista Eclesiástica Brasileira.** 1941, p. 348.

FERNANDES, Mariz. A Legitimidade da Guerra na Tradição Ocidental. **Nação e Defesa:** Instituto Da Defesa Nacional, Portugal, v. 66, n. , p.82-105, abr. 1993. Trimestral. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/1642>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

FLAKSMAN, D.; KORNIS, M. Ação Católica Brasileira. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983.** v. 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, 1984.

GODMAN, Peter. **O Vaticano e Hitler.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Carisma e Dominação carismática: Perspectivas teórico-metodológicas do conceito weberiano de Carisma e sua efetivação nos estudos de religião.. **Teoria de História,** Goiânia, Universidade Federal de Goiás, v. 6, n. 11, p.238-257, maio 2014.

GRAHAM, Robert. (S.J.). **Vatican Diplomacy: A study of church and state on the internacional plane.** New Jersey: Princeton University, 1959.

GRECO, Teodoro da Torre Del. **Teologia Moral: Compêndio de Moral Católica para o clero em geral e leigos.** Tradução Monsenhor Lafayette Alvares e Padre Estevão Bentia. São Paulo: Paulinas, 1959.

GRIGULÉVICH, Iosif. **El papado, siglo XX.** Moscú: Editora Progreso, 1982.

GUERRY, Emilio. **La Acción Católica.** Buenos Aires: Desclée de Brouwer, 1944.

GUIMARÃES, Pedro Henrique. O poder espiritual e o poder temporal no discurso filosófico da Idade Média. **Ensaio Filosóficos,** Rio de Janeiro: UERJ, v. 7, n. 1, p.98-106, abr. 2013. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo7/GUIMARAES_Pedro.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2018.

HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA., 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- IGREJA CATÓLICA. **Concílio de Florença**, 1438. Disponível em: <<http://catholictube.ru/media/document/925.pdf>> Acesso em 27 nov. de 2017.
- KELLER, Dom Thomaz. *Mystici Corporis Christi*. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.3, fasc. 4, Dez de 1943, p.835 -855.
- KIENIEWICZ, Jan. **Historia de Polonia**. [s. l.] : Fondo de Cultura Económica, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KURZMAN, Dan. *Conspiração contra o Vaticano: o plano secreto de Hitler para sequestrar o papa Pio XII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LAPIDE, Pinchas. **Three Popes and the Jews**. London and Southampton: Souvenir Press, 1967.
- LEBEC, Eric. **História Secreta da Diplomacia Vaticana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- LECOMTE, Bernard. **João Paulo II**: Biografia. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LEEN, Lottie H. e REARDON, Mary A. **O Papa Pio XII**: Baluarte da Paz. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
- LEFEBVRE, Marcel. **Carta Aberta Aos Católicos Perplexos**. Tradução João Carlos Menedozas. Rio de Janeiro: Permanência. 1984.
- LESSER, J. **O Brasil e a questão judaica**. Imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: Ferreira, Marieta (Org.) Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. 15 de maio de 1891. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em: 04 jan. 2018.
- _____. **Carta Encíclica Libertas Praestantissimus**. 20 de junho 1888. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_20061888_libertas.html> Acesso em 07 fev. 2018.
- LIMA, Marinalva Silveira. Reflexões sobre a plenitude do poder papal. In: **Anais ANPUH-Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009. p. 1 - 10. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0833.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2018.
- LOURENÇO, José.A De. Missão da Igreja e o Pontificado de Pio XII. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol.5, Fasc.1, março 1945, p. 189- 194.

LYON, Irineu de. (Santo). *Adversus Haereses Contra as Heresias*, Livro III, 3.2 e 3.3. 180 D. C. Disponível em: <<http://newadvent.org/fathers/0103303.htm>> Acesso em: 23 e novembro de 2017.

MAIA, Eduardo. Todos os caminhos levam a Bernini. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 21 mar. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/boa-viagem/todos-os-caminhos-levam-bernini-7897861>>. Acesso em: 17 dez. 2017

MANHATTAN, Avro. **The Vatican's holocaust**: The sensational account of the most horrifying religious massacre of the 20th century. London: Ozark, 1986

MANN, Benjamin. Holocaust museum praised for corrections to Pius XII exhibit. **CNA: Catholic News Agency**. Vaticano. 5 jul. 2012. Disponível em: <<https://www.catholicnewsagency.com/news/holocaust-museum-praised-for-corrections-to-pius-xii-exhibit>>. Acesso em: 9 jan. 2018

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006

MARTINS, Estevão. História das Relações Internacionais. . In: CARDOSO, Ciro (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARCHIONE, Margherita. **Yours is a Precious Witness**: Memoirs of Jews and Catholics in Wartime Italy. New York: Paulist Press, 1997.

MCBRIEN, Richard P. **Os Papas**: Os Pontífices: de São Pedro a João Paulo II. São Paulo: Loyola, 2000.

MELO, Carlos Veloso de. Pio XII. São Paulo: Três, 1974.

MILGRAM, Avraham. **Os Judeus do Vaticano**: A Tentativa de Salvação de Judeus, da Alemanha ao Brasil Através do Vaticano Entre 1939-1942. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

MONTENEGRO, Enrique. et. al. **Tendencias Historiográficas Actuales**: Historia Medieval, Moderna y Contemporânea. Madrid : Editorial Universitaria Ramón Areces, 2013

MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do Catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais**. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Alexandre de. Dom Sebastião Leme e as estratégias de atuação do catolicismo nos anos 1930. Faces de Clio – **Revista Discente do Programa de Pós Graduação em História**. UFJF, v. 2, n. 4, jul./dez. 2016.

PASSELECQ, Georges; SUCHECKY, Bernard. **A encíclica econdida de Pio XI**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais** : temas atores, visões. Petrópolis : Vozes, 2004.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

PIO IX. **Constituição Dogmática Pastor Aeternus**. 29 de junho de 1870. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/constitutio-dogmatica-pastor-aeternus-18-iulii-1870.html>> Acesso em: 07 fev. 2018.

PIO X. Catecismo de São Pio X. Disponível em: <http://www.diocese-braga.pt/catequese/sim/biblioteca/publicacoes_online/56/Catecismo_Sao_Pio_X.pdf> Acesso em: 06 fev. 2018.

PIO XI. **Carta Encíclica: Iniquis Afflictisque**. 18 novembro 1926. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19261118_iniquis-afflictisque.html> Acesso em: 14 nov. 2017.

_____. **Carta Encíclica Quadragesimo Anno**. 15 de maio de 1931. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> Acesso em: 06 fev. 2018.

_____. **Carta Encíclica: Non Abbiamo Bisogno**. 29 Junho de 1931. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno.html> Acesso em: 14 de maio 2017.

_____. **Carta Encíclica: Mit Brennender Sorge** (Sobre a situação da Igreja Católica no Reich Alemão). 14 de março de 1937. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge.html> Acesso em: 04 jan. 2018.

_____. **Carta Encíclica Divini Redemptoris**. 19 de março de 1937. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html> Acesso em: 04 jan. 2018.

PIO XII. **Mensagem Radiofônica: “Un’ora grave”** aos governantes e aos povos no iminente perigo da guerra. 24 de agosto de 1939. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/speeches/1939/documents/hf_p-xii_spe_19390824_ora-grave.html>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

_____. **Carta Encíclica Summi Pontificatus**. 20 de outubro de 1939 Disponível: <https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus.html> Acesso em: 02 de maio de 2017.

_____. **Carta Encíclica Sertum Laetitiae**. 1 de novembro de 1939. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_01111939_sertum-laetitiae.html> Acesso em: 06 fev. 2018.

_____. **Carta Encíclica Saeculo Exeunte Octavo**. 13 de junho de 1940. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_13061940_saeculo-exeunte-octavo.html> Acesso em: 06 fev. 2018.

_____. **Carta Encíclica Divino Afflante Spiritu.** 30 de setembro de 1943. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_30091943_divino-afflante-spiritu.html> Acesso em: 06 fev. 2018.

_____. **Carta Encíclica Mystici Corporis.** 29 Jun. 1943. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html> Acesso em: 06 fev. 2018

_____. **Mensagem Radiofônica: Natal de Guerra:** aos povos do mundo inteiro. 24 de dezembro de 1943. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1943/documents/hf_p-xii_spe_19431224_radiom-natalizio-popoli.html>. Acesso 02 de setembro, 2016.

_____. **Mensagem Radiofônica: Benignitas et Humanitas:** sobre a Democracia. 24 de dezembro de 1944. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/es/speeches/1944/documents/hf_p-xii_spe_19441224_natale.html>. Acesso 02 de set. 2016.

_____. **Carta Encíclica Orientales Ecclesia.** 09 de abril de 1944. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_09041944_orientalis-ecclesiae.html> Acesso 06 fev. 2018.

_____. **Radiomensagem Ecco al fine terminata.** 9 maio de 1945. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1945/documents/hf_p-xii_spe_19450509_radiomessage-war.html> Acesso em: 09 jan. 2018.

_____. **Carta Encíclica Orientalis Omnes Ecclesias.** 23 de dezembro de 1945. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/la/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_23121945_orientales-omnes-ecclesias.html> Acesso em: 06 fev. 2018.

_____. **Carta encíclica Communium Interpretes Dolorum.** 15 de abril de 1945, Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_15041945_communium-interpretes-dolorum.html > Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. **Exortação Apostólica Mentis Nostrae.** 23 de setembro de 1950. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-xii_exh_19500923_menti-nostrae.html> Acesso em: 06 fev. 2018.

_____. **Constituição Apostólica Munificentissimus Deus.** 1 de novembro de 1950. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19501101_munificentissimus-deus.html> Acesso em: 06 fev. 2018.

_____. **Carta Encíclica Haurietis Aqua.** 15 de maio de 1956. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_15051956_haurietis-aquas.html> Acesso em: 06 fev.2018.

_____. **Carta Encíclica Fidei Donum.** 21 de abril de 1957. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_21041957_fidei-donum.html> Acesso em: 07 fev. 2018.

PORTILHO, Ana Claudia. **O ator Santa Sé na Política Internacional moderna**. 2011.

Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100013&script=sci_arttext> Acesso em: 12 jun. 2016.

QUEZADA, Ruben. **Cristiada: La Guerra Cristera y el conflicto em Mexico pór la libertad Religiosa**. California: Ignatius, 2012.

REIS, Bruno, **A política externa do Vaticano de Bento XVI**, 2007 . Disponível em: http://janusonline.pt/2007/2007_4_3_9.html. Acesso em: 14 mai 2017.

REMOND, René. **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix. 1993.

RENDINA, Claudio. **I Papi. Storia I Segreti**. Milão: Grandi Tascabili Economici Newton, 1993.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introducción a la historia de las relaciones internacionales**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

REPGEN, Konrad. **La política estera dei papi nel período delle guerre mondiali**. MILÃO: Jaca Book, 1995.

Revista Eclesiástica Brasileira. Nota de apresentação. Vol. 1, fascículo 1. Março-junho.1941. p. 1-3.

Revista A Ordem. Edições de 1939 a 1945.

RODRIGUES, Thiago M.S. **Guerra e Política nas Relações Internacionais**. 2008 Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHIRER Wlliam . **A Ascensão e Queda do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

SISCOE, Robert J.. Can the Church Depose an Heretical Pope? **The Remnant: A National Catholic Newspaper**. Forest Lake -Minnesota, 18 nov. 2014. Disponível em: <<https://remnantnewspaper.com/web/index.php/articles/item/1284-can-the-church-depose-an-heretical-pope>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

SCHLENKER, Rodrigo. **Breve História da Revista Eclesiástica Brasileira**. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/244.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

SOUSA, José A. de C. R. de; BARBOSA, João M. **O reino de Deus e o reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

TAHAN, Fernando Tannous. **O catolicismo integralista e o Nazi-Fascismo**. 2006. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível

em:<http://www.historia.ufpr.br/monografias/2006/2_sem_2006/fernando_tannous_tahan.pdf> Acesso em: 06,fev.2018.

THOMAS,Gordon. **Os judeus do Papa**. Tradução: Marco Aurélio Schaumloeffel. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

TOMÉ, Romina. **A Diplomacia da Santa Sé**: evolução e questões atuais. 2013, Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) - Universidade de Évora, Évora, 2013.

TORNIELLI, Andrea. **Pio XII**: O Papa dos Judeus. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VALÉRIO, Tiago Felipe. **Políticas e concepções educacionais em movimento**: análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Gentil Mathias da Silva (Florianópolis 1996-2016). 2016. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VATICAN STATE. **Bandiera**. Disponível em:
<<http://www.vaticanstate.va/content/vaticanstate/it/stato-e-governo/note-general/bandiera.html>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

ZANI, Lino. **Santo e Homem** : o Papa João Paulo II. São Paulo : Algor, 2003.

WEBER, Max. Os tipos de dominação e Sociologia da Religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: _____. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensível. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da UnB, vol. I, 2000.

WIGHT, Martin . **A política do poder**. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/IPRI/Imprensa Oficial do Estado, 2002.